

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Departamento de História

**Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal  
Português, 1828-1832**

Fábio Alexandre Faria

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea  
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador

Doutor Gonçalo Rocha Gonçalves, Professor Auxiliar Convidado  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

setembro, 2015

## AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos vão para a minha orientadora, Professora Doutora Maria João Vaz, e para o meu coorientador, Professor Doutor Gonçalo Rocha Gonçalves, pelos seus conhecimentos, paciência, dedicação e rigor científico com que orientaram e se dedicaram a esta dissertação.

Agradeço a todo o Departamento de História do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e ao seu corpo docente, que ao longo dos últimos anos contribuiu de forma decisiva para a minha formação enquanto Historiador.

Agradeço ainda ao projeto exploratório *Controlo Social e Política Penal no Liberalismo Português, 1820-1867* e a todo o seu grupo de trabalho pelas portas abertas à minha investigação e pela forma como decisivamente contribuiu para a realização e conclusão desta dissertação.

Por último, mas não menos importante, agradeço ainda à família e a todos os amigos que me acompanharam e que não deixaram de acreditar em todo o meu percurso académico.

## RESUMO

No contexto revolucionário europeu dos inícios do século XIX, fortemente instável, após D. Miguel regressar a Portugal do seu exílio em Viena e tomar o trono português, em 1828, milhares de liberais, fugindo da perseguição absolutista, abandonaram o país com destino ao maior exílio português de Oitocentos.

Apesar de se constituir inicialmente como um fenómeno inteiramente político, o exílio liberal português de 1828-1832, assumiu-se como uma experiência bastante mais ampla, englobando uma diversidade de dimensões. Nunca perdendo a sua componente política, vincadamente presente, foi também um fenómeno de elevada importância social, cultural e intelectual, com visíveis repercussões após a vitória liberal na guerra civil de 1832-1834.

Explora-se, nesta dissertação, cada uma dessas dimensões e demonstra-se que este exílio, apesar das inúmeras dificuldades que a ele estiveram associadas, contribuiu para o desenvolvimento cultural e intelectual de Portugal.

**Palavras-chave:** Exílio político, exilados, liberais, estrangeirados, circulações internacionais, Inglaterra.

## **ABSTRACT**

In the revolutionary European context of the early of 19th century, after Don Miguel return to Portugal from his exile in Viena and take the Portuguese throne for himself, in 1828, thousands of liberals, escaping from absolutist persecution, abandoned their country and started the largest Portuguese exile of the 19th century.

In spite being a phenomenon totally political, the Portuguese liberal exile of 1828-1832, was an experience more ample, including a diversity of dimensions. Never losing its political component, strongly present, it was also a phenomenon of high social, cultural and intellectual importance, with visible repercussions after liberal victory in Portuguese civil war of 1832-1834.

This thesis analyses each one of these dimensions and shows that the exile, in spite of all the difficulties, contributed to the cultural and intellectual development of Portugal.

**Keywords:** Political exile, exiles, liberals, Europeanised Individuals, international circulations, England.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	1
1. Objetivos, problemática, fontes e metodologia .....	1
2. O exílio liberal na historiografia .....	3
<b>I – Contextualização</b> .....	11
1. A Europa e Portugal nos inícios do século XIX .....	11
2. Exilados, estrangeirados e emigrados sob o olhar de Oitocentos .....	18
<b>II – Exilados e espaços de exílio</b> .....	23
1. Espaços do exílio .....	23
1.1. O exílio em Portugal .....	23
1.2. Inglaterra enquanto lugar de exílio .....	27
1.3. França no centro do exílio europeu .....	30
2. Inglaterra e o exílio liberal português .....	31
2.1. Da <i>Belfastada</i> a Plymouth .....	31
2.2. De Plymouth a Brest .....	35
3. Cisão entre os exilados: uma questão política .....	44
4. Sociedades secretas: a Maçonaria no exílio .....	55
<b>III – Exílio e cosmopolitismo</b> .....	63
1. O jornalismo português na emigração liberal .....	64
2. O jornalismo de Rodrigo da Fonseca: <i>Paquete de Portugal</i> e <i>A Aurora</i> .....	73
2.1. <i>Paquete de Portugal</i> .....	74
2.2. <i>A Aurora</i> .....	83
3. Produção literária: a tradução e as obras originais .....	88
4. O exílio, lugar de reflexão: o exemplo de Mouzinho da Silveira .....	94
5. O exílio, espaço de sociabilidade e «civilização» .....	96

<b>Conclusão</b> .....	109
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	117
Fontes de arquivo .....	117
Periódicos .....	117
Outras fontes impressas .....	117
Bibliografia .....	118

## ÍNDICE DAS FIGURAS E QUADROS

### Introdução

<b>Quadro 1.1.</b> Significado dos conceitos de exilado, emigrado, estrangeirado e exílio no século XIX .....	22
---	----

### III – Exílio e cosmopolitismo

<b>Quadro 4.1.</b> Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Plymouth .....	71
<b>Quadro 4.2.</b> Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Londres .....	71
<b>Quadro 4.3.</b> Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Paris .....	72

## **ESCLARECIMENTOS**

- 1.** Nas citações e transcrições da documentação utilizada, procedeu-se à atualização da ortografia. Manteve-se a sintaxe e a pontuação originais, mesmo que incorretas.



# INTRODUÇÃO

## 1. Objetivos, problemática, fontes e metodologia

Com esta dissertação pretende-se conhecer melhor, do ponto de vista da ação política e da circulação de ideias, assim como as suas vertentes social e cultural, o exílio liberal português em Inglaterra durante a primeira metade do século XIX, mais especificamente o período que compreendeu os anos de 1828 a 1832, correspondendo a primeira data ao início do governo de D. Miguel e a segunda ao desencadear da guerra civil em Portugal, que opôs liberais a absolutistas. Pretende-se compreender quem eram os exilados políticos liberais e que ações desenvolveram, em particular no domínio político, mas abrangendo também outras áreas de ação, como a vertente jornalística e as dimensões social e cultural.

Neste sentido, esta dissertação tem como objetivo o estudo do exílio liberal através das experiências pessoais de alguns indivíduos, que permitirão aprofundar aspetos particulares deste episódio, como são os casos de Rodrigo da Fonseca Magalhães, Palmela, Mouzinho da Silveira, António Bernardino Pereira do Lago e Almeida Garrett. É também objetivo deste trabalho salientar o caráter internacional que o exílio político português apresentou, o que fez debruçar os olhares externos sobre a conseqüente situação interna portuguesa.

Numa altura em que, um pouco por toda a Europa, se assistia a mudanças ao nível da governação, estas acabaram por influenciar e condicionar as ações dos exilados nos países de acolhimento. Sendo a experiência enquanto exilado político o objeto de estudo desta dissertação, importa salientar que foram inúmeros os liberais portugueses, à semelhança de outros tantos de diferentes nacionalidades, que passaram por tal aventura. Desta forma, não será possível fazer referência à generalidade dos indivíduos que viveram no estrangeiro em discordância com a atualidade política de então. Assim sendo, e estando consciente do limite máximo deste trabalho, optou-se por desenvolvê-lo seguindo as experiências daqueles cujas ações tornaram este período ímpar na História portuguesa e permitiram que os seus nomes ainda hoje fossem recordados.

Tendo em consideração o que acima se encontra enunciado, diversas questões podem ser levantadas. Quem foram os indivíduos que constituíram o grupo de emigrados do período de 1828 a 1832? Quais foram os seus principais destinos? O que os levou a escolher esses destinos e não outros? Que contactos estabeleceram no exílio, tanto com portugueses como com estrangeiros? Que atividades desenvolveram durante esse período? Com que objetivos as desenvolveram? Como se organizaram os portugueses no exílio? Que dificuldades enfrentaram nos países de acolhimento? Como se mostravam perante o desenrolar da situação

em Portugal? Que acontecimentos captavam a sua atenção? Que influência teve a presença no estrangeiro nas ações desenvolvidas no regresso? Que imagem passavam de Portugal?

Proceder-se-á nesta dissertação, para uma melhor compreensão das questões abordadas, a uma identificação e definição dos principais conceitos associados à problemática em estudo, tais como «estrangeirado», «emigrado», «exilado» e «exílio», na forma como eram entendidos na época, no sentido de tentar captar a visão que se tinha sobre uma realidade que marcou indubitavelmente a sociedade portuguesa da primeira metade do século XIX. Sendo o tema central deste trabalho o exílio em Inglaterra entre 1828 e 1832, procuraremos confrontá-lo com o percorrido por muitos exilados liberais durante este período, o exílio em França.

Assim sendo, destacar-se-ão as personalidades que mais se movimentaram no circuito Portugal – Inglaterra – França e cujas ações permitem caracterizar este período, pretendendo-se também trazer novos contributos para a compreensão do exílio liberal português, enquanto realidade inserida num contexto internacional, que não se manifestou de forma isolada, acompanhando, pelo contrário, a tendência europeia da altura. Para um melhor entendimento do que foi a experiência do exílio para os liberais da primeira metade de Oitocentos, procurar-se-á encontrar, descrever e caracterizar as principais ações que desenvolveram durante o período em que se encontraram exilados.

Uma outra questão que quase obrigatoriamente terá de ser abordada neste estudo prende-se com o papel que a Maçonaria teve no exílio ou, melhor dizendo, com a forma como esta afetou e contribuiu para a divisão entre os exilados, para além das cisões em termos de ideologia política que existiam já mesmo antes do exílio. Desta forma, a abordagem que é feita ao papel desempenhado pela Maçonaria surge-nos como um veículo para analisar as questões enunciadas atrás. Esta abordagem do papel da Maçonaria no exílio faz sentido porque a maioria da elite liberal que se exilou encontrava-se filiada na sociedade.

Tratando-se este trabalho de uma investigação académica, são vários os elementos que se constituem como fontes e dos quais se pode retirar informação útil para o estudo e desenvolvimento da temática abordada. O facto de o investigador conseguir ou não retirar informação relevante dos elementos de que dispõe depende não tanto do elemento em si, mas sobretudo da forma como a fonte é observada e questionada pelo sujeito. Desta forma, foram diversas as fontes de que se fez uso nessa dissertação para tentar responder às questões previamente colocadas. Debruçando-se esta dissertação sobre a experiência do exílio em Inglaterra vivida pelos liberais portugueses, entre 1828 e 1832, constituíram importantes fontes os periódicos redigidos e editados pelos exilados liberais em Inglaterra, particularmente

os que tiveram a colaboração de Rodrigo da Fonseca Magalhães, o *Paquete de Portugal* e *A Aurora*<sup>1</sup>, contemplando outras publicações periódicas da autoria de outros liberais. Foi também consultado o Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães, existente na Biblioteca Nacional de Portugal<sup>2</sup>, que contém diversa correspondência útil para a investigação em causa, sobretudo a redigida por outros exilados, que não o próprio Rodrigo da Fonseca, o que permite conhecer o tipo de relacionamento que existia entre essas personalidades e os contactos que estabeleciam durante o tempo em que se encontraram afastados de Portugal.

De facto, a correspondência trocada entre os vários exilados assume-se como um elemento imprescindível para conhecer a experiência do exílio. Neste contexto, destaca-se a correspondência redigida por José da Silva Carvalho, disponível na obra *José da Silva Carvalho e o Seu Tempo*, e a que foi deixada por Luís António de Abreu e Lima, sendo que muitas destas cartas eram trocadas com Palmela, chefe da emigração liberal portuguesa em Londres. Outra importante fonte de informação foram as memórias escritas por quem viveu nessa época e fez parte da história da emigração liberal portuguesa, onde se relatam não só algumas experiências pessoais, como também situações que envolveram outros exilados, tornando-se possível captar algumas particularidades da vivência no exílio. Neste sentido, importa destacar as memórias deixadas por José Liberato Freire de Carvalho, as quais permitem compreender as movimentações deste exilado no estrangeiro, bem como os vários acontecimentos que caracterizaram a sua experiência. Salientam-se, ainda, os relatos de viagem escritos por António Bernardino Pereira do Lago durante a sua passagem pelo estrangeiro, que permitem abordar o exílio do ponto vista cultural e social.

## **2. O exílio liberal na historiografia**

Os exílios liberais europeus da primeira metade de Oitocentos têm sido alvo de importantes estudos por parte da historiografia mais recente, quer portuguesa, quer estrangeira. No caso português, contudo, não existe um trabalho exclusivamente dedicado à análise do fenómeno do exílio, ao contrário do que se verifica ao nível da historiografia europeia. Assinale-se, no entanto, que, mais recentemente, o exílio liberal português tem despertado a atenção de vários historiadores estrangeiros.

Na historiografia internacional são de destacar os trabalhos de Maurizio Isabella, com

---

<sup>1</sup> O *Paquete de Portugal* foi publicado em Londres, entre 1829 e 1831, e impresso na Oficina Tipográfica de Bingham e o *A Aurora* foi publicado também em Londres, em 1831 e 1832, não havendo referência ao seu local de impressão.

<sup>2</sup> O Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães pode ser consultado na secção dos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal com a cota E21.

*Risorgimento in Exile*<sup>3</sup>, para o exílio no caso italiano, e de Juan Luis Simal, com a obra *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*<sup>4</sup>, no caso do exílio espanhol, duas realidades que se encontram relacionadas com a situação portuguesa. Para ambos os autores, o exílio foi fundamental para facilitar a assimilação e a difusão de princípios liberais, sobretudo de origem inglesa e francesa, visto que a Inglaterra e a França foram os dois principais países recetores de exilados, e foram fundamentais para a criação de uma causa liberal internacional.

Com o seu trabalho Maurizio Isabella aborda o exílio do ponto de vista de uma experiência intelectual, explorando-a seguindo dois caminhos: o impacto que a emigração teve naqueles que abandonaram a Itália e o impacto que estes tiveram na identidade e na cultura política do *Risorgimento*. Assim sendo, o autor segue o percurso de várias personalidades que se destacaram no exílio, procurando retratar as experiências que cada uma viveu e a influência que estas tiveram sobre cada uma delas na conceção de novas ideias e na opinião sobre o estrangeiro e sobre a própria pátria.

Um outro trabalho dedicado aos exilados italianos é da autoria de Grégoire Bron, intitulado *The Exiles of the Risorgimento: Italian Volunteers in the Portuguese Civil War (1832-1834)*<sup>5</sup>. Ao contrário de Maurizio Isabella, que segue uma perspetiva intelectual, Grégoire Bron envereda pela dimensão bélica, analisando a participação dos voluntários italianos na guerra civil portuguesa ao lado de D. Pedro. Bron chama a atenção para a influência que o exílio teve sobre estes voluntários, na medida em que foi com sua permanência no estrangeiro, nomeadamente na França e na Bélgica, que tiveram um contacto mais familiarizado com as questões portuguesas, em função do desenvolvimento de um movimento internacional de solidariedade política para com o liberalismo português, que teve lugar no início da década de 1830. À semelhança do que fazem outros autores já aqui citados, também Grégoire Bron aponta o desenvolvimento de um movimento liberal internacional na Europa para fazer frente à resistência absolutista. No capítulo dedicado ao exílio português, presente na sua tese de doutoramento recentemente redigida, Grégoire Bron insere a causa de D. Maria II, defendida pelos liberais a partir do exílio, numa perspetiva transnacional, chamando a atenção para a formação das facções liberais portuguesas e para as suas ações,

---

<sup>3</sup> Isabella, Maurizio (2009), *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*, Oxford, University Press.

<sup>4</sup> Simal, Juan Luis (2012), *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

<sup>5</sup> Bron, Grégoire (2009), «The Exiles of the Risorgimento: Italian Volunteers in the Portuguese Civil War (1832-1834)», *Journal of Modern Italian Studies*, pp. 427-444.

focando-se essencialmente na dimensão política do fenómeno<sup>6</sup>.

Da mesma forma, Gabriel Paquette, quando trata da guerra civil portuguesa de 1832-1834, também o faz segundo uma abordagem transnacional, na medida em que a insere no contexto das revoluções atlânticas da primeira metade do século XIX. Assim sendo, debruça-se sobre o exílio que antecedeu a guerra civil segundo uma perspetiva transnacional predominantemente política<sup>7</sup>.

Para o caso espanhol salienta-se a obra do historiador Augusto Braz Brancato, intitulada *Exilados Espanhóis em Busca de um Rei Constitucional*, na qual o autor demonstra a ligação existente entre as realidades portuguesa e espanhola, na medida em que defende que os exilados espanhóis, lutando contra o governo absolutista de Fernando VII, procuraram encontrar um monarca que lhes garantisse o regime constitucional em Espanha, levantando a hipótese de esse soberano poder vir a ser D. Pedro, após a morte de D. João VI e a outorga da Carta Constitucional para Portugal em 1826. Desta forma, Braz Brancato aborda a hipótese de uma possível união ibérica sob o governo de D. Pedro, que terá sido levantada por vários exilados espanhóis, ideia também referida por Grégoire Bron, que defende que o objetivo dos pronunciamentos era implementar um regime constitucional na Península Ibérica, unindo os dois países sob a égide de D. Pedro IV<sup>8</sup>.

Juan Luis Simal, com a já referida obra *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*, aborda o exílio político espanhol ao longo dos seus vários períodos, debruçando-se, por isso, sobre os quatro exílios, compreendidos entre 1814-1820, 1820-1823, 1823-1830 e 1830-1833. O autor segue uma abordagem essencialmente política, tratando também a temática do exílio tendo por base os principais locais de acolhimento de exilados. Desta forma, analisa a permanência e o comportamento dos exilados espanhóis em Inglaterra e em França, demonstrando que Londres e Paris constituíram importantes pontos de encontro de exilados europeus. Ainda neste contexto geográfico, Juan Luis Simal comprova que o exílio europeu da primeira metade do século XIX não se circunscreveu exclusivamente aos grandes centros de acolhimento, mas incluiu outros destinos menos procurados pelos exilados, tais como os Estados Unidos da América e países da América espanhola, com destaque para o

---

<sup>6</sup> Bron, Grégoire (2013), *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des Lumières à l'internationale libérale de 1830*, Tese de doutoramento, Volume 2, Paris, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/École Pratique des Hautes Études.

<sup>7</sup> Paquette, Gabriel (2013), *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: the Luso-Brazilian World, 1770-1850*, Cambridge, Cambridge University Press.

<sup>8</sup> Brancato, Braz A. Aquino (1995), «Exilados Espanhóis em Busca de um Rei Constitucional», *Separata da Revista Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 11, Nº1, pp. 77-108.

México. Um pouco à semelhança do que faz José Tengarrinha na *Nova História da Imprensa Portuguesa*<sup>9</sup>, também Juan Luis Simal aborda a imprensa espanhola publicada no exílio, salientando a importância dos contactos desenvolvidos com indivíduos de outras nacionalidades estabelecidos nesses lugares, como foi o caso do editor alemão Rudolf Ackermann. Um último assunto que este historiador espanhol analisa, e que não se encontra ainda tratado para o caso português, insere-se no domínio da cultura e da identidade política espanholas no exílio.

Um outro autor espanhol, Vicente Lloréns, num trabalho mais antigo, estuda o exílio espanhol em Inglaterra tendo por base dois grandes polos: as atividades políticas e as atividades literárias. Relativamente ao primeiro tópico, analisa o comportamento político e as atividades desenvolvidas nesse domínio por importantes nomes do exílio espanhol, como Espoz y Mina, Torrijos e Mendizábal. No que toca às atividades literárias, Lloréns preocupa-se em demonstrar que os exilados espanhóis foram particularmente ativos nesse campo, redigindo traduções, escrevendo poesia e prosa e colaborando em periódicos espanhóis e em revistas e periódicos britânicos<sup>10</sup>.

Numa obra editada por Sabine Freitag, que conta com a contribuição de autores de diversas nacionalidades, a abordagem do exílio enquanto fenómeno político está fortemente presente. De facto, neste livro são estudados os exílios de indivíduos de diferentes nações, tais como franceses, italianos, húngaros, polacos, checos e alemães, tendo por base a dimensão política do fenómeno. Estes estudos dedicam-se a uma época um pouco posterior à que aqui tratamos, localizando-se esse período após as revoluções europeias de 1848/1849. Os investigadores que colaboram nesta obra analisam diversos aspetos da experiência dos exilados em Inglaterra, nomeadamente as suas atividades políticas, a cooperação política não só entre os exilados dos vários países, como também com as próprias organizações políticas e políticos britânicos, o comportamento do país acolhedor relativamente aos emigrados e as perceções que estes tinham desse país<sup>11</sup>.

Os trabalhos de Juan Luis Simal e de Maurizio Isabella, em particular, chamam a atenção para o forte carácter internacional que os exílios da primeira metade do século XIX comportaram, dimensão em que o exílio português de 1828-1832, indubitavelmente, também

---

<sup>9</sup> Tengarrinha, José (2013), *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates: Círculo de Leitores.

<sup>10</sup> Lloréns, Vicente (1979), *Liberales y românticos: una emigración española en Inglaterra (1823-1834)*, Valência, Editorial Castalia.

<sup>11</sup> Freitag, Sabine (ed.) (2003) *Exiles from European Revolutions. Refugees in Mid-Victorian England*, Nova Iorque, Berghahn Books.

se inseriu.

Na historiografia portuguesa, a temática do exílio não nos surge tratada de forma totalmente independente e dissociada de outras questões que marcaram a primeira metade do século XIX. Um bom exemplo desta situação são as biografias de figuras ilustres da época que, ao retratarem o seu percurso de vida, inevitavelmente abordaram a experiência do exílio vivida por essas individualidades e, em alguns casos, por familiares. Cite-se, a título de exemplo, as biografias da autoria de Magda Pinheiro de Luís Mousinho de Albuquerque e de Passos Manuel<sup>12</sup>, e de António Ventura sobre o primeiro Marquês de Santa Iria, D. Luís de Sousa Coutinho<sup>13</sup>. Salientam-se também os estudos da autoria de Miriam Halpern Pereira, Magda Pinheiro e Valentim Alexandre, e coordenados pela primeira, sobre a vida e a obra de Mouzinho da Silveira, onde os autores, para além de elucidarem sobre o pensamento e a ideologia deste liberal relativamente a diversos assuntos, como as finanças públicas e a questão colonial, apresentam também várias correspondências trocadas de e para Mouzinho, na qual se incluem diversas cartas datadas do período do exílio<sup>14</sup>. É possível incluir ainda neste conjunto as biografias dos monarcas que reinaram durante o período que aqui se trata, as quais são particularmente úteis para conhecer as movimentações de D. Pedro e de D. Maria nos espaços onde os liberais se encontravam exilados, bem como as decisões políticas que se associaram a este acontecimento e que o influenciaram diretamente<sup>15</sup>.

Na década de 1940, António Ferrão publica a sua obra sobre o reinado de D. Miguel, na qual faz uma abordagem da emigração liberal tendo por base os números e os destinos que a caracterizaram, apontando também algumas questões que estiveram na origem das dissidências políticas entre os liberais portugueses no exílio, sendo, por isso, um trabalho que aborda esta temática segundo uma perspetiva política<sup>16</sup>.

Salientam-se outras obras que, ao incidirem sobre a primeira metade do século XIX, também aludem ao tema do exílio, embora esse não seja o seu objeto central, como é o caso de *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal*

---

<sup>12</sup> Pinheiro, Magda (1992), *Luís Mousinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal Editores; Pinheiro, Magda, (1996), *Passos Manuel: o patriota e o seu tempo*, Matosinhos, Afrontamento.

<sup>13</sup> Ventura, António (2000), *O Exílio, os Açores e o Cerco do Porto. D. Luís de Sousa Coutinho, Primeiro Marquês de St<sup>a</sup> Iria, nas Guerras Liberais*, Lisboa, Colibri.

<sup>14</sup> Pereira, Miriam Halpern (coord.), Pinheiro, Magda, Alexandre, Valentim (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>15</sup> Bonifácio, Maria de Fátima (2005), *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores; Lousada, Maria Alexandre, e Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (2006), *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores; Santos, Eugénio dos (2006), *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

<sup>16</sup> Ferrão, António (1940), *Reinado de D. Miguel: o Cerco do Porto (1832-1833)*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar.

(1820-1852) de Victor de Sá, onde o autor traça a história do liberalismo em Portugal desde a primeira experiência liberal (1820-1823) até à sua consolidação com o desencadear do movimento da Regeneração (1851), percorrendo, desta forma, a fase que compreendeu os anos de 1828 e 1832, período difícil para muitos constitucionais portugueses, mas que acabou por revelar-se decisivo para a vitória do liberalismo no país<sup>17</sup>.

Destaca-se ainda, no capítulo das obras mais recentes associadas ao exílio e às principais figuras que dele fizeram parte, o trabalho de José Tengarrinha que, na sua *Nova História da Imprensa Portuguesa*, publicada em 2013, aborda uma das atividades que mais marcou o exílio liberal português e a que mais garantias dava de sustento a quem a desenvolvesse, - o jornalismo -, debruçando-se sobre as principais publicações dos exilados nos vários países, os seus redatores, ideologias e os objetivos de cada uma delas.

No que concerne às obras gerais, é de referir o contributo de Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal com o capítulo «Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político.» do quinto volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Para além de abordarem o período do exílio aqui em estudo, os autores debruçam-se também sobre o que ficou conhecido pelo primeiro exílio liberal, decorrido entre 1823 e 1826, após a Vila-Francada, com a emigração de algumas figuras que, com o regresso de D. Miguel a 22 de fevereiro de 1828, voltariam novamente a sair do país e a dar corpo ao que então se entendeu por segundo exílio liberal, tais como José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, Almeida Garrett, Agostinho José Freire e Bernardo Sá Nogueira, futuro Sá da Bandeira, entre outros<sup>18</sup>.

Destaca-se também o volume nono da *Nova História de Portugal* de A. H. Oliveira Marques, onde, ao longo de vários capítulos, se dedica à História de Portugal durante a primeira metade do século XIX, abordando a emigração portuguesa durante os dois períodos acima referidos e fazendo referência ao papel da Maçonaria que, nesta época, se encontrava bastante consolidada e presente na vida de muitas das principais figuras da elite liberal portuguesa, estando, por isso, muito associada ao exílio liberal<sup>19</sup>.

É num outro trabalho de Oliveira Marques que a Maçonaria e o exílio voltam novamente a estar interligados, demonstrando o autor que desde a revolução de 1820 a

---

<sup>17</sup> Sá, Victor de (1978), *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Livros Horizonte.

<sup>18</sup> Vargues, Isabel Nobre e Torgal, Luís Reis (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 65-87.

<sup>19</sup> Marques, A. H. Oliveira (2002), *Nova História de Portugal*, Vol. 9, Lisboa, Editorial Presença.



Maçonaria passou a estar muito ligada à política, na medida em que a maioria dos seus participantes pertencia à Maçonaria. Com o exílio, essa ligação continuou viva e muitas das divisões que então existiram entre os homens exilados tiveram por base a lealdade que havia relativamente aos principais líderes maçons, registando-se mesmo a constituição de lojas maçónicas em Plymouth, um dos principais destinos da emigração portuguesa neste período, cisões que se reproduziram depois em Portugal com o regresso desses indivíduos<sup>20</sup>.

Para além da História, a questão do exílio liberal despertou o interesse de outras áreas do saber, como a Literatura. É neste contexto que, no final da década de 40 do século XX, nos surge o trabalho de Vitorino Nemésio dedicado à emigração liberal entre 1828 e 1832, tendo como exemplo a experiência de dois grandes nomes da Literatura que passaram pelo exílio em Inglaterra durante os anos que antecederam a guerra civil de 1832-1834: Alexandre Herculano e Almeida Garrett, referindo também outras individualidades que por lá se movimentaram. Destaca-se nesta obra a descrição que o autor faz do depósito de Plymouth e das dificuldades que os portugueses sentiram durante a sua estadia em Inglaterra, não deixando também de focar algumas experiências que tiveram lugar em França, outro dos principais destinos dos exilados portugueses<sup>21</sup>.

Na obra *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos aborda a questão do exílio de um ponto de vista intelectual, demonstrando que o exílio também se constitui como um espaço privilegiado de transmissão de saber e de conhecimento, bem como um local de aprendizagem, destacando, neste contexto, as ações culturais desenvolvidas por dois emigrados em particular, Almeida Garrett e António Bernardino Pereira do Lago<sup>22</sup>.

Ainda sobre Almeida Garrett, e inserindo-se também numa perspetiva mais cultural, é de destacar o trabalho de José Batista de Sousa, intitulado *Almeida Garrett and Anglo-Portuguese Cultural Interaction*, no qual o autor, ao analisar o percurso do escritor português no estrangeiro, demonstra que a experiência do exílio também contribuiu para que os seus intervenientes se pudessem enriquecer culturalmente, dadas as oportunidades de contactos sociais e culturais existentes nos espaços do exílio<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Marques, A. H. Oliveira (1996), *História da Maçonaria em Portugal. Política e Maçonaria, 1820-1869*, Volume 2, Lisboa, Editorial Presença.

<sup>21</sup> Nemésio, Vitorino (1946), *Exilados 1828-1832. História Política e Sentimental do Liberalismo na Emigração*, Lisboa, Bertrand.

<sup>22</sup> Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1985), *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença.

<sup>23</sup> Sousa, José Batista de (1999), *Almeida Garrett and anglo-portuguese cultural interaction, 1800-1850*, Buckingham, University of Buckingham.

Observa-se, assim, que os exílios liberais da primeira metade do século XIX foram tratados pela historiografia europeia segundo uma multiplicidade de abordagens, havendo quem tenha optado por seguir uma perspectiva política, uma perspectiva intelectual ou uma perspectiva cultural. No caso português esta opção surge-nos mais explícita, na medida em que os autores que inseriram o tema do exílio nos seus trabalhos fizeram-no segundo uma destas metodologias. Por exemplo, António Ferrão abordou o tema tendo por base a dimensão política do fenómeno, José Tengarrinha tratou o tema baseando-se na imprensa produzida no exílio e Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos e José Batista de Sousa inseriram o fenómeno numa dimensão intelectual e cultural. Os autores estrangeiros que já se debruçaram sobre o exílio português, Grégoire Bron e Gabriel Paquette, apesar de se centrarem na vertente política do fenómeno, apresentaram a novidade de o inserirem numa perspectiva transnacional. Este aspeto também se encontra presente nos autores que trataram os exílios espanhol e italiano, Juan Luis Simal e Maurizio Isabella, respetivamente, que não se limitaram a abordarem os fenómenos segundo uma única perspectiva, procurando demonstrar que os mesmos apresentaram um carácter multidimensional.

## I – CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1. A Europa e Portugal nos inícios do século XIX

A primeira metade do século XIX ficou, indiscutivelmente, marcada por uma série de movimentos revolucionários, que alteraram fortemente a realidade europeia, sendo que estas revoluções, nas palavras de Hobsbawm:

«aconteceram porque os sistemas políticos restaurados na Europa eram profundamente e, numa época de rápida mudança social, cada vez mais inadequados às condições políticas do Continente, e ainda porque o descontentamento económico e social era tão agudo que tornava inevitável a série de erupções que se registou.»<sup>24</sup>

Indissociáveis destas revoluções são as sociedades secretas, principalmente a Carbonária, que após 1815 se expandiu um pouco por toda a Europa, sendo possível encontrar influências desta confraria na Rússia, aquando da revolta *Decembrista* de 1825, mas principalmente na Grécia. O início da década de 1820 assistiu a uma série de insurreições associadas à Carbonária, que não triunfaram em França, mas acabaram por ter êxito em alguns Estados italianos e em Espanha, onde as insurreições se passaram a manifestar sob a forma de *pronunciamentos*. Devido ao facto de, entre 1820 e 1824, apenas a revolução grega de 1821 ter sido bem-sucedida, tornou-se o modelo e a inspiração para o liberalismo internacional.

À semelhança do que haviam feito os sérvios em 1815, também os gregos procuraram emancipar-se do domínio turco, dando-se o levantamento grego em 1821 e proclamação da independência grega no congresso de Epidaurou no ano seguinte. A questão grega não deixou de chamar a atenção internacional. Ao lado da Turquia colocaram-se a Áustria, com um apoio tácito, e a Inglaterra, visto que eram os turcos quem dominavam a passagem através do Mar Negro, enquanto a Rússia forneceu apoio moral à Grécia, devido à sua proximidade cultural e religiosa.

A situação na Grécia arrastou-se ao longo de toda a década de 1820, com vários confrontos na região, alcançando-se a liberdade e a autonomia para o país, em 1829, com a Paz de Constantinopla, decididas pelas grandes potências europeias, como Inglaterra, Rússia e França, conservando-se a Áustria e a Prússia neutrais.

Estas insurreições, que assolaram praticamente toda a Europa, deram a conhecer importantes figuras que, à frente dos seus seguidores, lutaram pela liberdade nos seus países,

---

<sup>24</sup> Hobsbawm, Eric (2001), *A Era das Revoluções*, p. 119.

como foram os casos de Alexandros Ypsilanti na Grécia, Rafael del Riego em Espanha, Guglielmo Pepe em Nápoles, e Sergei Muraviev-Apostol na Rússia<sup>25</sup>.

A década de 1820 iniciou-se em França com o assassinato do duque de Berry, legítimo herdeiro do trono francês, assistindo-se posteriormente a diversos levantamentos e a uma violenta repressão. Em 1822, a França resolve intervir em Espanha com o objetivo de ajudar a restaurar o absolutismo neste país, representado por Fernando VII, ocorrendo depois a constituição do ministério Villèle e o conseqüente retorno às medidas autoritárias, bem como a depuração do exército e uma nova campanha de catolicização.

No mesmo ano em que tem lugar a Abrilada em Portugal, ocorre em França a subida de Carlos X ao poder, evidenciando-se ainda mais as tendências conservadoras do governo. Passado um ano, o partido monárquico cinde-se em duas tendências bem definidas, uma de caráter ultrarrealista e outra aberta, cuja principal figura era Chateaubriand, defensora da aplicação liberal da Carta de 1814.

Em 1826 é apresentado no Parlamento francês um projeto de indemnização aos emigrados, o qual é aprovado com oposição e, um ano mais tarde, dá-se a dissolução da Câmara, face à crescente tensão entre esta e o governo, ocorrendo também eleições desfavoráveis a Villèle, que resultam na sua demissão. Para o substituir, Carlos X nomeia, em 1828, Martignac, da oposição monárquica, que se destaca pelas concessões que faz aos liberais, sendo sucedido, passado um ano, por Polignac, de tendência ultrarrealista.

Em 1830, Polignac, tendo sido forçado a demitir-se, planeia um golpe de estado, com o aval de Carlos X, do qual constaram o recurso ao exército e a supressão da liberdade de imprensa. Em julho desse ano tem lugar a Revolução Francesa de 1830, com a qual sobe ao poder Luís Filipe, que era apoiado pelo partido orleanista e conquista a simpatia geral do povo, que ansiava a instauração de uma república, colocando assim um ponto final no governo Bourbon em França.

A revolução liberal espanhola é aquela que apresenta maiores afinidades com a revolução liberal portuguesa, saltando logo à vista, como primeiro elemento de similaridade, o ano do início dessas insurreições: 1820.

De facto, a 1 de janeiro, as tropas que se encontravam concentradas em Cádiz para embarcar para as possessões ultramarinas espanholas insurgem-se, tendo como líderes António Quiroga e Rafael del Riego y Nuñez, defensores da Constituição de 1812, seguindo-

---

<sup>25</sup> Para conhecer mais aprofundadamente as ações desenvolvidas por estas individualidades e a sua luta pela liberdade nos diferentes países ver Stites, Richard (2014), *The Four Horsemen. Riding to Liberty in Post-Napoleonic Europe*, Oxford, University Press.

se outros levantamentos na Corunha, Saragoça, Pamplona e Barcelona. Após a reunião das Cortes em julho de 1820, o grupo liberal apresentou-se dividido entre *doceanistas*, reclamantes moderados dos princípios da Carta de 1812, e *exaltados*, que se caracterizavam por ser radicais. Apesar de jurar a Constituição de Cádiz, Fernando VII esperou sempre uma intervenção estrangeira para restaurar o absolutismo. Seguiram-se vários ministérios moderados, chefiados por Arguelles, Féliu, Bardaxi, Martinez de la Rosa que, apesar de se revelarem bastante instáveis, procederam a importantes reformas nos setores escolástico e eclesiástico.

Em setembro de 1821 tem lugar uma tentativa de insurreição a favor de del Riego levada a cabo pelos *exaltados*, a que se seguiu a queda do ministério de Bardaxi. No ano seguinte são eleitas novas Cortes, com uma maioria de orientação revolucionária, registando-se, até julho de 1822, vários episódios de insubordinações e violências, protagonizados pela ala progressista da facção liberal. No final desse ano várias juntas realistas constituíram-se em diversas regiões, com destaque para Navarra, Aragão e Galiza, sobretudo entre os camponeses.

A situação espanhola despertou a atenção e a preocupação das potências europeias e no Congresso de Verona, iniciado a 30 de outubro de 1822, Metternich, chanceler austríaco, defendeu a intervenção armada em Espanha, cabendo este papel à vizinha França. Entretanto, Fernando VII, após ter procurado expulsar o coronel Evaristo San Miguel, que havia implementado uma ditadura militar tendente a limitar o poder do rei, não vendo outra solução, resolveu abdicar. Em consequência, no decorrer de fevereiro de 1823, institui-se uma regência que teve uma curta duração, devido à intervenção militar francesa, a 7 de abril.

Após diversos conflitos, a vitória realista decretou o fim da guerra e, em setembro de 1823, as Cortes consignaram Fernando VII, com a promessa de uma amnistia, contudo o monarca espanhol levou a cabo uma dura repressão contra os rebeldes, prolongada até 1825. Os anos que se seguiram em Espanha à vitória realista foram marcados pelas execuções de Rafael del Riego e dos seus homens, que haviam feito frente ao poder absoluto de Fernando VII, iniciando-se com a do coronel em 1823.

Em 1825, um dos mais famosos guerrilheiros, Empecinado, é fuzilado e, passado um ano, é a vez de os Bazán perderem a vida, por terem lutado pela liberdade na sua pátria<sup>26</sup>, evidenciando-se assim mais uma particularidade comum à realidade da Península Ibérica da década de 1820. À semelhança do que foi infligido aos constitucionais espanhóis pelas mãos

---

<sup>26</sup> Vilar, Pierre (1992), *História de Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 69.

de Fernando VII, irmão da mãe de D. Miguel, D. Carlota Joaquina, também os liberais portugueses sofreram a repressão e a violência absolutista de D. Miguel a partir de 1828.

Nesta época, a Grã-Bretanha evidenciava-se como um caso singular no que toca à inexistência de conflitos armados internos. Ao nível político apresentava características de um Estado constitucional mais desenvolvido do que os restantes, uma vez que, apesar dos poderes da monarquia serem bastante reduzidos, ainda perduravam diversas características do Antigo Regime.

Segundo Hagen Schulze, o Parlamento de Westminster, composto pelas suas duas Câmaras, a dos Lordes e a dos Comuns, tinha como objetivo representar o todo da Nação britânica, contudo, por ser apenas a representação dos principais interesses, a chamada *virtual representation*, não se constituía como uma representação direta, ou seja, uma *real representation*<sup>27</sup>. De acordo com o mesmo autor, o Parlamento conservava-se dominado pela corrupção e pelo suborno e a maioria das limitações políticas pertenciam ao rei ou às grandes famílias nobres, a que acrescia o facto de cidades que tinham crescido recentemente, como Manchester, Birmingham e Sheffield, não terem representação em Westminster.

Outro aspeto a salientar no conjunto das particularidades britânicas prende-se com a inexistência de uma Constituição escrita, o que leva a que os direitos e os deveres dos cidadãos sejam sancionados por leis fundamentais desenvolvidas ao longo dos anos.

Observa-se uma evolução no comportamento da Grã-Bretanha relativamente aos acontecimentos políticos europeus ao longo da década de 1820, na medida em que entre 1820 e 1822, durante o governo de Castlereagh, o país revelou algumas dificuldades em contrariar os objetivos da Santa Aliança, constituída inicialmente por Áustria, Rússia e Prússia, que pretendiam preservar o absolutismo na Europa<sup>28</sup>.

Após o suicídio de Castlereagh a 12 de agosto de 1822, a posição britânica altera-se com a entrada para o governo de Lord Liverpool, com Lord Peel nos Assuntos Internos e Lord Canning nos Negócios Estrangeiros, e a Grã-Britânica impõe o princípio da não-intervenção nas questões internas dos restantes países e, demonstrando a sua hegemonia, faz com que os outros Estados não se sintam completamente confortáveis para decidir sobre grandes questões sem o seu consentimento.

Com estas novas personalidades, assistiu-se na Grã-Bretanha a uma viragem anti conservadora. De facto, registou-se uma abolição progressiva das leis protecionistas e, com a

---

<sup>27</sup> Schulze, Hagen (1997), *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, p. 200.

<sup>28</sup> Manique, António Pedro (1988), *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*, Lisboa, Livros Horizontes, p. 20.

ab-rogação dos *Combination Acts*, em 1824, que tinham como função proibir as greves e as associações de operários, surgiram as primeiras *trade unions*. Passado um ano, o trabalho infantil foi proibido e a pena de morte foi reduzida significativamente.

A orientação anti conservadora britânica adquiriu contornos mais evidentes com a formação do governo Canning em 1827, após a saída de Lord Liverpool, que se mostrou bastante favorável à causa liberal europeia, em particular relativamente à questão portuguesa, sendo que a base deste governo era uma maioria formada pelas alas moderadas dos dois partidos, *tory* e *whig*.

Após a morte de Canning, ainda durante o mesmo ano de 1827, esta linha foi mantida. Com a subida ao poder, em janeiro de 1828, do ministério chefiado por Wellington, embora este se mostrasse mais conservador, manteve-se a mesma abordagem. Foi já durante o seu governo que os católicos foram proibidos de ter acesso a cargos públicos, com a abolição dos *Test Acts*, a 9 de maio de 1828. Com a chegada dos exilados liberais portugueses a Inglaterra, Wellington seria alvo de constantes críticas, acusado de ser favorável aos absolutistas portugueses, em detrimento dos liberais.

Este contexto internacional influenciou a realidade portuguesa da primeira metade do século XIX e tal como outros países europeus, Portugal também viveu um início de Oitocentos bastante conturbado, com conflitos vários e marcado pela Guerra Civil, entre 1832 e 1834. Afetado pelo desejo expansionista de Napoleão Bonaparte, imperador francês desde 1804, Portugal viu o seu território ser invadido pelas tropas francesas por três vezes, do que resultou, para além das numerosas perdas humanas e materiais, a fuga do rei D. João VI e da restante família real para o Brasil, em 1806, e o consequente controlo do país por parte de Inglaterra, após a vitória definitiva sobre as forças napoleónicas. Perante esta situação, agravada pela recusa de D. João VI em regressar a Portugal, despontou a revolução liberal de 24 de agosto de 1820.

Esta revolução, que iniciou a primeira experiência liberal em Portugal, levou a que o país nunca mais fosse o mesmo. Com o fim da monarquia absoluta e a oposição entre liberais e absolutistas a afirmar-se e a adquirir uma dimensão bélica, a que acresceu a existência de cisões dentro de cada um dos grupos, liberais e absolutistas, a vitória definitiva de um lado sobre o outro foi dificultada e retardada, neste caso, o triunfo liberal sobre os miguelistas.

Em 1820, tendo o novo regime decidido expulsar os oficiais britânicos das fileiras do exército português e impedido o desembarque de William Beresford, que chegara a Lisboa a 10 de outubro, após viagem ao Brasil onde procurara obter mais poderes da parte de D. João VI, acabou por ganhar a simpatia geral da população portuguesa. Contudo, após serem

conhecidas as bases da futura Constituição de 1822, surgiu a primeira grande oposição, cuja principal figura foi o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha e Meneses. D. João VI e a família real, à exceção de D. Pedro, regressam a 3 de julho de 1821, tendo o monarca português aceitado as condições impostas pelas Cortes Constituintes, podendo-se já adivinhar o desenvolvimento de uma oposição absolutista, encabeçada por D. Carlota Joaquina e D. Miguel e apoiada pela maioria do clero e da nobreza e pelas camadas populares pouco instruídas<sup>29</sup>.

Nos meses que se seguiram o descontentamento social aumentou, tendo por base um conjunto de medidas levadas a cabo pelas Cortes e pelo Governo, tais como a extinção da Inquisição, a criação do Banco de Lisboa, a adoção do azul e do branco para cores nacionais (cores da Maçonaria), a reforma do Corpo Diplomático e a supressão dos privilégios de foro, decisões que fizeram com que os absolutistas conspirassem para tentar pôr um ponto final na experiência liberal, em 1822.

Concluída e jurada por D. João VI, a Constituição entrou em vigor no início de outubro desse ano, tendo a oposição de D. Carlota Joaquina, o que engrandeceu a fação absolutista, que levou a cabo mais uma tentativa para derrubar o governo liberal, chefiada pelo Conde de Amarante, em fevereiro de 1823. Passados três meses, a 27 de maio, tem lugar a Vila-Francada, com a qual a fação absolutista almejava a abdicação de D. João VI, culminando no fim da primeira experiência liberal em Portugal, em vigor apenas durante três anos.

Com o fim do liberalismo regressou o absolutismo e os restantes meses de 1823 ficaram marcados por perseguições, desterramentos e exílios, iniciando-se assim o chamado primeiro exílio liberal<sup>30</sup>. De entre as ações desenvolvidas pelo regime absolutista destacam-se: lei contra as sociedades secretas, autorização para o regresso do marechal Beresford, assassinato do Marquês de Loulé, um dos principais conselheiros de D. João VI, e tentativa de assassinato do conde de Suberra, também conselheiro do rei.

A 30 de Abril de 1824 ocorre um segundo pronunciamento dirigido por D. Miguel, a Abrilada, com o qual se inicia um clima de terror, durante o qual sequestrou D. João VI, prendeu centenas de moderados e atacou a Maçonaria. Em consequência destes atos, e com apoio externo, D. João VI, refugiando-se na embarcação britânica *Windsor Castle*, demitiu D. Miguel do cargo de comandante-em-chefe do Exército, que lhe fora concedido um ano antes, aquando da Vila-Francada, e exiliou-o.

---

<sup>29</sup> Marques (2002), *Nova História de Portugal...*, pp. 559-560.

<sup>30</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 79.



Os dois anos que se seguiram revelaram-se mais calmos, apesar de algumas tentativas de conspiração por parte da facção absolutista. A morte de D. João VI, a 10 de março de 1826, voltou a complicar a situação, fazendo adivinhar problemas de sucessão difíceis de resolver e que não deixariam de chamar a atenção de toda a Europa.

A ideia de D. Pedro como sucessor de D. João VI enquanto rei de Portugal foi recebida de forma quase unânime, contudo, tanto a infanta D. Isabel Maria, que havia sido nomeada para presidente da Regência pelo seu pai, como D. Miguel mostraram algumas reservas. As potências europeias reconheceram o filho mais velho de D. João VI como seu legítimo sucessor.

Assim que a notícia da morte de D. João VI chegou ao Brasil, onde se encontrava D. Pedro como imperador, a 24 de abril de 1826, este outorgou uma Carta Constitucional, a qual haveria de estar no cerne dos principais problemas em Portugal, e abdicou a favor da filha D. Maria, contando que esta casasse com D. Miguel, que deveria jurar a Carta. Após o juramento da Carta em Portugal no final de julho, a Regência foi destituída e D. Isabel Maria tornou-se única regente.

Em outubro, a partir de Viena, onde se encontrava exilado desde a Abrilada, D. Miguel também jurou a Carta. Apesar do juramento, os meses seguintes de 1826 e o ano de 1827 deram a conhecer evidências de descontentamento e contestação, manifestadas, sobretudo, por parte dos militares e do clero, a que acresceu a influência desenvolvida pela vizinha Espanha absolutista. Entre novembro de 1826 e março de 1827, a oposição entre liberais e absolutistas adquiriu contornos mais bélicos, com várias sublevações militares em Portugal e três invasões vindas da fronteira de Espanha, o que levou Inglaterra a intervir efetivamente, para que os espanhóis recuassem na sua ideia de invadir Portugal. Em julho de 1827, com D. Pedro a nomear D. Miguel seu lugar-tenente em Portugal e a encarregá-lo do governo do país, a facção absolutista ganha mais força e pressiona para que o irmão de D. Pedro regresse imediatamente, acentuando-se a repressão antiliberal.

A chegada de D. Miguel a Lisboa, a 22 de fevereiro de 1828, foi acompanhada por fortes aclamações populares a seu favor e com manifestações negativas dirigidas aos constitucionais. Mais uma vez, o irmão de D. Pedro jurou-lhe fidelidade, assim como à filha deste, contudo, as suas primeiras medidas foram constituir um governo composto de ministros da sua confiança, dissolver a Câmara dos Deputados e anular a lei eleitoral. Apesar do Corpo Diplomático ter suspenso funções após a convocatória das Cortes à maneira antiga por D.

Miguel, eram cada vez mais os panfletos que apostavam na legitimidade do tio de D. Maria, proclamado a 7 de julho de 1828<sup>31</sup>.

À semelhança do que haviam feito os absolutistas durante o governo liberal, também os liberais tentaram pôr um ponto final no regime adverso. Salientam-se então o ataque aos professores da Universidade de Coimbra que se dirigiam a Lisboa para saudar o novo monarca, - e que culminou na morte dos mesmos -, e o episódio que ficou conhecido por *Belfastada*<sup>32</sup>, a 16 de maio de 1828, que, apesar de ter fracassado, contou com a presença e o envolvimento de importantes personalidades, como Vila Flor, Saldanha, Sá Nogueira, Palmela e Cândido José Xavier, desenhando-se a partir daqui uma segunda fase do exílio liberal, com milhares de constitucionais a partirem para o estrangeiro, fugindo à repressão absolutista.

Foi neste ambiente de luta política e ideológica e de constantes movimentos revolucionários que circularam os emigrados portugueses pela Europa, assim como tantos outros de outras tantas nacionalidades, com destaque para os italianos e para os espanhóis, durante os exílios de 1823 a 1826 e, sobretudo, de 1828 a 1832. Entre eles partilharam experiências, contactos, ideias e conhecimentos e tornaram-se protagonistas de um processo da maior relevância na realidade portuguesa e europeia de Oitocentos.

## **2. Exilados, estrangeirados e emigrados sob o olhar de Oitocentos**

Com vista um aprofundamento da temática em estudo, é necessário identificar e definir os conceitos que a ela se encontram associados, assim como enquadrá-los no contexto do século XIX. Desta forma, procurar-se-á neste capítulo abordar sucintamente os conceitos de exilado, de estrangeirado e de emigrado, recorrendo a diversas fontes, nomeadamente às produzidas pelos próprios exilados e a alguns dicionários editados na época.

Para o historiador alemão Andreas Fahrmeir, o conceito de refugiado político é difícil de definir e:

«can cover people who flee punishment for the expression of political opinions or for political acts; those who fear discrimination or prosecution for their opinions without being political activists; those who wish to leave the oppressive atmosphere of their native countries and live abroad, possibly intending to further the overthrow of the government of their native state from

---

<sup>31</sup> Marques (2002), *Nova História de Portugal...*, pp. 567-574.

<sup>32</sup> Esta revolta deve o seu nome ao navio *Belfast*, fretado em Inglaterra, que teve a missão de recolher parte dos revoltosos no Porto, no início de julho de 1828. Foi nesta cidade que, em maio de 1828, se constituiu uma Junta de Governo Provisório, contudo, foi destronada pelo exército miguelista em junho, o que levou à fuga de milhares de revoltosos, iniciando-se, assim, o segundo exílio liberal. Entre os participantes nesta revolta estiveram importantes nomes liberais, como Saldanha, Palmela e Sá da Bandeira.

a distance; or even those whose ability to make a living is curtailed by a difficult economic situation caused by political uncertainty.»<sup>33</sup>

Das definições de exilado político sugeridas por Andreas Fahrmeir, não obstante todas poderem ser aplicadas aos emigrados políticos portugueses, a que mais os define é a que faz alusão ao desejo de derrubar o governo da sua pátria a partir do estrangeiro, na medida em que a partir do momento em que teve lugar a subida ao poder de D. Miguel e os exilados liberais se começaram a acantonar pela Europa, sobretudo em Inglaterra, o seu principal objetivo foi a organização, no exílio, de tropas e homens para investirem em Portugal e porem fim ao reinado absolutista do irmão de D. Pedro.

Recorrendo aos dicionários do século XIX editados em Portugal, podemos constatar que as definições são muito aproximadas, apresentando, contudo, algumas variações. Regista-se a inexistência de alguns conceitos, como é o caso do dicionário elaborado por Caldas Aulete, onde não é possível encontrar o conceito de estrangeirado<sup>34</sup>, assim como no redigido por Eduardo de Faria, onde não consta o conceito de exilado, da mesma forma que não define o conceito de estrangeirado<sup>35</sup>.

Comum a todos os autores dos dicionários pesquisados é a ideia de que um exilado representa um indivíduo que foi condenado ao exílio, ou seja, a viver fora da pátria, sendo apresentados como sinónimos de exilado os vocábulos de proscrito, desterrado, degredado, banido e expatriado. De entre os autores consultados, António de Morais Silva é o único a definir um exilado como sendo alguém que sofre pena de exílio e que habita fora da pátria, de forma voluntária ou de forma involuntária<sup>36</sup>.

Nem todos os dicionários fornecem uma definição de estrangeirado, sendo comum aos que a apresentam a noção de que um estrangeirado é alguém que desenvolve hábitos ou modos estrangeiros e que nutre afeição pelos estrangeiros. Apenas o já citado António de Morais Silva acrescenta a ideia de que é um indivíduo que se estrangeirou, isto é, que viveu no estrangeiro. Neste sentido, refira-se que a grande diferença entre exilado e estrangeirado reside no facto da primeira definição corresponder a um individuo que se encontrava no

---

<sup>33</sup> Fahrmeir, Andreas (2003), «British Exceptionalism in Perspective: Political Asylum in Continental Europe», in Freitag, Sabine (ed.), *Exiles from European Revolutions. Refugees in Mid-Victorian England*, Nova Iorque, Berghahn Books p.33.

<sup>34</sup> Aulete, Caldas (1911), *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia da parceria António Maria Pereira.

<sup>35</sup> Faria, Eduardo de (1851), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Volume Segundo, Tipografia Lisbonense de José Carlos d'Aguiar Viana, (2ª edição).

<sup>36</sup> Silva, António de Morais (1878), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, (7ª edição).

estrangeiro, ao passo que estrangeirado era a condição de quem regressou ao país de origem, após uma ausência demorada e cuja ação é influenciada por essa experiência no estrangeiro.

António de Moraes Silva e Caldas Aulete são os únicos a propor uma definição para o conceito de exílio voluntário, entendendo ambos que corresponde a uma ação em que o indivíduo deixa a pátria de forma voluntária para ir habitar em país estrangeiro. O primeiro é aquele que apresenta um significado mais amplo e mais completo de exílio, na medida em que, para além de considerar que corresponde à expulsão de alguém da sua pátria, também defende que pode indicar o lugar onde vive o expatriado.

Contudo, saliente-se que ao definir exílio no seu dicionário, António de Moraes Silva não faz referência ao facto deste poder ser desencadeado por perseguição política, reservando essa definição para caracterizar o conceito de emigração, pelo qual entende a saída voluntária da pátria para evitar perseguição política ou por razões económicas. Esta definição de emigração é corroborada por Caldas Aulete, no entanto não se encontra em mais nenhum dos outros dicionários consultados, nos quais se considera que emigração corresponde apenas à saída de pessoas do seu país de origem para uma nação estrangeira, acrescentando Eduardo de Faria que essa ação se processa de forma voluntária.

Todos os autores estão de acordo relativamente à condição de emigrado, entendendo que esta representa alguém que deixou o seu país para se estabelecer noutra, acrescentando Caldas Aulete que um emigrado é alguém que abandona a pátria de forma voluntária para evitar perseguição política ou para procurar meios de fortuna, sendo assim consistente com a definição que atribui a emigração.

Assinale-se que Caldas Aulete define emigrado da mesma forma que define emigrante, assim como o faz António de Moraes Silva, residindo a principal diferença entre estes dois autores no facto de o segundo não referir as motivações políticas ou económicas que podem levar os cidadãos a escolher habitar no estrangeiro.

É de notar também que os vários autores associam frequentemente ao conceito de exílio o de desterro, como o faz, por exemplo, Caldas Aulete, que o define como expulsão para fora da pátria, semelhantemente à definição que apresenta para exílio.

A principal diferença entre os dois conceitos reside no facto de considerar que o exílio se pode processar, como já foi referido, de forma voluntária, ao passo que entende que o desterro é uma pena que obriga o condenado a permanecer longe da sua área de residência, podendo, inclusive, ser determinado um lugar no Continente do reino ou as ilhas adjacentes. Desterro é uma palavra também usualmente empregue pelos próprios exilados para se

referirem à sua permanência fora de Portugal, acentuando, desta forma, a facto de se tratar de uma situação para a qual foram obrigados a cumprir e não uma opção tomada.

Percorrendo vários números de periódicos redigidos por alguns exilados, nomeadamente *Paquete de Portugal* e *A Aurora*, podemos constatar que a ideia de se estar exilado ou emigrado se encontra frequentemente associada ao estar longe da pátria no discurso daqueles que viveram essa experiência na primeira pessoa, longe de tudo e de todos, como se pode comprovar pelo discurso dos redatores do primeiro jornal referido: «Grande parte desses homens [...] abandonou copiosos bens da fortuna, esposas e filhos, pais e mães, e amigos, esperanças em flor, o delicioso céu da pátria, trocando tudo pelas desventuras e estreitezas da expatriação.»<sup>37</sup>

É esta a ideia que mais se encontra presente ao longo do discurso dos emigrados portugueses:

«Achamo-nos fora da pátria, perdidos os bens, as famílias, os cómodos [...]»<sup>38</sup>; «Estas diligências tomaram maior atividade assim que os meios de subsistência começaram a faltar, e os horrores da penúria a sentir-se: a homens reduzidos à maior estreiteza, longe da pátria, e das famílias, se mostrou dinheiro; se prometeu regresso, perdão, e até recompensa!»<sup>39</sup>

Como seria expectável, a perseguição política levada a cabo por parte dos miguelistas surge sempre associada à saída dos liberais de Portugal quando a questão do exílio é abordada pelos seus protagonistas. Obviamente, para estes, tal situação apresenta-se como injusta:

«[...] inumeráveis inocentes vítimas foram enviadas para os horrorosos desertos de África; outras têm acabado a sua existência em horríveis carceres à força de angústia e de tormentos; e finalmente os países estrangeiros encheram-se de Portugueses fugitivos da sua Pátria, constringidos a suportarem longe dela as amarguras de um não merecido desterro!»<sup>40</sup>

Saliente-se que os conceitos enunciados atrás não foram alvo de particular discussão por parte da literatura da época e, mesmo quando surgem abordados nas fontes consultadas, não são definidos de forma clara e objetiva. Claramente, a intenção dos seus autores relacionava-se com a luta ideológica e política, tão característica da primeira metade do século XIX.

---

<sup>37</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 4, Nº 43, 15 de junho de 1830, p. 127.

<sup>38</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 11, 02 de novembro de 1830, p. 442.

<sup>39</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 6, Nº 13, 15 de fevereiro de 1831, p. 385.

<sup>40</sup> *A Aurora*, Nº 11, 14 de fevereiro de 1832, p. 165.

## Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832

Apresenta-se a seguir um quadro-resumo dos vários conceitos pesquisados em alguns dicionários da época para um melhor entendimento dos mesmos.

**Quadro 1.1.** Significado dos conceitos de exilado, emigrado, estrangeirado e exílio no século XIX.

Dicionários	Exilado	Emigrado	Estrangeirado	Exílio
<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> de António de Moraes Silva (1878)	Que se exilou; condenado ao exílio; que vive no exílio; banido; proscrito; desterrado; fora da pátria; indivíduo que vive fora da pátria, voluntária ou involuntariamente.	Que emigrou; emigrante; o que deixa o seu país para se estabelecer noutro.	Que se estrangeirou; que tem modos ou hábitos de estrangeiro; que faz lembrar, que imita coisa estrangeira; que tem afeição aos estrangeiros.	Ação ou efeito de exilar; expulsão de alguém da sua pátria, ou mais restritamente da sua convivência habitual; banimento, desterro, degredo; tempo que dura essa pena; condição daquele que assim foi expulso; expatriação voluntária.
<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> de Eduardo de Faria (1851)	(a definição da palavra não consta)	O que abandonou a sua pátria com ânimo de refugiar-se ou estabelecer-se em país estrangeiro.	(a definição da palavra não consta)	Desterro.
<i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa</i> de Caldas Aulete (1911)	Homem a quem foi aplicada a pena do exílio.	Que emigrou; o que abandona a pátria voluntariamente para evitar perseguição política ou para procurar meios de fortuna.	(a definição da palavra não consta)	Desterro; expatriação forçada por crimes políticos; degredo; o próprio sítio para onde se retira o exilado; exílio voluntário; ato de deixar a pátria voluntariamente para ir viver em país estrangeiro.
<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> de Cândido de Figueiredo (1913) <sup>41</sup>	Aquele que foi expatriado.	Aquele que emigrou; emigrante.	Que imita ou faz lembrar coisa estrangeira; que tem modos ou fala de estrangeiro; afeiçoado a estrangeiros.	Ato ou efeito de exilar; degredo; desterro.

<sup>41</sup> Figueiredo, Cândido (1913), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

## II – EXILADOS E ESPAÇOS DE EXÍLIO

Este capítulo é dedicado a uma abordagem do exílio tendo por base a dimensão geográfica. Embora não seja objetivo central deste capítulo, e constituindo uma questão de partida, pretende-se demonstrar que Portugal, para além de ter sido lugar de partida de milhares de liberais, também se assumiu como um centro de acolhimento de exilados liberais de outras nacionalidades, sobretudo espanhóis e italianos, entre 1826 e 1828. Analisa-se o comportamento de cada um dos grandes centros de acolhimento de exilados liberais, Inglaterra e França, para com esses mesmos indivíduos, no intuito de estabelecer as principais diferenças e semelhanças entre ambos. Procurar-se-á, ainda, traçar o percurso dos exilados liberais desde a saída de Portugal até à chegada a Plymouth, com especial destaque para a sua passagem por Espanha. Aborda-se também a vivência dos emigrados liberais portugueses em Plymouth, salientando-se as principais adversidades que os mesmos enfrentaram, desde a sua chegada até a saída de uma grande maioria, em consequência da ordem de dispersão dada pelo governo britânico, nos finais de 1828. Centrar-me-ei ainda na análise do exílio liberal português tendo por base a sua dimensão política, mais propriamente os fatores que continuaram a manter viva a cisão política entre os liberais portugueses no estrangeiro. Desta forma, analisam-se os conflitos entre os exilados liberais que saíram do país após o fracasso da *Belfastada*, os problemas relacionados com o pagamento dos subsídios e a discussão gerada em torno da legitimidade de D. Pedro à frente da causa liberal portuguesa, dando-se especial atenção a este último aspeto. Este capítulo debruça-se ainda sobre a relação existente entre o exílio e a Maçonaria, o que se justifica pelo facto de a maioria da elite emigrada pertencer a essa sociedade. Demonstra-se que a divisão política que se registou entre os liberais no exílio afetou o funcionamento da própria sociedade secreta e teve implicações na organização da mesma após o triunfo definitivo do liberalismo em Portugal.

### 1. Espaços do exílio

#### 1.1. O exílio em Portugal

Apesar de Portugal ser visto essencialmente como um país a partir do qual saíram inúmeros emigrados políticos, a verdade é que também foi lugar de receção de exilados fugidos da repressão absolutista, embora o número dos que saíram seja largamente superior ao número dos que entraram. Para este facto contribuíram as grandes levas de liberais que

abandonaram Portugal, sobretudo durante os períodos de maior perseguição miguelista, como entre 1823 e 1826 e, principalmente, entre 1828 e 1832.

Foi precisamente no interregno destes dois períodos, ou seja, entre 1826 e 1828, que se registou uma maior afluência de exilados europeus, sobretudo espanhóis e italianos, ao território português, motivados pela outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV e consequente reposição do regime constitucional. Muitos exilados liberais vieram também com o intuito de apoiar o regime liberal português, numa altura em que a reação miguelista se tornava cada vez mais evidente.

Já antes, em 1823, era possível encontrar em solo português algumas centenas de exilados políticos originários da vizinha Espanha e de Itália, que se mantiveram em contacto com os liberais portugueses, desempenhando as sociedades secretas um papel decisivo para o estabelecimento e manutenção dessa ligação entre os exilados de diversas nacionalidades.

Saliente-se que um dos exilados espanhóis mais famosos, Espoz y Mina, tinha uma rede de informadores que operava nas duas principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto. O caso de Diego Muñoz Torrero, deputado durante o triénio liberal espanhol, elucida o que se verificava em muitas situações de exilados que procuravam escapar à repressão e à violência levada a cabo pelos regimes absolutistas europeus. Este exilado espanhol chegou a Portugal em 1823, após o fim do triénio liberal e o regresso de Fernando VII ao trono espanhol, e refugiou-se em Campo Maior, onde se manteve até 1828. Com o final do regime constitucional em Portugal em 1828, Muñoz Torrero viajou até Lisboa, onde pretendia apanhar um barco para rumar a países mais seguros, nomeadamente Inglaterra ou França, contudo acabou capturado pelas forças miguelistas e morreria na prisão um ano mais tarde<sup>42</sup>.

Tendo em conta a proximidade geográfica entre os dois países, não é de espantar a entrada em Portugal de centenas de espanhóis em 1826. Desta forma, Portugal apresentou-se como asilo para os espanhóis, sobretudo militares, que continuavam a abandonar o país, assim como para os liberais que pretendiam servir-se da fronteira para desenvolverem ações conspirativas.

À semelhança do que ocorreu nos maiores centros de exílio europeu, como Inglaterra e França, também em Portugal, embora não fosse a principal escolha como lugar de refúgio por parte dos liberais, os exilados que chegaram foram distribuídos por vários depósitos, uma prática corrente na época, utilizada não só por uma questão de segurança, como também para um melhor controlo sobre os refugiados por parte das autoridades dos países que os acolhiam.

---

<sup>42</sup> Simal (2012), *Emigrados...*p. 224.



Ao agrupá-los em depósitos, as autoridades adquiriam uma maior noção do local onde se encontravam os exilados e podiam controlar mais eficazmente as suas ações enquanto grupo. Foram constituídos em Portugal, no mínimo, quatro depósitos para albergar os exilados europeus, um em Santarém, outro no Porto e os restantes dois, de que há conhecimento, em lugares localizados perto da fronteira, registando-se também a existência de um clube revolucionário hispano-lusitano em Lisboa<sup>43</sup>.

Os muitos exilados espanhóis que chegaram a Portugal, na sua maioria militares, tiveram como principais pontos de partida Gibraltar, Inglaterra e França, um sinal da forte circulação de emigrados no espaço europeu, sobretudo ao longo de toda a década de 1820. Por exemplo, o caso do espanhol Juan Veguer elucida claramente essa circulação dos exilados, que não se limitavam a estabelecer-se exclusivamente num único país, ou num único local dentro de um determinado país, movimentando-se um pouco por toda a Europa. Em 1823, na qualidade de prisioneiro de guerra, Juan Veguer foi transferido para França, passados três anos, em 1826, entrou em Portugal para apoiar e defender a causa constitucional portuguesa. Contudo, com a repressão miguelista regressou a França e, já na década de 1830, acabou por participar numa conspiração que tinha como objetivo levar a cabo uma insurreição em Espanha<sup>44</sup>.

Recuando ao início da década de 1820 é possível encontrar em Portugal a presença de importantes figuras italianas que se refugiaram no país após chegar ao fim a experiência constitucional em Nápoles e no Piemonte. De entre os principais exilados italianos que passaram por Portugal são de destacar Guilherme Pepe, Vincenzo Pisa, Giuseppe Pecchio e Giacinto Provana di Colegno, que desenvolveram importantes contactos com os liberais portugueses<sup>45</sup>. Guilherme Pepe e Vincenzo Pisa foram os primeiros a chegar ao território nacional, em julho de 1821, tendo sido concedido ao primeiro um auxílio pecuniário, dado o facto de ter sido roubado.

Em Portugal, Pepe contactou com liberais de diversas profissões, nomeadamente com deputados, militares e ministros, dos quais se destaca Silva Carvalho, e, antes de partir para Londres, em 1823, passou várias vezes por Madrid e pela Grécia. Giuseppe Pecchio teve uma permanência bastante mais curta em Portugal, onde se refugiou durante apenas três meses, em 1822, contudo não deixou de escrever sobre a sua experiência no país e, no relato *Tre mesi in*

---

<sup>43</sup> Castells, Irene Olivan (1988), «Constitucionalismo, estratégia insurreccional e internacionalismo liberal en la lucha contra el Antiguo Régimen español (1823-1831)», *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, p. 490.

<sup>44</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 225 [nota de rodapé].

<sup>45</sup> Vargues, Isabel Nobre (1996), «Liberalismo e Independência. Os Exilados Italianos em Portugal (1820-1850)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, pp. 411-426.

*Portogallo*, demonstra as suas impressões relativamente aos costumes e às instituições liberais portuguesas<sup>46</sup>. Por seu turno, Giacinto Provana di Colegno estabeleceu diversos contactos e encontros com liberais em Inglaterra, Espanha e Portugal, procurando desenvolver e consolidar a união política internacional em torno do liberalismo e do combate às instituições absolutistas.

Com a reacção absolutista ao regime constitucional português, traduzida, sobretudo, nos movimentos conhecidos como Abrilada e Vila-Francada, e o conseqüente agudizar da tensão entre liberais e absolutistas, o território português tornou-se, naturalmente, mais hostil à permanência de liberais exilados e foram poucos os que arriscaram permanecer em Portugal.

No entanto, aquando da expedição liberal organizada por D. Pedro IV contra D. Miguel, que daria início à guerra civil de 1832-1834, muitos exilados italianos alistaram-se no exército liberal português, integrando o corpo de voluntários. De entre eles são de salientar os nomes de Caetano Borso di Carminati, que chegou a ser homenageado com a ordem da Torre e Espada por D. Pedro, irmãos Durando, e Francesco Anzani<sup>47</sup>. Segundo afirma Grégoire Bron, o número de voluntários italianos que combateram ao lado de D. Pedro ascendeu aos cerca de cem indivíduos e eram predominantemente originários do norte de Itália. Para este autor, a decisão de combater como voluntário ficou a dever-se à existência de um movimento internacional de solidariedade política para com o liberalismo português, no início da década de 1830, que chegou ao conhecimento dos liberais italianos na altura em que estiveram exilados em França e na Bélgica<sup>48</sup>.

Esta situação comprova que a causa liberal portuguesa não ficou confinada ao território nacional e que despertou a atenção de políticos, militares e militantes liberais um pouco por toda a Europa, inserindo-se, por isso, no movimento liberal internacional que contou com a inclusão e participação ativa de, sobretudo, portugueses, espanhóis, italianos e polacos. Desenvolveu-se, por isso, uma rede transnacional de contactos e encontros entre os exilados políticos de várias nacionalidades que, inclusive, transpôs as fronteiras europeias e chegou a outros continentes, nomeadamente à América, muito por influência da tradição colonial europeia nessa zona.

---

<sup>46</sup> Pecchio, Giuseppe (1822), *Tres mesi in Portogallo nel 1822*, Madrid, D. Michele di Burgos.

<sup>47</sup> Vargues (1996), «Liberalismo e Independência...», p. 419.

<sup>48</sup> Bron (2009), «The Exiles of Risorgimento...», p. 427.

## 1.2. Inglaterra enquanto lugar de exílio

Porquê Inglaterra? Que condições especiais apresentava este país para ser escolhido por tão elevado número de liberais como principal lugar de asilo durante a repressão levada a cabo pelos governos absolutistas em detrimento de outras capitais europeias?

Ao longo da década de 1820 os *tories* dominaram a política britânica, onde sobressaíram líderes como Canning e Robert Peel. Com a doença de Lord Liverpool, em 1827, que o impediu de governar, desencadeou-se uma guerra pela sua sucessão, que terminou com o triunfo de Canning, embora com uma considerável oposição por parte dos elementos *tories* mais tradicionalistas, receosos do carácter demasiado liberal das reformas de Canning.

Com a morte de Canning, ainda em 1827, e após uma breve passagem pelo governo de Goderich, sobe ao poder o duque de Wellington, em janeiro do ano seguinte. Com isto, os seguidores de Canning alinharam com os *whigs* para se oporem ao governo de Wellington, considerado por estes como um governo ultraconservador. Mesmo assim, a situação política e social britânica conheceu um período de relativa acalmia, contudo os conflitos não deixaram de existir e o descontentamento com o sistema político britânico aumentou. Esta situação política interna britânica de relativa acalmia terá contribuído para que os liberais portugueses escolhessem o país como destino, procurando escapar aos conflitos que se registavam noutros países europeus.

Como explica o historiador espanhol Juan Luis Simal, nas primeiras décadas do século XIX a cidade de Londres distinguia-se das restantes grandes cidades europeias e apresentava a grande vantagem de ser «o centro comercial, intelectual, científico, artístico e literário do momento».<sup>49</sup> Por esta altura Inglaterra era o país mais poderoso do mundo e era lá que os exilados tinham oportunidade de receber ajuda por parte de importantes grupos da sociedade britânica, simpatizantes com a sua causa, para além de poderem contactar diretamente com emigrados de outras nacionalidades, que partilhavam do mesmo destino dos portugueses.

O sistema político britânico era um dos mais admirados pela elite intelectual europeia da época, visto que muitos políticos e intelectuais elegiam Inglaterra como o «país da liberdade» e olhavam para o seu sistema político e social como um exemplo a seguir e implementar nos respetivos países.

Para além do seu reconhecido desenvolvimento, que facilitava a tarefa dos liberais na hora de decidirem que país escolher como local de refúgio, Inglaterra apresentava outras

---

<sup>49</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 197.

vantagens que a tornavam num país único, nomeadamente a fácil acessibilidade, motivada pelas constantes inovações ao nível dos circuitos marítimos, a estabilidade política e, o mais importante para estes exilados, uma legislação pouco severa relativamente à questão dos refugiados. Neste contexto, assinala-se que a particularidade britânica relativamente a essa questão se prendia com o facto de não existirem leis que se opusessem à entrada de refugiados ou que permitissem expulsá-los do país após a sua entrada no mesmo.

De uma forma geral, é possível afirmar que os exilados liberais que procuraram Inglaterra como lugar de refúgio ao longo da primeira metade do século XIX foram tolerados, situação que terá ocorrido devido ao facto de a maioria dos emigrados se manter tendencialmente afastada das questões internas britânicas, pelo que não eram vistos como uma ameaça por parte das autoridades britânicas. Assim sendo, só após ter lugar a «Primavera dos Povos», em 1848, o conjunto de revoluções que atingiu praticamente toda a Europa, é que a Inglaterra aprovou uma lei relativa aos estrangeiros, receosa de que os mesmos prejudicassem a ordem interna do país<sup>50</sup>. No entanto, entre 1823 e 1906 não foi negada a entrada a qualquer refugiado chegado a Inglaterra, assim como não foi ordenada a sua expulsão do território britânico<sup>51</sup>.

Com o passar dos anos e com o desenrolar da situação política europeia, os exilados liberais que chegavam a Inglaterra variavam em número, aumentando de ano para ano, mas, sobretudo, divergiam em nacionalidade. Enquanto inicialmente a maioria dos emigrados políticos em Inglaterra era formada essencialmente por espanhóis e italianos, mas também por portugueses, com o passar dos anos, as constantes alterações na política europeia fizeram com que essa realidade se modificasse e comesçassem a chegar ao território britânico novas levas de exilados oriundos de países como Alemanha, Polónia e Hungria<sup>52</sup>.

O facto de Inglaterra ter acolhido e tolerado a presença de inúmeros exilados liberais dentro das suas fronteiras originou alguns atritos entre o governo britânico e vários governos europeus, nomeadamente o espanhol, contudo não existem provas concretas de que o primeiro tenha prestado auxílio aos revolucionários.

Da mesma forma que o governo inglês não se opôs à entrada dos exilados europeus no seu território, também a sociedade britânica providenciou uma boa receção aos fugitivos da perseguição absolutista. A chegada de um sem número de emigrados a Inglaterra ao longo de toda a década de 1820 revelou-se vantajosa para o país, uma vez que permitiu passar a

---

<sup>50</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 199.

<sup>51</sup> Porter, Bernard (1979), *The refugee question in mid-victorian politics*, Cambridge, University Press, p. 8.

<sup>52</sup> A obra editada por Sabine Freitag, em 2003, apresenta uma boa visão sobre a estadia de exilados oriundos destes países em Inglaterra.

imagem de um lugar tolerante e centro europeu de liberdade, ao passo que a saída desses exilados das suas nações de origem transmitia a imagem de países opressores, onde a liberdade política não era respeitada. O bom acolhimento proporcionado aos exilados europeus pela sociedade britânica materializou-se sob a forma de comissões privadas e de subscrições públicas, registando-se a existência destas últimas um pouco por todo o país, para as quais contribuía, não só os setores mais abastados da sociedade inglesa, como também os indivíduos detentores de menos posses que, mesmo assim, não queriam deixar de contribuir para a ajuda aos refugiados<sup>53</sup>.

Esta simpatia geral para com a situação dos exilados europeus por parte da maioria da sociedade britânica produziu efeitos sobre o governo, na medida em que, graças à pressão exercida por parte de vários setores ingleses, o governo britânico acabou por conceder uma ajuda oficial aos emigrados políticos. Naturalmente, estas ajudas não duraram por muito tempo e muitos exilados enfrentaram precárias condições de vida, que seriam ainda mais duras sem o desenvolvimento desta filantropia britânica para com os refugiados europeus. Serve de exemplo o caso dos emigrados políticos portugueses que, apesar de terem recebido ajuda por parte de vários comerciantes portugueses residentes no país e de terem usufruído de alguns subsídios, não escaparam às duras condições de vida que, de uma forma geral, caracterizou o exílio liberal europeu.

A Inglaterra, principalmente Londres, constituiu, durante a década de 1820, o principal ponto de encontro de exilados europeus, fugitivos da repressão absolutista. Aí se reuniram e contactaram diretamente emigrados de várias nacionalidades, predominantemente espanhóis, italianos, portugueses e polacos. De todos estes, segundo Juan Luis Simal, aqueles que receberam um melhor acolhimento por parte da sociedade britânica terão sido os exilados italianos, devido à simpatia e ao interesse que existia em Inglaterra relativamente à cultura italiana<sup>54</sup>.

De facto, é possível afirmar que os leitores liberais britânicos se identificavam com os princípios de progresso, liberdade e civilização defendidos pelos exilados italianos nos seus artigos publicados em Inglaterra. Da mesma forma, assistiu-se a uma afinidade entre a procura de cartas constitucionais para os estados italianos por parte dos exilados liberais e o apoio *whig* relativamente a uma reforma gradual e a uma autonomia local<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, pp.203- 206.

<sup>54</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 210.

<sup>55</sup> Isabella (2009), *Risorgimento in Exile...*, pp. 206-207.

### **1.3. França no centro do exílio europeu**

Se Inglaterra foi o centro do exílio liberal europeu durante a década de 1820, a França passaria a deter esse título na década seguinte, assinalando-se como marco fundamental para esta viragem a Revolução Liberal francesa de 1830, que instituiu a chamada Monarquia de Julho.

Ao longo da década de 1820, a monarquia francesa, quando comparada com as restantes monarquias europeias, apresentou a particularidade de ser um regime constitucional onde vigorava um moderado reconhecimento das liberdades.

Contudo, os conflitos políticos eram constantes entre a facção liberal, que se encontrava dividida em vários grupos, e a facção realista. Esta, conforme se avançava na década, ia conquistando mais votos e conseguindo obter um maior número de vitórias eleitorais. Perante a vontade do governo em pretender aumentar a repressão e limitar a liberdade de imprensa, os liberais franceses uniram-se e, por duas vezes consecutivas, garantiram bons resultados nas eleições, em 1827 e em 1830. Com a subida de Polignac ao poder em 1829, à frente do governo realista, a oposição liberal, antevendo a privação das liberdades individuais, levou a cabo uma revolução, em julho de 1830, que destronou Carlos X e colocou Luís Filipe de Orleães à frente dos destinos da França.

À semelhança do que se observou para o caso britânico, também em França, a maioria dos exilados era originária da Europa do Sul, nomeadamente espanhóis, portugueses e italianos, existindo em França um maior receio face à possibilidade dos liberais europeus, sobretudo os espanhóis, desenvolverem contactos e influenciarem a população francesa na realização de movimentos revolucionários, algo que não era tão perceptível em Inglaterra<sup>56</sup>.

O receio do governo francês relativamente ao contágio ideológico entre exilados e franceses resultou na criação de apertadas medidas de segurança e de vigilância para com os estrangeiros, diferentemente ao que se observou em Inglaterra.

É possível distinguir em França a existência de dois tipos de exílio. Um que se desenrolou em Paris, uma das capitais europeias da cultura e da política da década de 1820, apenas igualada por Londres, levado a cabo pelos exilados que dispunham de alguns recursos e de uma situação económica relativamente estável. Um segundo grupo era constituído daqueles que viviam com maiores dificuldades económicas e que optaram por residir na província ou em zonas rurais, onde o custo de vida era menos elevado e onde tinham a oportunidade de aproveitar os recursos aí disponíveis.

---

<sup>56</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 216.

Almeida Garrett foi um dos exilados portugueses que, após passar por Inglaterra no início do seu exílio a seguir à Vila-Francada, passa a residir em França entre 1824 e 1826, onde redigiu alguns dos seus poemas e trabalhou na empresa comercial de Martin Laffitte, sogro do negociante português José Ferreira Alves. Após o regresso de D. Miguel e da consequente restauração da monarquia absoluta, Garrett encontra-se entre a grande leva de emigrados liberais que deixou o país em 1828, e embarca novamente para Inglaterra. O seu exílio processou-se entre as duas grandes cidades europeias da época, Londres e Paris, na medida em que em 1829, na companhia do marquês de Palmela, parte para a capital francesa, onde permaneceu durante pouco tempo, regressando a Londres. Antes de regressar a Portugal na expedição liberal de D. Pedro, Garrett ainda voltaria a Paris, em dezembro de 1831, deixando a capital francesa cerca de um mês depois. Aí regressaria, em 1835, aquando do seu terceiro exílio<sup>57</sup>. O exemplo de Almeida Garrett demonstra que existiu uma acentuada circulação entre os vários países europeus por parte dos exilados liberais, na busca por melhores condições de vida e uma maior estabilidade.

Outros exilados portugueses, que como Garrett haviam deixado o país antes da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, após a morte de D. João VI, em 1826, fugiram do elevado custo da vida britânica e rumaram a França, estando sempre presente nestes emigrados a necessidade de subsistência num país que não era o deles e que muitos desconheciam. Foram os casos de, entre outros, José da Silva Carvalho, Ferreira Moura, Ferreira Borges, marquês de Fronteira, Sepúlveda, conde de Subserra, conde de Vila Flor, Silvestre Pinheiro Ferreira e a família Braamcamp.

## **2. Inglaterra e o exílio liberal português**

### **2.1. Da *Belfastada* a Plymouth**

Tal como afirmam Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal, Saldanha ao tomar as decisões de se demitir do governo dirigido por D. Isabel Maria e de partir para França, ainda em 1827, anteciparia o exílio liberal em massa que viria a ter lugar no ano seguinte. De facto, é já com D. Miguel em Portugal, onde desembarcou a 7 de fevereiro de 1828, que muitos indivíduos, opositores da ideologia absolutista, deixam Portugal com destino ao estrangeiro. No mês imediatamente a seguir à chegada do irmão de D. Pedro, personalidades como os condes de Vila Flor, da Taipa e de São Paio, o general Stubbs e o marquês de Fronteira

---

<sup>57</sup> Terra, José F. da Silva (1983), «Os emigrados liberais portugueses em França», *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal e la France*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 324.

abandonaram Portugal com destino a Inglaterra, partindo depois para França, país que já era nessa altura pátria de cerca de 200 portugueses exilados<sup>58</sup>.

Seguiram-se várias manifestações de recusa do absolutismo por parte dos liberais, como o assassinato dos professores de Coimbra que iam a Lisboa saudar o novo monarca, e uma revolta planeada logo em março, chefiada por Bernardo de Sá Nogueira. Outra, um mês depois, com o objetivo de devolver o governo do país a D. Isabel Maria. Ainda uma terceira, possivelmente a mais conhecida, que teve lugar a 16 de maio de 1828, no Porto, que haveria de estar ligada à *Belfastada*<sup>59</sup>.

Foi precisamente após este episódio que se registou um incremento no número de portugueses a abandonar o país com destino ao estrangeiro, sobretudo Inglaterra e França. De facto, o exílio liberal português apresentou duas vertentes: um exílio levado a cabo pela elite e por figuras que já se vinham a destacar no primeiro plano político ao longo da década de 20, e um exílio que incluiu os militares implicados na *Belfastada* e que viriam a constituir o célebre barracão de Plymouth. O exílio português foi constituído por uma elite que fazia lembrar o cosmopolitismo do século XVIII, mas também por cidadãos anónimos, entre os quais se contavam inúmeros indivíduos pertencentes à classe média. Contudo, o grupo socioprofissional mais representado era os militares<sup>60</sup>.

Sobre o exílio dos militares, torna-se importante atentar nos *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, de onde constam vários números interessantes relativos aos emigrados militares que fugiram de Portugal para Espanha, passando depois para Inglaterra, após a *Belfastada*, em julho de 1828<sup>61</sup>.

Segundo esta fonte, produzida com base nos registos oficiais da Galiza, terão saído 824 emigrados da Corunha e 1342 de Ferrol, perfazendo um total de 2166. Todos estes se destinaram a Inglaterra, sendo que para Falmouth partiram os que se encontravam em Ferrol, ao passo que a Portsmouth chegaram os que haviam estado na Corunha.

Por seu turno, Joaquim José da Silva Maia, que segundo as suas palavras terá acompanhado os emigrados até Inglaterra, apresenta nas suas memórias, cuja escrita iniciou em 1829, quando se encontrava em Inglaterra, e terminou no Rio de Janeiro no ano seguinte, números um pouco diferentes<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 80.

<sup>59</sup> Marques (2002), *Nova História de Portugal...*, p. 576.

<sup>60</sup> Bron, Grégoire (2013), *Révolution et nation...*, p. 546.

<sup>61</sup> *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa* (1888), Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 104-116.

<sup>62</sup> Maia, Joaquim José da Silva (1841), *História da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos Emigrados Portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert.



De acordo com os dados apresentados por Silva Maia, o total de emigrados que partiu com destino a Inglaterra ascendeu aos 2386, sendo este conjunto constituído por elementos das mais variadas categorias, tanto militares como civis. De entre as patentes militares presentes na emigração era possível encontrar, entre outros, coronéis, tenentes-coronéis, capitães-mores, capitães, majores, alferes e praças, ao passo que entre os civis se contavam indivíduos com profissões bastantes variadas, como juízes de fora e desembargadores, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, clérigos, escrivães, proprietários e negociantes.

Neste conjunto, Silva Maia também incluiu, para além dos indivíduos do sexo masculino, o grosso desta emigração, 90 mulheres e 27 filhos menores, destacando que a grande maioria destes exilados eram militares, sendo uma pequena parte constituída por civis, 1890 e 496, respetivamente.

Por seu lado, Luz Soriano, embora desconfie da autenticidade dos números, aponta que a soma do número de emigrados com o número daqueles que se encontravam escondidos nas suas próprias terras perfazia um total de 40.790 indivíduos<sup>63</sup>.

Luz Soriano dá particular destaque à emigração liberal portuguesa para o Brasil, referindo que esta era constituída por profissionais de todas as áreas, ou seja, das ciências, das letras, das artes e da mecânica. Sobre estes exilados, Luz Soriano relata ainda que os mesmos foram bem recebidos na ex-colónia portuguesa, o que lhes facilitou a permanência pelo facto de lá se encontrarem familiares e conhecidos e por se falar o mesmo idioma.

No entender de Luz Soriano, o Brasil acabou por sair beneficiado devido à chegada de portugueses instruídos, que contribuiriam para o desenvolvimento do país, ao passo que Portugal, pela sua saída, haveria de ficar prejudicado. Luz Soriano refere ainda que o partido da oposição brasileiro simpatizava com a causa liberal portuguesa e opunha-se ao governo absolutista de D. Miguel.

Segundo o relato de Silva Maia, a experiência dos exilados portugueses em Espanha a caminho de Inglaterra, após o fracasso da *Belfastada*, revelou ser uma jornada particularmente difícil, face às adversidades que encontraram durante esse percurso, que provocaram uma redução progressiva no número de emigrados que haveriam de chegar a Inglaterra alguns meses mais tarde<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Soriano, Luz (1883), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo História Diplomática Militar e Política Deste Reino Desde 1777 até 1834*, Terceira Época, Tomo 3, Parte 1, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 164.

<sup>64</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, pp. 108-140.

Conforme nos conta Joaquim José da Silva Maia, à frente dos emigrados que se dirigiram a Espanha seguiam o brigadeiro Pizarro<sup>65</sup> e o único membro da dissolvida Junta do Porto que havia acompanhado os portugueses, o desembargador Queiroz. De acordo com Vitorino Nemésio, no comando dos foragidos portugueses seguia também Bernardo de Sá Nogueira, com destino à Corunha<sup>66</sup>.

Quando os emigrados portugueses dão entrada em Portela de Leonte, que divide Portugal da Galiza, o seu número rondava os 9.000 indivíduos, quantidade que teve tendência para diminuir conforme progrediam no interior de Espanha. Ao entrarem no campo de Lobios a 11 de julho de 1828, os portugueses já viam o seu número ser reduzido de 9.000 para pouco mais de 8.000, e destes apenas cerca de metade se deslocaram para Espanha. Silva Maia relata ainda que mal os emigrados portugueses se abrigaram na Galiza, foram abordados por padres galegos defensores do governo de D. Miguel. Estes padres terão aconselhado os exilados portugueses a regressar a Portugal e a pedir perdão a D. Miguel, convencidos de que este o concederia.

Aos 22 dias desse mesmo mês de julho os portugueses em Espanha enfrentaram uma nova dificuldade. Por decreto real, todos os emigrados portugueses no país vizinho, que se encontravam acantonados nos depósitos de Chantada, Sarria e Monforte, dispunham de apenas 30 dias para abandonar o território, devendo dirigir-se por Lugo, com destino a Corunha e a Ferrol. A crer nas palavras de Silva Maia, os emigrados portugueses conheceram uma realidade diferente daquela que haviam experienciado anteriormente, na medida em que foram bem recebidos em Lugo e na Corunha<sup>67</sup>. Os habitantes desta última localidade terão providenciado dinheiro e roupa aos emigrados e ignorado todas as ordens que tinham para os vigiarem.

Silva Maia relata que praticamente toda a cidade da Corunha era habitada por indivíduos apoiantes do constitucionalismo, exceção feita ao governador, a algumas autoridades e aos frades. Esta situação apresenta-se um pouco diferente daquela que os exilados vivenciaram em Ferrol, visto que aqui, a par dos habitantes, também o governador e as autoridades partilhavam da convicção liberal dos portugueses, pelo que estes não estavam

---

<sup>65</sup> Na página 184 das suas memórias, José Liberato Freire de Carvalho aponta que este brigadeiro poderá ser Joaquim de Sousa Pizarro ou o seu irmão mais velho Gaspar Pizarro; Maria de Fátima Bonifácio, na cronologia final publicada na biografia de D. Maria, entende que foi Rodrigo Pinto Pizarro quem conduziu os emigrados portugueses pela Galiza.

<sup>66</sup> Nemésio (1946), *Exilados 1828-1832...*, p. 45.

<sup>67</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, p. 136 e 139.

sujeitos às revistas diárias que tinham sofrido anteriormente nem eram obrigados a recolher a uma hora específica.

A estadia dos exilados liberais em Espanha não se desenrolou de forma uniforme nos vários espaços por onde os portugueses passaram. Também na hora da partida houve diferenças relativamente ao comportamento das autoridades espanholas nas várias localidades para com os portugueses. Enquanto o governador da Corunha, Lopes del Pan, fez embarcar os emigrados à força com destino a Inglaterra, os exilados que se encontravam no depósito de Ferrol foram mais afortunados, na medida em que, segundo as palavras de Joaquim José da Silva Maia, esses mesmos homens abandonaram o depósito quando as circunstâncias o proporcionaram, não tendo havido recurso à violência<sup>68</sup>.

Esta última ideia dá a entender que no caso dos emigrados que saíram de Espanha por Corunha existiram episódios de violência, embora Silva Maia apenas refira que Lopes del Pan recebeu ordens de Madrid para fornecer a cada emigrado 60 réis diários, a partir do primeiro dia em que pisaram solo espanhol, podendo este facto ser entendido como uma forma de tentar coagir os portugueses a abandonarem o país o mais rapidamente possível.

Na opinião de Silva Maia, caso os emigrados portugueses se tivessem dirigido para Marrocos em vez de para Espanha após a *Belfastada* teriam sido melhor recebidos, na medida em que anos antes, durante os primeiros exílios liberais espanhóis, os refugiados do país vizinho encontraram bom acolhimento no Norte de África.

A chegada dos emigrados portugueses, que tinham abandonado Espanha a partir da Corunha e de Ferrol com destino a Inglaterra, teve lugar entre os finais de agosto e o início de setembro de 1828. O primeiro lugar a que os exilados portugueses chegaram em Inglaterra foi Portsmouth, tendo alcançado Falmouth alguns dias depois, desenrolando-se a viagem a bordo de onze navios, segundo informação de Joaquim José da Silva Maia<sup>69</sup>. De acordo com o seu relato, aqueles que se dirigiram para Falmouth experienciaram uma viagem mais difícil do que os restantes, uma vez que os navios transportaram mais pessoas do que a sua capacidade permitia e a falta de ordem imperou a bordo. Ao desembarcarem em solo britânico, os exilados liberais não foram alvo de particular acolhimento.

## **2.2. De Plymouth a Brest.**

Apesar de Inglaterra ter sido o principal destino dos liberais portugueses, assim como de milhares de refugiados de diversas outras nacionalidades, principalmente espanhóis e

---

<sup>68</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, p. 147.

<sup>69</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, p. 156

italianos, antes, durante e após o período aqui estudado era possível encontrar cidadãos portugueses exilados noutros países da Europa e da América, nomeadamente França, Itália, Países Baixos, Gibraltar, Estados Unidos da América e Brasil, num possível total que ultrapassaria os 20.000<sup>70</sup>.

Tal como sugere António Ferrão, a emigração liberal portuguesa constituiu um importante movimento populacional, tanto no espaço como no tempo. No espaço porque, como vimos, os exilados portugueses refugiaram-se um pouco por toda a Europa e América, e no tempo porque muitos desses homens permaneceram no exílio durante vários anos, como foi o caso de Rodrigo da Fonseca Magalhães, que permaneceu em Inglaterra durante quatro anos consecutivos, entre 1828 e 1832, havendo casos de portugueses que, mesmo após a derrota de D. Miguel na guerra civil e a restauração do liberalismo, permaneceram no país que os acolhera anos antes. Esta situação registou-se especialmente entre os indivíduos que haviam escolhido o Brasil como lugar de refúgio, sendo-lhes a estadia facilitada pela proximidade cultural e linguística existente entre o país de origem e o país de acolhimento.

Nesta sucinta caracterização da emigração liberal portuguesa, refira-se que esta constituiu essencialmente um movimento da elite política, económica e social da época, comprometida como estava aquando do desembarque de D. Miguel em Lisboa, em fevereiro de 1828.

Quando, em setembro de 1828, desembarcam em Inglaterra os militares que haviam passado por Espanha, já se encontravam em Londres importantes figuras do primeiro plano da política e da sociedade portuguesa, como Palmela, conde da Cunha, conde de Sabugal, conde de Alva, Mousinho de Albuquerque e Almeida Garrett. Este último, na companhia da mulher Luísa Midosi, embarcou para Inglaterra em maio de 1828, através de Ferrol, e desembarcou em Falmouth em junho do mesmo ano. Devido à assistência providenciada por Itabaiana, Almeida Garrett e a esposa, ao contrário pelo que passaram muitos outros portugueses, viveram confortavelmente em Londres, no número 13 de Oxendon St. Haymarket, aproveitando Garrett o seu tempo para visitar a biblioteca do British Museum<sup>71</sup>.

Os exilados portugueses não optaram apenas por Londres como local de abrigo, encontrando-se também espalhados por outras grandes cidades europeias, nomeadamente Bruxelas, onde se exilaram, entre outros, conde de Vila-Flor, marquês do Lavradio, Saldanha,

---

<sup>70</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 204.

<sup>71</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 86.

conde de Vila Real e marquês de Ponte de Lima, e Paris, onde se encontravam personalidades como conde da Taipa, marquês de Fronteira, barão de Saborosa e barão de Rendufe<sup>72</sup>.

Em Inglaterra, os exilados portugueses detentores de menos posses e vindos da Galiza encontravam-se, na sua maioria, agrupados num depósito geral que fora criado em Plymouth pouco depois do desembarque destes em Inglaterra. Este depósito apresentava duras condições de vida para os seus habitantes e foi inicialmente administrado por Cândido José Xavier, político e militar que acompanhara Palmela na *Belfastada* e que, como muitos outros, se retirara para Inglaterra após o fracasso da mesma. Devido à sua participação nos exércitos de Massena aquando da terceira invasão francesa a Portugal, Cândido José Xavier esteve longe de gerar consenso quanto ao seu caráter entre os exilados e foi um dos pontos de discórdia entre os mesmos.

O sustento destes emigrados em Plymouth estava garantido, pelo menos em teoria, pelos montantes que Palmela retirava do dinheiro que o Brasil ia pagando a Portugal na sequência do tratado da independência daquela ex-colónia, assinado em 1825<sup>73</sup>. Em 1823, Portugal contraíra um empréstimo em Londres e, a troco do reconhecimento da independência, o Brasil comprometera-se a pagá-lo, sendo o visconde de Itabaiana o responsável por essa operação. Contudo, a não uniformidade no que respeita à distribuição destes subsídios tornou-se num dos principais elementos geradores da divisão entre os exilados liberais e impositivos da tão necessária e desejada união entre os constitucionais para que a causa liberal triunfasse.

Os emigrados portugueses que chegaram a Inglaterra vindos de Espanha foram divididos em seis classes, cada uma delas com o respetivo chefe, agrupadas no depósito de Plymouth, chefiado por Cândido José Xavier, que seria pouco tempo depois substituído pelo general Stubbs, coadjuvado por Paulo Midosi, secretário, e por um negociante, cujo apelido era Carvalho e que desempenhava a função de tesoureiro<sup>74</sup>.

Esta divisão, que agradou pouco aos exilados portugueses em geral e aos que estavam nas classes inferiores em particular, encontrava-se estabelecida da seguinte forma: a primeira classe era constituída por oficiais gerais e estado-maior, a segunda por oficiais de primeira linha, na terceira classe era possível encontrar os oficiais de segunda linha e os voluntários, na quarta estavam os empregados civis, como magistrados e oficiais de fazenda e de justiça, a quinta classe era constituída por sacerdotes, negociantes e proprietários, e no último grupo

---

<sup>72</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 205.

<sup>73</sup> Bonifácio (2005), *D. Maria II...*, p. 15.

<sup>74</sup> Nemésio (1946), *Exilados 1828-1832...*, p. 52.

encontravam-se os praças de primeira e segunda linhas, os voluntários, como os académicos de Coimbra e do Porto, e os criados de servir<sup>75</sup>.

As condições que os exilados portugueses encontraram nos barracões de Plymouth estavam longe de ser as mais desejadas, quer ao nível do espaço habitacional, quer em termos de alimentação, sendo que existiam diferenças claras relativamente ao que era concedido aos indivíduos que constituíam os vários grupos.

Os barracões eram construídos em madeira e comportavam janelas sem vidros, bancos e cadeiras ou camas. O chão encontrava-se apenas revestido por palha, que era trocada com uma periodicidade de quinze dias. Estes albergues tinham um custo mensal de cerca de cem libras, montante que era suportado pelo pagamento que Palmela, enquanto embaixador em Inglaterra, recebia do Brasil. Contudo, o espaço disponível nesses barracões não era suficiente para acolher todos os refugiados, pelo que, segundo indica Vitorino Nemésio, terão sido alugadas quatro embarcações que se encontravam paradas para os restantes emigrados dormirem nos porões, custando o aluguer de cada uma cinquenta libras<sup>76</sup>.

A alimentação baseava-se no fornecimento de uma ração diária que incluía pão, carne e arroz e, ao passo que os emigrados inseridos na sexta classe recebiam em géneros, aos restantes era-lhes dada em dinheiro. Para além desta ajuda, os oficiais militares de primeira e de segunda linhas também usufruíam de uma remuneração igual ao valor que recebiam em Portugal, assim como era pago aos empregados civis o ordenado como se estivessem a exercer as respetivas funções. No caso dos voluntários que não eram oficiais e eram considerados simples soldados, era-lhes atribuída uma pensão mensal de catorze *shillings* em numerários, ao passo que os exilados médicos, proprietários e negociantes usufruíam de uma mensalidade de três libras. Estando os subsídios entregues aos emigrados dependentes da sua atividade profissional, era necessário que estes comprovassem a mesma, bastando para isso unicamente a sua palavra e, no caso de restarem dúvidas, era-lhes pedido apenas que entregassem um comprovativo assinado por três emigrados<sup>77</sup>.

De acordo com Silva Maia, apenas os emigrados que constituíam a sexta classe estavam sujeitos às penosas condições de vida dos barracões de Plymouth, na medida em que os portugueses incluídos nas restantes classes se encontravam a viver em casas particulares ou em hospedarias. Fazendo uma análise da situação dos exilados relativamente aos subsídios recebidos, Silva Maia considerava que os grandes beneficiários da divisão do dinheiro

---

<sup>75</sup> Soriano (1883), *História da Guerra Civil...*, p. 170.

<sup>76</sup> Nemésio (1946), *Exilados 1828-1832...*, p. 53.

<sup>77</sup> Soriano (1883), *História da Guerra Civil...*, pp. 171-172.

efetuada por Palmela e Cândido José Xavier eram os indivíduos que se encontravam inseridos nas quatro primeiras classes, na medida em que recebiam consideravelmente mais do que usufruíam em Portugal, porque não estavam sujeitos às despesas associadas aos seus empregos em exercício. Esta distribuição dos subsídios esteve em vigor entre os exilados portugueses durante poucos meses visto que, logo no início de 1829, a sua formulação sofreu diversas alterações. As rações diárias foram suprimidas em todas as classes, à exceção da última, e os subsídios foram reduzidos no caso dos militares de primeira e segunda linhas e voluntários, inseridos nas primeira, segunda e terceira classes, tendo por base o que recebia um capitão, que inicialmente ganhava sete libras e quinze *shillings* mensais e passou a receber apenas cinco libras e catorze *shillings*. Contudo, não foi só de reduções que se constituiu a reforma levada a cabo no domínio dos subsídios, visto que os exilados que formavam a quinta classe usufruíram de um aumento, embora reduzido, passando a receber quatro libras por mês<sup>78</sup>.

A distribuição dos subsídios aos emigrados em Plymouth foi um assunto que gerou muita discórdia e conflito entre estes e os chefes da emigração liberal portuguesa em Inglaterra, particularmente Palmela e Cândido José Xavier, sendo os últimos acusados de privilegiarem os seus amigos mais próximos e de fazerem uma divisão pouco justa dos montantes disponibilizados pelo Brasil. Tal conflito é visível numa suposta conversa entre o diretor do depósito de Plymouth, Cândido José Xavier, e um voluntário académico exilado, onde este coloca em confronto as duas realidades, uma vivida pelos exilados acantonados nos barracões de Plymouth e a outra, experienciada pelos homens com mais poderes na emigração liberal:

«C. J. Xavier, numa ordem do dia, dizia aos emigrados – vós sois os mais felizes emigrados que têm havido – respondeu-lhe um voluntário académico – assim o deve dizer V. Ex.<sup>a</sup> que tem por mês 53 libras esterlinas, e casas pagas, e que veio do Porto no Belfast com todas as comodidades; mas eu, que atravessei a pé toda a Galiza, que padeci fomes, e em Plymouth durmo em cima do esterco no barracão; que apenas tenho 14 *shillings* mensais, não me posso considerar feliz, valendo eu mais que V. Ex.<sup>a</sup>, porque nunca atraíçoei a minha pátria [referência à participação de Cândido José Xavier na guerra peninsular ao lado das tropas napoleónicas], nem desertei do Porto – Cândido emudeceu!»<sup>79</sup>.

Nesta pequena conversa encontra-se caracterizado, em traços gerais, o exílio de mais de 2.000 portugueses em Plymouth: falta de alimentos, más condições habitacionais, dificuldades económicas e infelicidade não só por causa dos problemas que viviam

---

<sup>78</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, pp. 164-167.

<sup>79</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, p. 172 [nota de rodapé].

diariamente no exílio, como também derivado do facto de se encontrarem longe da pátria e da família, numa terra que era, para muitos, totalmente desconhecida.

No entanto, Plymouth não proporcionava apenas más condições de vida, pois quem possuísse dinheiro, poderia usufruir das comodidades que a região oferecia. Os irmãos Passos, José e Manuel, foram uns dos que ficaram inicialmente em Plymouth, mas que não passaram as penosas dificuldades que muitos outros sentiram, na medida em que recebiam algum dinheiro que lhes era enviado a partir do Porto por João Alberto de Queiroz para Bruno Silva & Cia, por intermédio da mãe, que fizera um depósito numa casa comercial. Na qualidade de advogados, os irmãos Passos recebiam em Inglaterra um montante de 3 libras por mês, para além de subsídios alimentares<sup>80</sup>. Pouco tempo depois, Passos Manuel e Passos José partiriam para França e colocar-se-iam na facção apoiante de Saldanha contra Palmela.

Para tentar resolver a discórdia que existia entre os exilados e recuperar a confiança destes, Palmela, nos últimos meses de 1828, ordenou a José da Silva Carvalho que se dirigisse a Plymouth. Esta decisão de Palmela prendeu-se com o facto de Silva Carvalho ser bastante popular entre os emigrados portugueses, visto ter sido um dos principais obreiros da revolução liberal de 1820. Silva Carvalho chega a Londres em outubro de 1828 para o seu segundo exílio, após ter passado por essa experiência entre 1823, com a repressão absolutista ao primeiro período liberal português, e 1826, aquando da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro, após a qual regressou a Portugal.

Durante os meses em que esteve em Plymouth, possivelmente entre dezembro de 1828 e março de 1829, José da Silva Carvalho foi o principal elo de ligação entre Plymouth e os chefes da emigração portuguesa, na medida em que conservava uma correspondência regular não só com Palmela, como também com o visconde de Itabaiana, ministro do Brasil em Londres, que não tinha reconhecido o governo absolutista de D. Miguel, mantendo ambos atualizados relativamente ao que se passava no depósito de Plymouth a respeito dos exilados portugueses.

A ida de Silva Carvalho a Plymouth, com a missão de atenuar os ânimos dos emigrados portugueses relativamente a Palmela e aos restantes ministros de D. Pedro, parece ter obtido resultados positivos, na medida em que, em carta datada de 1 de dezembro de 1828, aquele emissário relata que as más impressões a respeito do diplomata português haviam sido suprimidas e que os emigrados revelavam total confiança no trabalho dos ministros de D. Pedro, garantindo que cumpririam tudo o que lhes for ordenado. Saliente-se que Silva

---

<sup>80</sup> Pinheiro (1996), *Passos Manuel...*, p. 52.



Carvalho enfatiza que tais desconfianças foram geradas por escritos que se divulgaram em Plymouth<sup>81</sup>.

Ainda durante o final de 1828, em novembro, Palmela, na qualidade de chefe da emigração liberal portuguesa em Inglaterra, recebeu ordem por parte do governo britânico, representado por Wellington, que ascendera ao poder em janeiro de 1828 no seguimento da morte de Canning, para que os exilados portugueses concentrados em Plymouth dispersassem por vários outros locais. Como relata Palmela, em carta dirigida a Luís António de Abreu e Lima:

«Por último tenho que participar a V. Ex.<sup>a</sup> que não consentindo o ministério britânico, que os refugiados portugueses se conservassem por mais tempo reunidos em Plymouth, propondo-me a sua dispersão por lugares que me indicou, fixando o número de homens que deveria ficar em cada um deles, sem poder ser excedido e separando os soldados dos seus oficiais [...] em consequência do que tenho feito fretar transportes, que vão conduzir a todos os que deles quiserem aproveitar, até ao Brasil, se não puder ter lugar o desembarcarem em algum ponto mais próximo da Europa.»<sup>82</sup>.

Denota-se por estas palavras de Palmela que a preferência dos exilados, ou a sua preferência enquanto chefe da emigração liberal, ia no sentido destes se dirigirem para qualquer outro ponto da Europa, onde lhes fosse possível usufruir de melhores condições de vida, em detrimento da partida para o Brasil.

De acordo com Joaquim José da Silva Maia, esta ordem do governo britânico teve lugar porque as leis daquele país proibiam a concentração de depósitos militares estrangeiros, acrescentando que tal medida foi pedida pelo ministro espanhol, que argumentava que o governo de Wellington deveria proceder da mesma forma que o governo espanhol operara em 1827 quando, a pedido do governo britânico, dispersara os exilados portugueses por Espanha, separando os oficiais dos soldados<sup>83</sup>.

Numa carta dirigida a Palmela, José da Silva Carvalho manifesta a sua opinião relativamente à ordem de Wellington para dispersar os exilados portugueses, considerando que, na impossibilidade de se dirigirem para qualquer parte do território português, o Brasil apresentava-se como a melhor alternativa, visto que «[...] só ali poderemos achar seguros meios de voltar a vingar os direitos da nossa Rainha e os nossos», revelando também que a ideia foi bem recebida<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> Viana, António (1891), *José da Silva Carvalho e o Seu Tempo*, Volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 18.

<sup>82</sup> *Correspondência Oficial de Luís António de Abreu e Lima com o Duque de Palmela* (1874), Lisboa, Lallémand Frères, pp. 126-127 [carta datada de 23 de dezembro de 1828].

<sup>83</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, p. 191.

<sup>84</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 21 [carta datada de 6 de dezembro de 1828].

Segundo Maria de Fátima Bonifácio, o governo de Wellington argumentava que a autorização para a elevada concentração de emigrados militares portugueses em Plymouth, que naquela altura ascendia a cerca de 1000 soldados e 2250 oficiais, tendo em conta os portugueses que continuavam a chegar a Inglaterra, vindos sobretudo da Madeira, representava um comportamento hostil contra o governo de D. Miguel, podendo assim ser entendido como uma quebra da neutralidade definida inicialmente por parte da Grã-Bretanha<sup>85</sup>.

Perante a recusa do governo britânico em aceitar a concentração dos emigrados portugueses em Plymouth, Palmela começou a planear a saída dos portugueses de Inglaterra no final de 1828. Em carta de 10 de dezembro de 1828 dirigida a Silva Carvalho, Palmela dá conta de que se apronta o embarque da primeira expedição de exilados portugueses, utilizando-se para isso quatro embarcações disponíveis em Plymouth<sup>86</sup>.

De acordo com o relato de Silva Maia, esta expedição compôs-se de 604 praças de infantaria, caçadores e vários oficiais, nomeadamente de artilharia, e foi conduzida pelo general Saldanha, que havia recebido ordem por parte do general Stubbs, à data já comandante do depósito, para que os navios se dirigissem para o Rio de Janeiro, fazendo, porém, uma escala na ilha Terceira, onde deveriam dar por terminada a viagem, se assim lhes fosse possível, caso contrário, continuariam até ao Brasil<sup>87</sup>.

Analisando a correspondência trocada entre José da Silva Carvalho, visconde de Itabaiana e Palmela no início de dezembro de 1828, é possível compreender alguns aspetos relacionados com a saída dos emigrados portugueses de Plymouth<sup>88</sup>. Silva Carvalho, a 11 de dezembro, assegura ao visconde de Itabaiana que se fosse permitido a alguns exilados permanecerem na Europa em vez de irem para o Brasil, estes não queriam continuar em Inglaterra, mas sim ir para Ostende, na Bélgica, tal como Itabaiana desejava. Neste sentido, Silva Carvalho pede a Palmela para que alguns conterrâneos seus possam permanecer na Europa, ao que o diplomata português não dá garantias, tendo em conta que duvida que Itabaiana conceda subsídios aos emigrados que optem por não embarcar para o Brasil por vontade própria.

Verifica-se assim que vários exilados portugueses saídos de Inglaterra, apesar da proximidade cultural com o Brasil, preferiam estabelecer-se pela Europa, preferencialmente na Bélgica, enquanto durasse o domínio de D. Miguel em Portugal.

---

<sup>85</sup> Bonifácio, Maria de Fátima (2004), «A causa de D. Maria (1826-1834)», *Análise Social*, Nº 172, p. 528.

<sup>86</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 23 [carta datada de 10 de dezembro de 1828].

<sup>87</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, pp. 197-198.

<sup>88</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho*, pp. 23-27.

Joaquim José da Silva Maia pormenoriza outras expedições que tiveram lugar ao longo dos três primeiros meses de 1829 e que conduziram os liberais portugueses para fora de Inglaterra. As primeiras embarcações que se seguiram à saída da expedição de Saldanha, contendo na sua maioria militares, mas também civis, levavam a mesma ordem de seguirem para o Brasil, caso não pudessem desembarcar na Terceira, única região de Portugal que ainda não havia sido tomada pelas tropas miguelistas. Os últimos navios a transportar emigrados a partir de Inglaterra receberam uma ordem diferente e, em vez de irem para Terceira, deveriam dirigir-se diretamente para o Brasil, tendo em conta que, de acordo com Silva Maia, já havia conhecimento em Inglaterra de que D. Miguel mandara bloquear a ilha e que se considerava que os emigrados idos de Plymouth para o arquipélago português, cerca de dois mil, eram suficientes para o defender das investidas absolutistas<sup>89</sup>. Em março de 1829, Palmela, em carta a Abreu e Lima, dava conta de que quinhentos e sessenta exilados portugueses haviam desembarcado na Terceira e que outros seiscentos também já teriam aportado, mostrando-se convicto de que a Terceira se encontrava segura contra as forças miguelistas<sup>90</sup>.

Em virtude do bloqueio naval inglês feito à ilha Terceira, Saldanha conduziu a sua expedição não para o Brasil, como fora inicialmente definido, mas para França, onde, segundo António Viana, teve autorização para desembarcar por influência do barão Hyde de Neuville<sup>91</sup>.

Saldanha conduziu os emigrados portugueses para Brest, cidade costeira localizada no noroeste de França, na região da Bretanha, onde terão gozado de um acolhimento mais cordial do que em Inglaterra. De facto, segundo conta Silva Maia nas suas memórias, em Paris fizeram-se representações teatrais, cujas receitas foram entregues aos refugiados, na ordem dos trinta mil francos, assim como um baile, também a favor dos portugueses, onde Saldanha conviveu com distintas personalidades francesas. No que toca à atitude do governo francês para com os exilados portugueses, esta parece ter-se pautado por uma maior hospitalidade e cordialidade, quando comparada com a passagem dos refugiados por Espanha e com a sua estadia em Inglaterra. Conforme relata Silva Maia, o governo francês terá disponibilizado trinta mil francos mensais para os emigrados e estipulado três depósitos na Normandia, cada um deles com um comandante português, destacando-se o depósito de Laval, dirigido por Pizarro, brigadeiro que acompanhara os portugueses na sua travessia pela Galiza<sup>92</sup>. Em carta dirigida a Palmela, em março de 1829, Silva Carvalho mencionava que recebia

---

<sup>89</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, pp. 198-199.

<sup>90</sup> *Correspondência Oficial de Luís António...*, p. 28 [carta datada de 3 de março de 1829].

<sup>91</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 28 [nota de rodapé].

<sup>92</sup> Maia (1841), *História da Revolução...*, pp. 203-204.

correspondência de Brest, na qual eram feitos grandes elogios aos franceses e se relatava que eram dados cento e cinquenta francos mensais a cada português, falando-se ainda na existência de subscrições a favor dos refugiados portugueses<sup>93</sup>.

Contudo, parece ser um pouco exagerado este relato Joaquim José da Silva Maia relativamente ao acolhimento que foi providenciado aos portugueses em França. O país só se tornaria mais tolerante com os exilados europeus após a concretização da revolução liberal de 1830, embora já durante a década anterior fosse possível observar uma relativa liberdade de movimentos, ainda que as autoridades francesas procurassem levar a cabo um apertado controlo sob os emigrados, dada a convicção de que estes representavam um sinal de instabilidade, conflito e conspiração<sup>94</sup>.

### **3. Cisão entre os exilados: uma questão política**

Apesar de todos os emigrados portugueses, independentemente do país onde se encontrassem refugiados, terem o mesmo objetivo, o fim do absolutismo e a reposição do regime constitucional em Portugal, as dissensões entre os liberais continuaram a existir ao longo do período em que estiveram exilados.

Após o fracasso da *Belfastada*, várias acusações recaíram sobre os principais líderes liberais, apelidados de desertores.

Estas acusações atingiram, sobretudo, Palmela, que havia contraído um empréstimo para uma insurreição que se revelara infrutífera e cujo insucesso esteve na origem do exílio de várias centenas de liberais portugueses, e Saldanha, acusado de ser um dos principais responsáveis pela não concretização do golpe por inoperância.

Para além das divergências políticas, as relações entre os liberais no exílio pautaram-se por constantes confrontos não só ideológicos e políticos, mas também pessoais, que tiveram por base diversos fatores, nomeadamente irregularidades no pagamento dos subsídios e favorecimento de alguns emigrados em detrimento de outros.

Outro elemento de desentendimento entre os exilados liberais prendeu-se com a discórdia em torno do papel que D. Pedro IV deveria desempenhar na causa liberal. Esta situação levou à constituição de duas grandes facções liberais após 1828 que, inclusive, continuariam a marcar a política portuguesa após o triunfo liberal na guerra civil de 1832-1834, uma chefiada por Palmela, em Inglaterra, e outra encabeçada por Saldanha, a partir de

---

<sup>93</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 34 [carta datada de 13 de março de 1829].

<sup>94</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 218.

França. Cada um dos líderes contou com diversos apoiantes, nomeadamente Rodrigo Pinto Pizarro e os irmãos Passos, favoráveis a Saldanha, e Cândido José Xavier, Agostinho José Freire, Joaquim António de Aguiar, José da Silva Carvalho e, muito provavelmente Rodrigo da Fonseca Magalhães, dada a sua estreita amizade com Silva Carvalho, próximos de Palmela.

A facção *palmelista* apresentava uma linha de atuação mais moderada, de caráter anglófilo e mais próxima de D. Pedro, ao passo que a facção *saldanhista* denotava um caráter mais radical, mais em oposição a D. Pedro e de influência francófila, apresentando-se assim os grupos divididos não só em termos de ideologia, como também ao nível geográfico<sup>95</sup>. Contudo, a maioria dos exilados que se encontrava concentrada nos depósitos de Plymouth, de Ostende e de Brest parecia não dar muita importância a estes conflitos<sup>96</sup>. Tendo em conta as duras condições de vida, a grande maioria destes exilados preocupava-se, essencialmente, com a sua sobrevivência.

Na opinião de António Ferrão, existiram três aspetos-chave que contribuíram para a manutenção das tensões entre os liberais e para o acentuar das divisões: o fracasso da Junta do Porto e a saída do *Belfast* com destino a Londres, a 3 de julho de 1828; a sobrevivência dos emigrados no exílio, nomeadamente em Plymouth, dificultada pela carência de condições materiais de vida, como alojamento, alimentação e vestuário; e, em questões mais políticas, a posição de D. Pedro à frente da causa constitucional<sup>97</sup>.

Em torno de todas estas questões, mas mais particularmente em relação à primeira e à terceira, desencadeou-se um intenso debate entre os emigrados que opôs, em termos geográficos, Londres e Paris e, em dimensão pessoal, Palmela e Saldanha. Isto explica-se pelo facto de a segunda questão dizer respeito, sobretudo, aos emigrados com menos posses e que mais dificilmente conseguiam chegar à imprensa, visto ser este o principal meio utilizado para levar a cabo o debate entre os exilados. Pelo facto de os restantes temas serem essencialmente do foro político, foram aqueles a que foi dada mais importância pela elite exilada letrada, que apresentava maiores facilidades em aceder à imprensa da época.

O papel da imprensa do exílio enquanto plataforma de debate e de combate entre os vários grupos liberais esteve bastante presente na divergência quanto ao fracasso da tentativa insurrecional no Porto na primavera de 1828, com várias acusações a surgirem de parte a parte.

---

<sup>95</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 80-86.

<sup>96</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, p. 47.

<sup>97</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 215.

Neste sentido, teve lugar uma calorosa discussão, sobretudo ao longo de 1828 e de 1829, proporcionada, não só pelos líderes das duas facções, como também por alguns dos seus apoiantes, em torno da culpabilidade relativamente à queda da Junta do Porto e à *Belfastada*. Do lado de Saldanha posicionaram-se Rodrigo Pinto Pizarro e Albino Pimenta de Aguiar, enquanto Joaquim António de Magalhães e Francisco da Gama Lobo Botelho, antigos vogais da Junta do Porto, criticaram os primeiros e defenderam Palmela. Toda esta discussão teve lugar a partir de publicações desenvolvidas pelos intervenientes e publicadas nos países onde se encontravam refugiados, França e Inglaterra, respetivamente<sup>98</sup>.

O segundo aspeto que António Ferrão elege como fator de tensão e de discórdia entre os exilados portugueses prende-se com o sustento e a acomodação dos liberais no exílio, sobretudo em Plymouth, mas também noutros depósitos, como em Ostende, Laval e São Maló, situação que acalmou com a substituição de Cândido José Xavier por Stubbs no comando do depósito de Plymouth, ainda no decorrer do ano de 1828.

Contudo, novas divergências e protestos surgiram, derivados das exigências de Abreu e Lima e de D. Francisco de Almeida para que os emigrados portugueses concentrados na Bélgica e em França prestassem um juramento de reconhecimento e de fidelidade à Regência instalada na ilha Terceira por D. Pedro, em março de 1830. No entanto, a Regência já tinha cerca de um ano de existência, visto ter sido criada pelo decreto de 15 de junho de 1829, contudo não havia sido reconhecida por nenhuma potência europeia<sup>99</sup>.

Tendo em conta as divergências que existiam entre os exilados, na origem deste juramento poderá ter estado a necessidade por parte dos chefes da emigração portuguesa de conhecerem em que passo se encontrava a fidelidade dos liberais relativamente a D. Maria e à Carta Constitucional.

Sendo necessário obter dinheiro para sustentar a causa liberal, Abreu e Lima considerou que pedir aos portugueses um juramento de fidelidade a D. Maria e à Regência poderia fazer passar uma imagem de união entre os emigrados que seria vantajosa perante os prestamistas<sup>100</sup>. No entanto, esta ação teve o efeito contrário e acabou por acentuar as dissensões entre os liberais emigrados que, para além de não terem assinado o juramento, o entenderam como um excesso de autoridade por parte da Regência. Os exilados em França e na Bélgica protestaram contra essa situação.

---

<sup>98</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, pp. 215-216.

<sup>99</sup> Bonifácio (2004), «A causa...», p. 527.

<sup>100</sup> Pinheiro (1996), *Passos Manuel...*, p. 54.

Em carta endereçada a José da Silva Carvalho e datada de 2 de setembro de 1830, Manuel Gonçalves de Miranda, político exilado em Paris, esclarece alguns aspectos relacionados com a resistência ao juramento por parte de muitos emigrados<sup>101</sup>. Segundo Manuel Gonçalves de Miranda, nenhum emigrado em Paris prestou o juramento, mas todos estavam na disposição de o fazer, contudo faziam duas exigências particulares: que fosse apresentada uma ordem por parte da Regência para prestarem juramento, visto que não reconheciam autoridade a D. Francisco (deverá tratar-se de D. Francisco de Almeida), e que o modelo do juramento estivesse de acordo com o estipulado pelo artigo 79 da Carta Constitucional, que já havia servido para juramentos anteriores.

Numa outra carta, também dirigida a Silva Carvalho, um exilado de apelido Barbosa pede para que aquele faça espalhar a notícia da recusa em prestar juramento por parte de alguns emigrados, argumentando estes que a ordem que impôs o juramento era irregular, ilegal e incompetente e que, pelo facto de se referir ao artigo 92 do capítulo 3º da Carta Constitucional, não parecia estar totalmente excluída a possibilidade da regência de D. Miguel<sup>102</sup>.

A posição de José da Silva Carvalho relativamente a quem não prestou o juramento de obediência à Regência encontra-se bem patente em carta, datada de 8 de setembro de 1830, que este escreveu a Abreu e Lima, na qual se denota uma grande cumplicidade entre ambos.

Nesta carta, Silva Carvalho comunica que o juramento já foi assinado (em Londres) pela maioria dos exilados, defendendo que aqueles que não o fizeram se encontravam contra a Regência e a favor de Saldanha, subentendendo-se por esta afirmação que, na sua opinião, este não era favorável à Regência instalada na Terceira. No entender de Silva Carvalho, não se deveriam retirar os subsídios aos emigrados que não prestaram o juramento, para estes não poderem usar tal facto como argumento e dizerem que os que assinaram estavam com receio de perder as mensalidades<sup>103</sup>.

As divergências associadas à prestação de juramentos entre os emigrados não surgiram apenas quando lhes foi exigido este juramento de fidelidade à Regência, tendo-se registado também problemas logo no final de 1828, no início do período de emigração mais intensa, quando foi requisitado um juramento de fidelidade a D. Maria. Com efeito, nem todos os

---

<sup>101</sup> Carta disponível no Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães, Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, Cota E21, Caixa 125.

<sup>102</sup> Carta disponível no Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães, Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, Cota E21, Caixa 125 [carta datada de Bruges, 26 de agosto de 1830].

<sup>103</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, pp. 57-58.

exilados se dispuseram a assinar tal compromisso, alegando que já haviam dado provas suficientes da sua fidelidade à jovem rainha, como foi o caso de Mouzinho da Silveira:

«Não assinei os papéis para que foram convidados os portugueses, porque não sendo necessário fazer maiores provas da minha maneira de pensar nem repetir o juramento, que uma vez dei de boa vontade, e com perfeito convencimento, não vi utilidade para a causa de Sua Majestade no sacrifício dos bens, que tenho em Portugal, e que D. Miguel desde logo me sequestra [...] Se V. Ex.<sup>a</sup> contudo, como meu amigo e amigo da causa de Sua Majestade entender, que este sacrifício é útil, e que a publicidade do meu juramento pode melhorar em alguma coisa a mesma causa; eu o remeto a V. Ex.<sup>a</sup> em diretura, ou seja para o unir ao dos mais portugueses, ou para qualquer outro destino; e mesmo se V. Ex.<sup>a</sup> entender, que devo assinar no papel, que os demais assinaram, eu irei a Londres logo, e logo para esse fim.»<sup>104</sup>

É importante notar que Mouzinho, para além de se mostrar disponível para assinar o juramento, demonstrando a sua fidelidade à D. Maria, tinha consciência de que gozava de alguma importância no seio da emigração liberal, daí apontar que a sua assinatura poderia ser útil e influenciar outros emigrados a tomar a mesma atitude de prestar o juramento. Mouzinho da Silveira acabaria por assinar este juramento, embora inicialmente tivesse recusado, juntamente com a recusa em receber o subsídio de emigrado, contudo, quando as suas poupanças acabaram, viu-se obrigado a assiná-lo para que pudesse usufruir do dito subsídio<sup>105</sup>.

Também José Liberato Freire de Carvalho, José Ferreira Borges e Almeida Garrett consideraram esta exigência ofensiva e reagiram criticamente ao juramento<sup>106</sup>. Esta recusa inicial de Mouzinho em prestar o juramento e receber o subsídio encontra-se presente numa carta escrita, muito provavelmente, a Palmela e, embora não seja possível determinar a data de emissão, esta certamente localizar-se-á entre os finais de 1828 e os inícios de 1829:

«[...] nem eu deixei um minuto da minha vida de aplaudir ao meu juramento prestado a Sua Majestade, quando jurei a Carta; na qual não existe outro Imperante, nem eu julgo semelhante juramento importante para o recebimento dos socorros: provando contudo a minha honra [remeto a V. Ex.<sup>a</sup>] o juramento expressamente para não receber socorro algum; morra ou não de fome.»<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 366 [carta datada de Paris, 16 de outubro de 1828 e dirigida ao marquês de Palmela].

<sup>105</sup> Pereira, Miriam Halpern (2009), *Mouzinho da Silveira, pensamento e ação política*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores, p. 24.

<sup>106</sup> *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa* (1888), Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 503.

<sup>107</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 373.



A questão do juramento de fidelidade à Regência acabou por ser também alvo de discussão e de debate na imprensa do exílio, nomeadamente por parte do *Paquete de Portugal*, um dos periódicos mais influentes entre os emigrados portugueses<sup>108</sup>.

Num dos seus artigos surgem em contraponto a argumentação de quem prestou o juramento e as razões de quem não o fez. Estes últimos argumentavam que, tendo já jurado fidelidade a D. Maria e à Carta Constitucional, não havia necessidade de um novo juramento; segundo as leis e os costumes de Portugal, não era obrigatório um juramento no caso de se instituir uma Regência; não tinham tomado conhecimento de nenhuma ordem por parte da Regência para prestarem o juramento; desconheciam que o juramento tivesse sido exigido e prestado na ilha Terceira; não estava excluída a possibilidade da regência de D. Miguel caso o juramento fosse prestado segundo a fórmula legal em vigor; não estava em concordância com o juramento prestado a D. Maria porque rejeitava qualquer governo provisório que se pudesse vir a estabelecer em consequência de uma revolução em Portugal. Por seu turno, os que haviam prestado o juramento, grupo em que se inseriam os redatores do *Paquete de Portugal*, consideravam que este juramento era um complemento do que havia sido feito a D. Maria por se tratar de uma prova de fidelidade à entidade que a representava, a Regência da Terceira; o juramento fora ordenado pelos representantes da Regência em Londres, Paris e Bruxelas, logo estariam a seguir uma ordem dessa entidade; não era considerada, em caso algum, a possibilidade da regência de D. Miguel; não se excluía a possibilidade de um governo provisório, contudo entendia-se que a única autoridade legal residia na Regência criada por D. Pedro. Na conclusão da publicação deste artigo, os redatores pediam aos emigrados para se unirem e fortalecerem a causa liberal para que o governo de D. Miguel terminasse o mais rapidamente possível<sup>109</sup>.

Este periódico, inevitavelmente, prestava a máxima atenção à situação política portuguesa e às vivências dos liberais no exílio. Uma das questões que mais preocupava os seus redatores, e os exilados em geral, prendia-se com a divisão que existia no seio do liberalismo. Segundo referem os redatores do *Paquete de Portugal*, o jornal britânico *Times* também não deixava de acompanhar a atualidade política portuguesa e apontava que o espanhol Espoz y Mina e Palmela tinham mais inimigos entre as fileiras liberais do que propriamente entre os partidários do absolutismo, sendo que, no que toca ao último, estes eram os mais chegados a Saldanha. Contudo, na opinião de Rodrigo da Fonseca Magalhães e

---

<sup>108</sup> O *Paquete de Portugal* foi um periódico redigido no exílio em Londres, entre 29 de agosto de 1829 e 16 de agosto de 1831, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, Marcos Pinto Soares Vaz Preto, José Liberato Freire de Carvalho e José da Silva Carvalho, tendo contado com o apoio do marquês de Palmela.

<sup>109</sup> *Paquete de Portugal*, Vol. 5, Nº 6, 28 de setembro de 1830, pp. 177-187.

restantes redatores, Saldanha levaria a cabo todos os esforços para defender Portugal do absolutismo e obedeceria a Palmela, e este, por seu turno, reconheceria os serviços prestados por Saldanha e prestar-lhe-ia a máxima justiça, negando, por isso, o que se escrevia no *Times* a respeito de ambos. Rodrigo da Fonseca Magalhães assegurava que os liberais portugueses, seguindo o exemplo dos franceses e dos espanhóis, entre os quais também houve dissensões, mas não deixaram de se unir para lutar contra Fernando VII, tinham apenas um inimigo em comum, D. Miguel, cuja derrota representaria o fim das desavenças entre os emigrados<sup>110</sup>.

A terceira questão que contribuiu para a manutenção das divergências, talvez a que teve um maior impacto no seio da emigração liberal portuguesa, encontrava-se relacionada com o papel e os poderes de D. Pedro IV no processo de restauração da Carta Constitucional e do trono da filha, D. Maria da Glória, em nome da qual havia abdicado a 2 de maio de 1826.

A ideia sobre o papel que D. Pedro deveria desempenhar na causa liberal portuguesa não foi homogênea entre os exilados e fez com que a formação das duas principais facções liberais, *palmelista* e *saldanhista*, se encontrasse ligada a essa discordância, sendo a primeira defensora e a segunda opositora do irmão de D. Miguel.

Após abdicar da coroa brasileira, a segunda abdicção no espaço de cinco anos, a 7 de abril de 1831, D. Pedro partira para a Europa e a vida luxuosa que tinha em Paris, fez com que vários liberais portugueses colocassem em questão a sua intenção de partir para a Terceira e derrubar o absolutismo de D. Miguel<sup>111</sup>. José Liberato Freire de Carvalho foi um dos mais acérrimos críticos de D. Pedro, acusando-o de, em virtude de certas atitudes que tomara, ter manchado o seu nome enquanto português:

«[...] porém como português que sou e sempre fui, declaro, que me ferve o sangue, que não fico em mim, quando me recordo de muitos dos seus atos, com que manchou o seu nome como *português*, nome honroso, de que nunca se devia esquecer, porque nascera português, e foram portugueses, os que puseram no trono a sua dinastia!»<sup>112</sup>

Na base desta crítica estava, seguramente, a ação tomada por D. Pedro em contrariar as Cortes Constituintes portuguesas e declarar a independência do Brasil, em 1822, atitude que lhe valeu a acusação de se ter tornado brasileiro e de ir contra os interesses portugueses. As críticas de Liberato Freire de Carvalho a D. Pedro não ficaram por aqui, acusando-o também de invejar e de querer apoderar-se do trono de que abdicara anos atrás a favor de D.

---

<sup>110</sup> *Paquete de Portugal*, Vol. 5, Nº 11, 02 de novembro de 1830, pp. 441-446.

<sup>111</sup> Santos (2006), *D. Pedro IV...*, p. 224.

<sup>112</sup> Carvalho, José Liberato Freire de (1982 [1855]), *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, Assírio e Alvim, p. 194.

Maria, alegando que D. Pedro tentara impedir que a filha contactasse com os emigrados portugueses em Londres:

«Tal era a ideia fixa que os aduladores lhe fortificavam na cabeça, de ainda tornar a ser Rei de Portugal, que fez passar por tais desprezos a nossa Rainha! Em consequência disto não consentia que os portugueses a fossem cumprimentar [...] Eis aqui pois a que estado tinha reduzido D. Pedro a Rainha sua filha, e a quem assim tratava, porque lhe invejava o trono, que tão indiscretamente tão cedo tinha largado.»<sup>113</sup>

Uma outra crítica feita por José Liberato Freire de Carvalho residia no facto de, na opinião do primeiro, o ex-imperador do Brasil se deixar influenciar pela política britânica relativamente à expedição liberal com destino à Terceira, em consequência da qual se agudizaram as tensões entre o pai de D. Maria e personalidades da primeira linha liberal como Saldanha e Stubbs: «Porém, D. Pedro continuava sempre a andar enfeitiçado com a política inglesa, e engolia, sem náusea nem dificuldade, todas as injúrias que dela recebia.»<sup>114</sup>

Desta forma, D. Pedro foi acusado de ser déspota e de querer, ele próprio, usurpar a coroa de D. Maria e governar Portugal sob um regime absolutista, sendo colocado em causa o seu direito a comandar a causa liberal, considerando-se que não era legítimo para governar Portugal em virtude da abdicação da coroa nacional que fizera em 1826. Por esta razão, D. Pedro em carta escrita à filha a partir de São Miguel, a 10 de junho de 1832, aconselhava a filha a não desejar mais poder do que o necessário, a governar segundo a Carta Constitucional e a recusar perentoriamente o absolutismo<sup>115</sup>.

A legitimidade e os direitos de D. Pedro à frente da causa liberal e a uma possível governação de Portugal foram alvo de intensa discussão entre os exilados portugueses, providenciada pelos seus principais apoiantes e opositores.

Esta troca de acusações teve como principais intervenientes Filipe Ferreira de Araújo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira, defensores do pai de D. Maria e autores do *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo de Portugal por dois conselheiros da coroa constitucional*, surgido nos finais de 1831, e José Ferreira Borges, opositor de D. Pedro e redator dos folhetos *Observações sobre um opusculo intitulado: Parecer de dois conselheiros da coroa constitucional e Opinião jurídica sobre a questão: quem deve ser o regente de Portugal, destruída a usurpação do Infante D. Miguel*, editados em Londres no início do ano seguinte. Nesta discussão participaram outros emigrados, quer de Inglaterra, quer de França,

---

<sup>113</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 196.

<sup>114</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 202.

<sup>115</sup> Bonifácio (2005), *D. Maria II...*, pp. 51-52.

como João Bernardo da Rocha Loureiro, antigo redator de *O Português ou Mercúrio político, comercial e literário*, que, em maio de 1832, publicou o opusculo *Apêndice à opinião jurídica do senhor Doutor José Ferreira Borges*, no qual acusava D. Pedro de ser usurpador. Também José da Silva Passos, a partir de Paris, em julho do mesmo ano, publicaria o *Exame de algumas opiniões e doutrinas que os senhores Filipe Ferreira de Araújo e Castro e Silvestre Pinheiro Ferreira expenderam em seu parecer, notas e análise das observações e opiniões jurídicas do senhor José Ferreira Borges*<sup>116</sup>.

De acordo com Magda Pinheiro, os irmãos Passos excluíaam D. Pedro da sucessão à regência e defendiam que a mesma deveria ser ocupada pela Infanta Isabel Maria, mostrando-se adversos a uma regência provisória que pudesse criar novos pares contrários a D. Maria<sup>117</sup>.

Segundo relata José Liberato Freire de Carvalho, também Rodrigo Pinto Pizarro respondeu ao artigo apoiante de D. Pedro com um folheto intitulado *Norma das Regências de Portugal*, entendendo que foi a partir desse momento que se iniciou o conflito pessoal entre ambos<sup>118</sup>.

Sobre esta questão, António Ferrão aponta que as quezílias entre D. Pedro e Rodrigo Pinto Pizarro ganharam mais força quando este último, por carta escrita por Cândido José Xavier, tomou conhecimento de que, por ordem do pai de D. Maria, estava proibido de participar na expedição liberal dirigida aos Açores<sup>119</sup>.

Nas suas memórias, José Liberato Freire de Carvalho acusa D. Pedro de selecionar para a expedição apenas os que se mostravam favoráveis a cumprir as suas vontades, razão pela qual terão sido excluídos os generais Saldanha, Stubbs, Diocleciano Cabreira e José Maria de Moura<sup>120</sup>.

Esta situação também contribuiu para agravar a cisão entre os liberais portugueses e motivou vários ataques pessoais por parte de cada um dos lados envolvidos. Nos inícios de 1832, Leonel Tavares Cabral publica em Paris o opusculo *Sobre a carta de Cândido José Xavier ao coronel Pizarro, em data de 6 de janeiro de 1832 e aditamento à Norma das regências*, altura em que também era dado a conhecer o *Parecer* dos irmãos Passos. Estes documentos posicionavam-se contra D. Pedro e contra a sua decisão de excluir Rodrigo Pinto Pizarro e os restantes generais da expedição liberal à Terceira, aos quais se juntou um novo opusculo de Pinto Pizarro, publicado em maio de 1832, intitulado *Comparação do 14.º*

---

<sup>116</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, pp. 217-218.

<sup>117</sup> Pinheiro (1996), *Passos Manuel...*, p. 62.

<sup>118</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 197.

<sup>119</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 220.

<sup>120</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, pp. 198-199.

*manifesto de 2 de fevereiro com o decreto de 3 de março de 1832*, um folheto da autoria de José Liberato Freire de Carvalho, denominado *Reflexões sobre um parágrafo do manifesto do Senhor D. Pedro a bordo da fragata Rainha de Portugal*, e ainda um panfleto anónimo, *O usurpador D. Miguel justificado por seu irmão, o ex-imperador do Brasil*, que, na opinião de António Ferrão, foi redigido por Almeida Garrett<sup>121</sup>.

Rodrigo Pinto Pizarro ainda haveria de editar em Londres outros opúsculos, com os quais atacava D. Pedro e os seus principais seguidores, nomeadamente *Despotismo Constitucional*, *Filantropia constitucional dos ministros constitucionais do governo do Porto*, *Apelação para o tribunal dos seus concidadãos* e *Carta estrangulada*. Como consequência do conflito com D. Pedro, Rodrigo Pinto Pizarro acabaria por ficar privado do subsídio de emigrado e perder a patente de coronel<sup>122</sup>.

A favor de D. Pedro surgiram alguns periódicos, como o *Paquete de Portugal*, o mais renomado entre estes, *A Aurora*, *O Padre Amaro*, *O Palinuro* e *O Precursor*. Como se vê, a imprensa assumiu um papel de destaque nos conflitos entre os liberais, com os diferentes periódicos a serem utilizados pelos redatores para defender ou atacar algum emigrado, consoante a sua posição política. Neste sentido, cite-se, a título de exemplo, uma carta de José da Silva Carvalho para João da Rocha Pinto, na qual esta situação se encontra demonstrada:

«Tenho lido o papelucho do Pizarro, com o nosso Magalhães; achamos nele um pensamento oculto, temível para a nossa causa. Por isso, e porque vemos que a súcia daqui ficou persuadida de que tinha ganho um triunfo, vamos desmascará-lo com o jornal *Aurora*.»<sup>123</sup>

De acordo com o relato de José Liberato Freire de Carvalho, os apoiantes de D. Pedro tinham consciência da intensa oposição que era feita à sua legitimidade à frente da Regência, razão pela qual alguns emigrados em Londres se movimentaram no sentido de ser posto a circular um requerimento que tivesse como objetivo solicitar ao pai de D. Maria que assumisse a regência de Portugal antes de embarcar com destino à Terceira. Silva Carvalho ficou encarregue de tentar recolher as assinaturas necessárias para que o requerimento pudesse ter algum valor, contudo tal tarefa não se revelou fácil, foram poucas as assinaturas conseguidas em Londres e em Plymouth e entre os exilados em França, menos favoráveis à legitimidade de D. Pedro IV nem sequer foram recolhidas assinaturas<sup>124</sup>.

<sup>121</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 220.

<sup>122</sup> Ferrão (1940), *Reinado de D. Miguel...*, p. 225.

<sup>123</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 122 [carta data de Londres, 14 de janeiro de 1832].

<sup>124</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 198.

O afastamento que José Liberato Freire de Carvalho tinha relativamente a D. Pedro é claro numa memória de José da Silva Carvalho, datada de 13 de janeiro de 1832, na qual este relata uma conversa que teve com o antigo redator de *O Investigador Português em Inglaterra* e de *O Campeão Português*:

«Falando com José Liberato Freire de Carvalho sobre assinar um requerimento para se pedir a D. Pedro que assumisse o governo do reino, como regente, disse-me que ele não estava persuadido que D. Pedro, segundo a Carta, tivesse direito à regência, porque, como não podia ser sucessor da filha no reino, porque tinha abdicado, também não podia ser regente; que a regência pertencia à Senhora D. Isabel Maria, e que ele, cá fora, só poderia assumir o governo do reino na qualidade de tutor e defensor dos direitos de sua filha! Disse-me mais que ele não gostava de D. Pedro, porque era déspota, e trouxe-me para exemplo o ofício que ele fez enviar ao Pizarro.»<sup>125</sup>

O exemplo de Liberato Freire de Carvalho demonstra também que os emigrados não tiveram sempre a mesma posição política no exílio: esta foi evoluindo consoante as circunstâncias, as ambições pessoais e o próprio desenrolar da política portuguesa. José Liberato havia-se mostrado, no início da emigração, próximo de José da Silva Carvalho e de Rodrigo da Fonseca Magalhães, apoiantes da fação *palmelista* e de D. Pedro, colaborando inclusive na redação do *Paquete de Portugal*, afastando-se posteriormente conforme ia crescendo o número de opositores a D. Pedro. Tendo em conta que todos colaboravam no mesmo periódico, é legítimo supor que partilhassem das mesmas opiniões e que manifestassem idêntica posição política.

Num ofício dirigido à Regência na Terceira e datado do início de 1832, Luís António de Abreu e Lima<sup>126</sup> dá conta dos planos revolucionários de Rodrigo Pinto Pizarro, apoiado pelo major José Quintino Dias e por outros emigrados, na sequência do seu afastamento da expedição liberal conduzida por D. Pedro. Com esta revolução, planeada para ter lugar na ilha Terceira, Pinto Pizarro procurava opor-se às intenções que acreditava que D. Pedro tinha de apoderar-se da coroa de D. Maria, destruir a Carta Constitucional e proclamar-se rei absoluto e, no caso de tal insurreição não ser bem-sucedida, pretendia-se, no mínimo que o ex-imperador do Brasil fosse mal recebido nos Açores, para que tivesse de chamar Saldanha<sup>127</sup>.

No entanto, tal revolução nunca se veio a verificar e a discórdia entre D. Pedro e Pinto Pizarro continuou a ter novos episódios, com o mais sonante a ocorrer aquando da convocatória para juntarem-se aos liberais no Porto todos os oficiais que ainda se

<sup>125</sup> Viana (1891), *José da Silva Carvalho...*, p. 123.

<sup>126</sup> Luís António de Abreu e Lima, conde de Carreira, já se encontrava nesta altura em Londres, vindo de Bruxelas, como substituto de Palmela, que partira para a Terceira em março de 1830, na companhia de José António Guerreiro.

<sup>127</sup> *Correspondência Oficial de Luís António...*, pp. 609-610 [ofício datado de Londres, 26 de janeiro de 1832].

encontravam emigrados pela Europa, sendo Rodrigo Pinto Pizarro o único excluído, pela portaria assinada por Agostinho José Freire, em novembro de 1832<sup>128</sup>.

Saldanha, que à data se encontrava em Paris na companhia de José Liberato Freire de Carvalho, apesar das divergências com Palmela e com D. Pedro, acabou por estar incluído neste chamamento, pelo que partiu para Inglaterra e daí embarcou para o Porto, já no início de 1833.

#### **4. Sociedades secretas: a Maçonaria no exílio**

Como demonstra Juan Luis Simal, devido à repressão sentida nos principais países europeus, os opositores aos regimes absolutistas não tinham outra alternativa a não ser movimentarem-se clandestinamente, constituindo inúmeras sociedades secretas. Desta forma, proliferaram organizações secretas um pouco por toda a Europa, com especial incidência nos inícios do século XIX, altura em que o combate ao absolutismo esteve na ordem do dia da agenda internacional liberal. São de ressaltar as diversas sociedades secretas que apareceram em Itália, de entre as quais sobressai a Carbonária, o Sinédrio, no caso português, antecedido pela conspiração de 1817, os conspiradores britânicos de Cato Street que, em 1820, tentaram assassinar alguns elementos do governo, a grega *Philike Hetaireia*, nascida em Odesa em 1814, e os dezembristas russos, que se reuniram em torno de algumas sociedades secretas para tentar operar várias reformas na Rússia na década de 1820<sup>129</sup>.

Em Portugal, a Maçonaria não se assumiu inicialmente como uma sociedade secreta. Apenas a repressão e perseguição absolutista a obrigou ao secretismo. O Sinédrio, por seu turno, apresentou-se como uma sociedade secreta, logo a partir do momento em que foi constituído, em 1818, até a revolução liberal de agosto de 1820. Após o triunfo do liberalismo, surgiram várias sociedades secretas no país, nomeadamente a Sociedade dos Jardineiros, que nasceu em Coimbra e contou com a filiação de Almeida Garrett. Esta associação passou dificuldades com o regresso ao absolutismo e só viria a renascer a partir dos exilados liberais carbonários em França e, posteriormente, nos Açores, entre 1830 e 1833. A Carbonária portuguesa, após uma primeira experiência em 1822-23, derivada do contacto com revolucionários italianos, nasceu em França, em 1830, sendo fundada por exilados que aí se albergavam. Quando a expedição liberal comandada por D. Pedro partiu para os Açores,

---

<sup>128</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 201.

<sup>129</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, pp. 293-294.

vários dos seus intervenientes levaram-na para o arquipélago e, após o triunfo liberal, difundiram-na por todo o país, sobretudo em Lisboa e no Porto<sup>130</sup>.

As revoluções liberais europeias da década de 1820 e as sociedades secretas de então são indissociáveis, visto que a estas é atribuído um carácter conspirativo, base dessas mesmas insurreições. Em consequência da revolução liberal espanhola de inícios de 1820, registou-se um aumento dos contactos entre os liberais espanhóis e os liberais portugueses, com particular destaque para José Maria de Pando, encarregado de negócios espanhol em Portugal, e, como resultado da revolução liberal de Nápoles, ocorrida em julho do mesmo ano, registou-se um crescimento das ligações entre a Carbonária napolitana e a Carbonária portuguesa<sup>131</sup>.

No entanto, como aponta Maria Carlos Radich, não é possível afirmar que todas as sociedades secretas fossem obrigatoriamente de cariz maçónico, como se verificou no caso do Sinédrio<sup>132</sup>. Devido ao facto de muitos dos exilados liberais pertencerem à Maçonaria, centrar-me-ei aqui nessa associação.

Facilmente os liberais eram associados à Maçonaria e no período que se seguiu à morte de D. João VI os ataques movidos contra os maçons foram constantes, sobretudo por parte da imprensa favorável aos absolutistas, consistindo esses ataques num combate ao nível da opinião pública.

Com o exílio de inúmeros liberais e maçons, após a restauração do absolutismo, a Maçonaria portuguesa acompanhou o percurso destes homens pelo estrangeiro e foi a partir daí que a associação passou a funcionar. A emigração liberal portuguesa encontrava-se dividida no exílio e a Maçonaria acompanhou essa cisão. Assim sendo, uma maioria dos liberais maçons permaneceu fiel a José da Silva Carvalho, Grão-Mestre do Grande Ocidente Lusitano, eleito em 1822, cargo que ocupou até 1839, altura em que foi substituído por Manuel Gonçalves de Miranda, seguido por Rodrigo da Fonseca Magalhães e por Agostinho José Freire, havendo quem apelidasse o seu grupo de partido «Carvalho-Freire». No entanto, houve uma grande parte de maçons que se afastou do Grão-Mestre legítimo e passou a obedecer a Saldanha, que algures entre 1828 e 1831, em Paris, se declarou Grão-Mestre de uma Obediência, também ela denominada de Grão Oriente Lusitano<sup>133</sup>. Esta adesão ao grupo saldanhista poderá estar relacionada com a popularidade adquirida pelo seu chefe, uma vez

---

<sup>130</sup> Marques (2002), *Nova História de Portugal...*, pp. 276-277.

<sup>131</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, pp. 13-14.

<sup>132</sup> Radich, Maria Carlos (1982), «Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836», in Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira e João B. Serra (orgs.), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, p. 120.

<sup>133</sup> Ventura, António (2013), *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 157.



que, para além de ser maçom, Saldanha também se encontrava filiado na Carbonária e havia sido nomeado Grande Plenipotenciário por carbonárias estrangeiras.

Desta forma, observamos que a divisão política na emigração entre palmelistas e saldanhistas foi acompanhada por uma separação também ao nível das obediências maçónicas, encontrando-se fiéis ao Grão-Mestre Silva Carvalho aqueles que, politicamente, também apoiavam Palmela, tais como Rodrigo da Fonseca Magalhães e Agostinho José Freire, de tendências mais moderadas. Com Saldanha, chefe da facção mais radical, posicionavam-se os que eram contrários a Palmela e a José da Silva Carvalho, como Rodrigo Pinto Pizarro. Esta cisão operou-se não só em termos humanos, mas também ao nível geográfico, na medida em os seguidores de Palmela encontravam-se mais concentrados em Londres, ao passo que os apoiantes de Saldanha estavam refugiados maioritariamente em Paris.

A permanência de exilados portugueses em Plymouth, entre os finais de 1820 e inícios de 1830, muitos dos quais filiados na Maçonaria, levou à implantação de quatro lojas maçónicas na região, cujas obediências se dividiram entre José da Silva Carvalho e Saldanha.

Em 1828 surge a *Fidelidade*<sup>134</sup>, loja muito provavelmente próxima de Silva Carvalho que desenvolveu contactos com lojas maçónicas inglesas. Em seguida ter-se-á fundado a *Emigração Lusitana*, possivelmente obediente a Saldanha, e a loja *Virtude*, à qual pertenceu o secretário do depósito de Plymouth Paulo Midosi, cunhado de Almeida Garrett. A última loja a ser fundada foi a *Constância*, presumivelmente dirigida pelo Conde da Cunha e próxima de Saldanha.

Apesar de, hipoteticamente, terem contactado com lojas maçónicas inglesas, o apoio da maçonaria britânica aos maçons portugueses foi escasso ou até mesmo inexistente<sup>135</sup>. Esta situação levou Luz Soriano a tecer críticas ao comportamento dos maçons britânicos para com os portugueses:

«[...] mas a filantropia desta sociedade na Inglaterra [...] só se limita aos seus nacionais, e não aos estrangeiros. Assim o mostraram, pelo que pertence aos emigrados portugueses; não me consta que um só dos *maçons* emigrados recebesse o menor benefício dos seus irmãos ingleses, havendo em Plymouth e Devonport não menos de quatro lojas maçónicas, antes alguns houve,

---

<sup>134</sup> De acordo com Luz Soriano, a constituição desta loja veio no seguimento na realização de um baile organizado em Plymouth para a angariação de fundos para os maçons portugueses. No entanto, as receitas do baile, ao qual compareceram 118 portugueses e 32 ingleses, não terão sido entregues aos destinatários. Esta loja terá trabalhado associada à loja britânica *Fortaleza*, contudo os resultados foram negativos, não se tendo verificado qualquer benefício (Soriano (1883), *História da Guerra Civil...*, p. 76 [nota de rodapé]).

<sup>135</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, pp. 48-49. Contudo, assinala-se que a investigação historiográfica já realizada não permite tirar de forma assertiva esta conclusão, pelo que há ainda muito que se pode estudar sobre esta questão.

que procuraram extorquir-lhes esse pouco dinheiro que eles tinham.»<sup>136</sup>

É possível que tenha existido em Londres, nos inícios dos anos 1830, uma loja obediente a Saldanha e oposta a D. Pedro IV e à Regência, à qual terão pertencido Almeida Garrett e José Ferreira Borges, segundo indicava Passos Manuel. No caso de Paris, é de assinalar a existência da loja *Emigração Regeneradora*, fundada na segunda metade de 1830, localizando-se mais próxima da fação saldanhista. Antes de esta loja ter sido criada, vários maçons portugueses emigrados em França trabalharam em lojas locais, tais como na *Elus de Sully*, sedeadada em Brest, onde estavam localizados alguns depósitos de exilados portugueses, e na *St. Louis de la Martinique*, situada em Paris. Na *Elus de Sully*, no espaço de sete anos, entre 1827 e 1834, encontraram-se iniciados ou filiados 48 portugueses<sup>137</sup>.

Tendo Londres e Paris sido os dois grandes centros de acolhimento de liberais europeus é justificável que aí tenham sido implementadas algumas lojas maçónicas portuguesas. Contudo, noutros pontos, que também contaram com uma considerável presença de exilados portugueses, como o Brasil e, sobretudo a Bélgica, para onde foi transferido um acentuado número de emigrados, após a ordem de dispersão dada pelo governo de Wellington em Inglaterra, não há registo de lojas maçónicas totalmente portuguesas<sup>138</sup>. Esta situação acentua ainda mais a importância das duas capitais europeias enquanto principais centros de refugiados.

A divisão política liberal no exílio e a divisão no seio da Maçonaria andavam de mãos dadas. Estas divisões não terminaram com a derrota de D. Miguel e o triunfo do liberalismo, podemos mesmo falar de uma acentuada politização da Maçonaria portuguesa, situação que não foi do agrado de muitos maçons, vários deles apolíticos, e que fez com que estes fossem deixando Ordem progressivamente esta associação<sup>139</sup>. Esta politização da Maçonaria, que já vinha desde o exílio, manifestou-se mais fortemente após a vitória liberal na guerra civil em 1834. Visto que não existiam partidos políticos organizados, a estrutura maçónica servia de enquadramento às principais correntes de opinião política, pelo que a Obediência representava a expressão máxima da corrente e o Grão-Mestre era o chefe do partido<sup>140</sup>.

A forte presença que a Maçonaria teve entre os homens da emigração fica provada, não só pela constituição de lojas maçónicas portuguesas nos principais lugares de exílio, mas também pela longa tradição que estes exilados tinham relativamente à pertença a lojas

<sup>136</sup> Soriano (1883), *História da Guerra Civil...*, pp. 75-76.

<sup>137</sup> Ventura (2013), *Uma História...*, p. 158.

<sup>138</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, p. 50.

<sup>139</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, p. 63.

<sup>140</sup> Ventura (2013), *Uma História...*, p. 172.

maçónicas em Portugal.

Desta forma, importa destacar vários nomes sonantes do exílio liberal português que desenvolveram forte ligação à Maçonaria. À loja *Fortaleza*, que terá tido uma curta duração, entre 1820 e 1822, pertenceram José Liberato Freire de Carvalho e José da Silva Carvalho. Este último esteve também inserido na loja *Primeiro de Outubro*, instalada em 1821, na loja *Quinze de Outubro*, possivelmente também criada em 1821. Para além destas, Silva Carvalho passou ainda pelo *Sinédrio*, instalado em janeiro de 1818 e extinto em 1820, pela *Sociedade Patriótica Constitucional O Gabinete de Minerva*, criada em outubro de 1822 e extinta cerca de um ano mais tarde, e pelo *Supremo Conselho do Grau 33*, surgido em 1840 e extinto 45 anos mais tarde. Por seu turno, José Liberato Freire de Carvalho esteve também inserido na *Sociedade Literária Patriótica*, que durou desde janeiro de 1822 até junho de 1823. A esta última loja pertenceram também Agostinho José Freire, Almeida Garrett, José Ferreira Borges, Mouzinho da Silveira, Mouzinho de Albuquerque, Rodrigo Pinto Pizarro e Paulo Midosi. José Ferreira Borges frequentou também *O Sinédrio*, a loja *Vinte e Quatro de Agosto*, surgida em 1821 e extinta passados 2 anos, e a *Sociedade Patriótica Portuense*, que existiu entre agosto de 1822 e junho do ano seguinte. Por seu lado, Mouzinho da Silveira esteve inserido, para além da *Sociedade Literária Patriótica*, na *Sociedade Patriótica da Sala do Risco*, criada em setembro de 1821. Luís do Rego Barreto, sogro de Rodrigo da Fonseca Magalhães, pertenceu à *Sociedade Patriótica Instrutiva da Juventude Portuense*, cuja duração foi de apenas 6 meses, entre janeiro e junho de 1823, e à *Sociedade Patriótica Portuense*. Agostinho José Freire frequentou ainda a loja *Audácia*, instalada em 1832 ou 1833, altura em que foi criada também a loja *Defensores da Liberdade*, ambas localizadas no Porto, a qual contou com a colaboração de Cândido José Xavier. Rodrigo da Fonseca Magalhães, a par de José da Silva Carvalho, também contou com uma ampla associação a lojas maçónicas. Assim sendo, pertenceu à loja *Regeneração*, criada em 1805, à loja *Perfeita União*, possivelmente instalada em 1835, à *União Lusitana*, criada em 1832 e extinta passados 4 anos, à loja *Segredo*, fundada em 1840 ou em 1841, ao *Sinédrio Geral de Beneficência*, instalado em 1844, e ao *Supremo Conselho do Grau 33*<sup>141</sup>.

Os vários dos nomes aqui apresentados, para além de terem sido figuras de primeiro plano da emigração liberal portuguesa, foram também importantes personalidades maçónicas. Emigração política e Maçonaria surgiram assim indelévelmente relacionadas neste período.

---

<sup>141</sup> Marques (1996), *História da Maçonaria em Portugal...*, pp. 129-399.

Não obstante a saída de inúmeros liberais, particularmente em 1828, Portugal também se caracterizou por ser um centro de acolhimento de emigrados liberais europeus, sobretudo italianos e espanhóis, nomeadamente entre 1826 e 1828. Estes exilados, à semelhança do que se passou noutros países europeus, também foram agrupados em depósitos, uma forma privilegiada de controlar as suas atividades.

Os dois grandes centros de acolhimento de exilados políticos, Londres e Paris, manifestaram comportamentos algo diferentes para com os recém-chegados. Ao passo que em Inglaterra os exilados gozaram de uma maior liberdade de movimentos e não estiveram sujeitos a uma vigilância apertada, em França assistiu-se a um maior receio relativamente à possibilidade dos emigrados poderem influenciar a população francesa na concretização de movimentos revolucionários, pelo que se registou um controlo mais estreito. Contudo, segundo alguns relatos, os exilados liberais portugueses parecem ter gozado de um acolhimento mais cordial em França.

Assinale-se que a dispersão geográfica dos exilados a que aqui fizemos referência encontrou-se relacionada não só com a procura de melhores condições materiais de vida, mas também com as condicionantes da cena política internacional, que obrigava os exilados liberais a passarem por vários países em busca de políticas de asilo mais favoráveis.

O percurso dos exilados liberais portugueses entre Espanha e Inglaterra não se revelou fácil, assistindo-se, contudo, a alguns episódios de algum apoio, se não por razões políticas, pelo menos por causas humanitárias. A estadia dos exilados liberais portugueses em Inglaterra também foi difícil, sobretudo para os que se encontravam em Plymouth, sujeitos a duras condições de vida, agravadas pelo incumprimento do pagamento dos subsídios, o que fez agravar as tensões já existentes entre a emigração liberal.

A convivência política e social dos liberais portugueses no exílio não se revelou fácil, não só por se encontrarem a residir num país estrangeiro, mas sobretudo devido às divergências que existiam entre muitos dos emigrados, muitas delas motivadas por conflitos pessoais. Tal situação atingiu todos os estratos sociais da emigração portuguesa, desde os exilados nos depósitos, sobretudo no de Plymouth, por causa da questão dos subsídios, passando por altas personalidades, como Palmela e Saldanha, cujas divergências levaram inclusive à formação de duas grandes facções políticas. D. Pedro, provavelmente o centro das discórdias, teve de enfrentar a forte oposição que lhe era feita por renomados exilados, como Saldanha e, principalmente, Rodrigo Pinto Pizarro, que o acusou de ser déspota e de querer retirar o trono de Portugal a D. Maria, opinião partilhada por José Liberato Freire de

Carvalho. Estes conflitos, que seriam sempre inevitáveis tendo em conta o contexto de crise e de tensão em que se desenrolaram e os constantes problemas de falta de dinheiro e de financiamento, colocaram dificuldades acrescidas à causa liberal portuguesa. Muitas vezes eram os próprios liberais que criavam obstáculos com as suas intrigas pessoais, impossibilitando a união entre todos os emigrados espalhados pela Europa, mas sobretudo em Londres e Paris, condição necessária para que o D. Miguel e o absolutismo caíssem.

Indivíduos que no exílio viriam a divergir entre si, como José da Silva Carvalho e José Liberato Freire de Carvalho, posicionados em fações opostas, já tinham contactado de perto nas lojas maçónicas no início da década de 1820, neste caso na loja *Fortaleza*. Observa-se também que uma das lojas que gozou de maior afluência por parte dos homens-fortes do exílio e que possibilitou um maior contacto entre estes foi a *Sociedade Literária Patriótica*.

A divisão maçónica foi, assim, mais uma vertente dos diversos conflitos que assolaram os liberais portugueses no exílio, tendo sempre as questões políticas como pano de fundo e como principal elemento de desunião entre os exilados, algo que não desapareceu após o triunfo liberal na guerra civil de 1832-1834 e que acentuou ainda mais a politização da Maçonaria.

No entanto, o exílio liberal português de 1828 não foi só pautado por conflitos e cisões políticas. Muitos exilados também dedicaram parte do seu tempo a desenvolver atividades inseridas num contexto intelectual e cultural e a estabelecer contactos com outras individualidades liberais europeias, que ao longo dos anos consolidar-se-iam em relações políticas e pessoais sólidas.



### III – EXÍLIO E COSMOPOLITISMO

Este capítulo centra-se na análise do exílio do ponto de vista da experiência intelectual e cultural. Os subsídios providenciados aos exilados, quer pela Regência quer pelos governos locais, não eram suficientes para que estes pudessem sustentar-se totalmente no exílio, sobretudo no caso daqueles que em Portugal estavam habituados a uma existência relativamente desafogada, pelo que se tornava necessário encontrar atividades que lhes garantissem o sustento enquanto residissem no estrangeiro. Assim sendo, os exilados liberais letrados encontraram na produção escrita não só uma das melhores formas para obter rendimentos, como um importante meio de difusão das suas convicções políticas e ideológicas. Entre essa produção escrita são de destacar a atividade jornalística, amplamente difundida entre os emigrados, a elaboração de folhetos, geralmente utilizados para desenvolver ataques políticos pessoais contra opositores, a realização de traduções de livros com os quais tinham contacto nos países de acolhimento e a composição de obras literárias originais.

Tendo em conta que o jornalismo foi uma das principais atividades desenvolvidas pelos exilados liberais neste domínio, proceder-se-á a um levantamento dos periódicos produzidos em Inglaterra e em França entre 1828 e 1832, no sentido de perceber qual era a sua orientação política, bem como a importância que assumiram no seio da emigração liberal. Será feito também um tratamento analítico de dois dos periódicos mais influentes entre os exilados liberais, ambos redigidos por Rodrigo da Fonseca Magalhães, o *Paquete de Portugal* e *A Aurora*, ao longo do qual se procurará analisar os temas que despertavam a atenção dos redatores. Serão ainda analisadas outras atividades desenvolvidas pelos exilados no domínio da produção escrita, como as traduções e a composição de obras literárias originais. Relativamente ao primeiro caso, coloca-se em contraponto o que foi efetuado pelos emigrados nos dois grandes centros da emigração liberal, França e Inglaterra. No que toca ao segundo aspeto, essa abordagem tem como foco principal o exemplo do maior vulto do romantismo português, Almeida Garrett. No quarto ponto deste capítulo, tendo por base o caso de Mouzinho da Silveira, pretende-se mostrar que o exílio constitui um espaço de reflexão e de debate sobre diversos assuntos, para além das questões políticas, e que essa presença no estrangeiro não só criou novas conceções, como também contribuiu para alterar visões da sociedade e da cultura. A quinta parte deste capítulo é dedicada a uma análise do significado

da experiência social e cultural do exílio, procurando-se argumentar que o exílio português não foi exclusivamente um centro de confronto político, mas que comportou também uma forte componente social e cultural, visível através dos contactos estabelecidos e da aprendizagem cultural desenvolvida.

### **1. O jornalismo português na emigração**

O jornalismo político na emigração não foi uma característica exclusiva da fase do exílio que aqui temos vindo a estudar, 1828-1832, pois já vinha sendo desenvolvida desde os inícios do século XIX pelos primeiros exilados, nomeadamente por Hipólito José da Costa, que se destacou por ter sido o redator do primeiro jornal de exílio a ser impresso em Inglaterra, *O Correio Brasiliense*, publicado durante 20 anos, entre 1802 e 1822, e por José Liberato Freire de Carvalho, que redigiu o *Investigador Português*, entre 1816 e 1819, e o *Campeão Português*, entre 1819 e 1821. Esta primeira imprensa do exílio apresentou-se bastante diversificada em termos da profissão dos redatores dos periódicos, sendo possível encontrar entre eles juristas, como Hipólito José da Costa e João Bernardo da Rocha, médicos, como Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Solano Constâncio, e homens que haviam pertencido ao clero, tais como José Liberato Freire de Carvalho e Joaquim Ferreira de Freitas.

Os periódicos que iam sendo redigidos no exílio, em qualquer uma das suas fases, constituíram importantes elos de contacto e de comunicação. Assim, eram dos principais meios de informação e de correspondência entre os vários exilados, entre estes e os portugueses que se encontravam em Portugal e no Brasil e ainda entre os exilados e os estrangeiros que liam os seus periódicos.

Os leitores que estavam exilados desempenhavam um importante papel na elaboração dos jornais, na medida em que podiam colaborar enviando poemas, notícias, cartas e outros artigos, sendo esta cooperação mais evidente entre os emigrados que estavam refugiados em países diferentes.

Uma outra característica que também se atribuí ao jornalismo português do exílio é o facto de ser uma área onde estava presente a dimensão conflitual da emigração portuguesa, manifestada através das polémicas que iam sendo criadas entre os vários periódicos, tendo por base orientações políticas opostas. Finalmente, a imprensa do exílio foi o meio pelo qual se desenvolveu um significativo intercâmbio cultural transnacional, visto que os emigrados portugueses, para além de publicarem alguns dos seus artigos em vários jornais estrangeiros,



também usavam alguns textos que eram publicados nesses jornais e revistas para inserirem nos seus periódicos<sup>142</sup>.

A partir de 1828 a prática jornalística conheceu um incremento, devido ao aumento da emigração liberal. Para além dos jornais desenvolveram-se também cada vez mais os folhetos, devido à sua maior maleabilidade e rapidez de circulação, sendo mais fácil passarem despercebidos à censura miguelista devido às suas reduzidas dimensões. Sobre os folhetos, Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos relata alguns episódios da emigração liberal portuguesa onde estas características estiveram em evidência:

«Uma notícia comentada da tentativa de desembarque de Saldanha na Terceira, em 1829, aparecia passados quinze dias em Brest, num folheto intitulado *Desembarque do Conde Saldanha na Ilha Terceira Impedido pela Marinha Inglesa* da autoria de Rodrigo Pinto Pizarro; a gestão dos negócios da emigração em Londres, entregue a Tomás de Mascarenhas em Fevereiro de 1830, era objeto de crítica num folheto anónimo saído nos começos de abril do mesmo ano, em Paris; dias depois da revolução de julho de 1830 aparecia, também em Paris, um folheto entusiástico sobre o acontecimento intitulado *Segunda Revolução e Triunfo da Liberdade em França*.»<sup>143</sup>

O rápido desenvolvimento da produção de folhetos também poderá estar associado ao facto de ser mais fácil salvaguardar a identidade dos seus autores, na medida em que muitos deles eram dados a conhecer anonimamente.

Londres foi o centro de difusão da propaganda política liberal portuguesa e o que aí era publicado tinha três objetivos essenciais: primeiro, inspirar os emigrados a não perderem o fulgor revolucionário contra o absolutismo de D. Miguel; segundo, difundir o máximo possível os ideais liberais em Portugal; e terceiro, tentar demonstrar aos principais governos europeus que era possível ao liberalismo vencer as forças absolutistas, por forma a garantir, no mínimo, a neutralidade dessas potências, quando não fosse possível conseguir o seu apoio direto<sup>144</sup>.

Assim sendo, mesmo antes de se iniciar a publicação dos que viriam a ser os principais periódicos portugueses em Londres, foram publicados dois importantes jornais em Plymouth, onde a maioria dos emigrados estava concentrada, ainda no decorrer do ano de 1828. O primeiro intitulava-se *O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário* e foi redigido por José Pinto Rebelo de Carvalho, entre novembro de 1828 e abril de 1829. No primeiro número deste periódico encontramos a justificação para o seu título. O título *Padre Malagrida*, era dirigido ao bispo de Viseu, D. Frei Alexandre Lobo, e com a expressão *a*

---

<sup>142</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, pp. 109-110.

<sup>143</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, p. 120 [nota de rodapé].

<sup>144</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, p. 452.

*Tesoura* o objetivo era evocar Agostinho Luís da Fonseca, alfaiate de profissão, ambos miguelistas, pelo que este jornal constituía uma dedicatória irónica e provocadora<sup>145</sup>. De acordo com Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal, este periódico foi também redigido em Paris<sup>146</sup>. O segundo periódico liberal português editado em Plymouth tinha o apropriado nome de *O Português Emigrado ou Realista Constitucional* e apresentava a particularidade de ser escrito em duas línguas, português e inglês (*The Portuguese Emigrant or Constitutional Royal*), alcançando assim um maior número de leitores. Foi um jornal com contou com a edição de 15 números, entre 7 de outubro de 1828 e 10 de fevereiro do ano seguinte, e, para além de ter sido estimulado por Cândido José Xavier, teve como redator principal Marcos Pinto Soares Vaz Preto.

A partir de 1829 a redação dos periódicos deixa de estar concentrada em Plymouth e passa a ter como núcleo principal a cidade de Londres. Um dos primeiros periódicos a surgir em Londres nesta nova fase da emigração liberal foi *O Fulminante*, ainda durante a primeira metade de 1829, e embora não haja referência aos seus redatores, sabe-se que se destacou dos restantes por ter sido impresso a preto e vermelho. Entre agosto de 1829 e agosto de 1831 publicou-se, também em Londres, aquele que foi considerado um dos jornais políticos mais influentes entre os exilados portugueses, o *Paquete de Portugal*. O *Paquete* foi um dos periódicos que contou com uma mais ampla difusão e uma maior longevidade, o que se deveu certamente ao facto de ser redigido por algumas das mais altas personalidades da emigração portuguesa, como Rodrigo da Fonseca Magalhães, redator principal, Marcos Pinto Soares Vaz Preto, José Liberato Freire de Carvalho e José da Silva Carvalho, e contado com o apoio particular do marquês de Palmela<sup>147</sup>. Mais tarde, e tendo em vista a orientação do jornal para uma linha de claro apoio a D. Pedro IV, José Liberato abandonou a redação do *Paquete*.

Outra publicação que também gozou de uma considerável influência no seio da emigração portuguesa foi *O Chaveco Liberal*. Este periódico foi publicado entre setembro e dezembro de 1829, alcançando um total de 17 números. À semelhança do *Paquete de Portugal*, destacava-se também a qualidade política e literária dos redatores deste jornal, contando-se entre eles José Ferreira Borges, Almeida Garrett e Paulo Midosi. *O Chaveco Liberal* assumiu-se claramente como um jornal de reconciliação entre os exilados, procurando

---

<sup>145</sup> *O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário*, Nº 1, novembro de 1828 [a dedicatória data do dia 18 de outubro].

<sup>146</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 83.

<sup>147</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, p. 453.

fazer frente à divisão que já se havia instalado, para além de ser um periódico declarado de apoio e fidelidade a D. Maria II e à defesa à causa liberal<sup>148</sup>.

José Ferreira Borges redigiu, por conta pessoal, *O Palinuro* entre agosto e dezembro de 1830, o qual se inseria também numa linha moderada de defesa da causa constitucional e de união entre os exilados. Este periódico apresentava a particularidade de ter sido impresso em papel extremamente fino, para que não fosse detetado nos pequenos subscritos em que era colocado e assim pudesse entrar mais facilmente em Portugal, desempenhando uma missão de tentar influenciar a opinião pública portuguesa a favor da causa liberal. Nesta publicação surge em evidência o distinto caráter patriótico e conciliatório de José Ferreira Borges, que, evocando como exemplo principal o triunfo da Revolução Francesa de 1830, apela a que os liberais portugueses se unam contra o inimigo comum, D. Miguel:

«Somos irmãos todos. Uma só pátria é nosso mais comum: vós jurastes defendê-la, não assassina-la. Esse monstro, que a tem em ferros, é o inimigo que temos a combater. Às armas, soldados portugueses. Imitai os franceses: imitai uma Nação que acaba de alevantar a si própria um monumento de glória, que durará com o mundo. Soldados! À carta! À Rainha! À liberdade!»<sup>149</sup>

Este apelo mostra como Ferreira Borges, à semelhança de muitos outros emigrados, se mantinha atento à atualidade internacional, usando-a como meio para justificar a legitimidade da causa liberal portuguesa.

No final de 1831 surgiu, em Londres, *A Aurora Boreal*, que pretendia dar a conhecer aos exilados os principais acontecimentos políticos, orientando-se por uma linha mais neutral.

Vários periódicos mostraram-se contrários a D. Pedro e ao que consideravam ser o caráter demasiado moderado da Carta Constitucional, encontrando-se, por isso, mais próximos da Constituição aprovada a 23 de setembro de 1822. O primeiro a inserir-se nesta corrente foi *O Pelourinho*, redigido por José Pinto Rebelo Carvalho, entre 1831 e 1832. Devido aos constantes ataques por parte dos seguidores de D. Pedro, a publicação deste periódico processava-se de forma semiclandestina, não havendo referência, nem à data de produção, nem ao seu local de impressão. Relativamente à localização da sua produção, existem divergências entre os historiadores. Enquanto José Tengarrinha considera que o periódico foi redigido em Londres<sup>150</sup>, Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal apontam que o mesmo teve o seu local de produção em França, considerando-o o periódico mais violento da

---

<sup>148</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, p. 453.

<sup>149</sup> *O Palinuro*, Nº 4, 20 de agosto de 1830, p. 31.

<sup>150</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, p. 454.

fação liberal<sup>151</sup>. O caráter mais radical e opositor a Palmela e aos seguidores de D. Pedro encontra-se expresso em vários artigos que constituem *O Pelourinho*, como exemplifica o seguinte:

«Fugimos, aos milheiros, da nossa pátria, sacrificámos tudo pela ingrata *Realeza*, que a tais chefes nos entregara; viemos curtir no exílio as mágoas, as penúrias, os desgostos, a fome [...] Viemos cobertos de lágrimas, muitos de sangue, todos de opróbrio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e nem a terra estrangeira nos pôde ser refúgio contra a dominação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a pátria. [...] Por artes, por astúcia, por manha, por seduções dos incautos, por compra dos abjetos e venais, ei-la que se instaura na dominação – e nos domina, maltrata, insulta e corrompe como dantes: e nós a sofrer. Que mais ou que menos do que isto nos tem feito os Palmelas, os Guerreiros, os Cândidos, os Balbinos, os Franciscos de Almeida, os Carvalhos, os Magalhães? Esta lista de aristocratas e parasitos, de privilegiados e privilegiandos foi, é e será a nossa perda e ruína se enfim não acordamos para nos *libertarmos* e os *punirmos*.»<sup>152</sup>

Este testemunho revela todo o pesar e sofrimento sentido pelos emigrados por se encontrarem longe da pátria, juntamente com outras centenas de portugueses, focando também um dos principais problemas pelos quais passaram os refugiados, a fome. Este jornal procurava também despertar a atenção dos leitores para aqueles que considerava serem os principais causadores de todos os problemas e dificuldades, como Palmela, Cândido José Xavier, José António Guerreiro, José da Silva Carvalho, D. Francisco de Almeida e, provavelmente, Rodrigo da Fonseca Magalhães, dada a sua proximidade com os anteriores.

Já perto do final de 1831, Almeida Garrett, num tom conciliatório, redigiu, em Londres, outro periódico moderado, *O Precursor*, que terá contado apenas com a publicação de 3 números, entre 27 de setembro e 11 de outubro. Por essa altura, tinha lugar, também em Londres, a redação de um outro periódico, sugestivamente intitulado *Correio dos Portugueses Emigrados*. O seu autor é desconhecido e, ao que tudo indica, terão sido publicados apenas 3 números em Inglaterra. Este periódico deslocou-se posteriormente para Paris, onde continuou a ser redigido sob o nome *Le Courier des Emigrés Portugais*<sup>153</sup>, o que não deixa de ser um dado curioso, na medida em que, enquanto foi publicado em Inglaterra, manteve o seu título em português, e, a partir do momento em que passou a ser redigido em França, perdeu, de certa forma, a sua identidade portuguesa, porque começou a ser escrito debaixo de um título francês. Seria interessante verificar se o conteúdo do próprio jornal também passou a ser

<sup>151</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 83.

<sup>152</sup> *O Pelourinho*, Nº 5, p. 3 e 4; Este excerto faz parte de uma carta escrita por Garrett, sob o pseudónimo de Múcio Cévola, a 4 de outubro de 1830, protestando contra as condições em que viviam os exilados e contra quem acreditava serem os responsáveis pela existência dessas condições (Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1979), «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)», *Análise Social*, Nº 57, p. 94).

<sup>153</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 83.

redigido em francês, ou se foi apenas o título que se alterou, e quais foram as razões que levaram a tal mudança. Sobre esta última questão, é possível que uma das justificações para a alteração do título se prenda com a tentativa de alcançar um público mais amplo, visto que captar a opinião pública do país onde estavam exilados era também um objetivo primordial dos redatores dos periódicos.

Em dezembro de 1831, surgiu em Londres *A Aurora*, periódico publicado durante 45 números pelas mãos de Rodrigo da Fonseca Magalhães e Marcos Pinto Soares Vaz Preto, na qualidade de redatores principais, e de Cândido José Xavier, D. Luís do Rego Barreto e barão de Rendufe. Foi um dos jornais que mais defendeu a política governamental da emigração e tinha como objetivo principal não influenciar os exilados, mas sim difundir as ideias liberais no território português<sup>154</sup>. Tal como o *Paquete de Portugal*, em que alguns dos redatores eram os mesmos, este periódico também se situou na mesma linha moderadora de defesa da Regência, contudo demonstrava ter um caráter político mais acentuado do que o primeiro, tendo em conta o aumento da corrente crítica dos exilados a D. Pedro e aos seus seguidores mais próximos, como Palmela e Silva Carvalho.

*O Português Constitucional em Londres*, redigido por Paulo Midosi, inseriu-se na linha opositora a D. Pedro e considerava que a regência que estava a ser feita pelo pai de D. Maria ia contra o estabelecido na Carta Constitucional. Este periódico, publicado entre março e junho de 1832, acabou por ser suspenso devido a denúncias feitas pelos apoiantes de D. Pedro, baseadas na ideia de que havia cometido infração do selo. Como resposta, Paulo Midosi encarregou-se de redigir um folheto, *O Inominado*, referindo-se aos exilados anónimos que o haviam denunciado e mantendo na mesma linha de oposição a D. Pedro. *O Perguntador* foi outro periódico, de caráter anónimo, opositor do ex-imperador do Brasil e dos seus ministros, publicado em Londres entre 1832 e, possivelmente, 1834. Já com a guerra civil a decorrer, é publicado, acredita-se que em Londres, o jornal *Notícias de Portugal*, também contrário a D. Pedro e aos seus fiéis seguidores<sup>155</sup>.

A produção jornalística dos exilados portugueses, à semelhança da dos de outras nacionalidades, foi menos intensa em França do que em Inglaterra, fruto da maior liberdade de expressão de que gozavam neste último país. Ainda assim, são de ressaltar quatro publicações, que trouxeram consigo a novidade, relativamente aos periódicos que eram redigidos em Inglaterra, de dois deles serem dedicados a temas não políticos e incluírem artigos de caráter mais científico.

---

<sup>154</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, p. 455.

<sup>155</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, pp. 455-456.

Assim sendo, inserido no último conjunto mencionado, os emigrados portugueses escreveram em França os *Novos Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos Que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios*, entre janeiro e julho de 1827, cuja curta duração (são conhecidos apenas 4 números) está relacionada com o facto de ter um grupo muito restrito de leitores, em função das dificuldades que tinha em penetrar e circular em Portugal. Este periódico procurava nas suas páginas não debater questões políticas, mas sim dar a conhecer as novidades que iam surgindo, tanto ao nível das ciências, das artes e da indústria, como no domínio da literatura, atuando numa vertente mais educacional. Atentando no seu título, esta publicação apresentava a particularidade de se destinar não só aos portugueses que se encontravam em Portugal e no resto da Europa, mas também a todos os que se encontravam na América e que dominavam a Língua Portuguesa, particularmente no Brasil. No domínio das ciências, os seus conteúdos passavam por áreas como a medicina, a química, a física, a botânica e a farmácia e baseavam-se, maioritariamente, nas sessões da Academia Real das Ciências de Paris. Eram também fornecidas as observações meteorológicas desenvolvidas no Observatório Real de Paris. Ao nível literário, cada número compunha-se de uma secção onde eram apresentadas as novidades literárias que iam surgindo um pouco por toda a Europa<sup>156</sup>.

O segundo periódico português de carácter não político redigido pelos exilados em Paris intitulava-se *A Abelha ou Coleção de Conhecimentos os mais Agradáveis, Instrutivos, Necessários e Úteis [...] Extraídos dos Jornais Científicos e Literários de Toda a Europa e das Obras dos Melhores Escritores* e saiu em 1830, escrito por Francisco Ladislau Álvares de Andrade. No contexto político foram redigidos dois periódicos em França que se declaravam opositores de D. Pedro e da Regência da ilha Terceira, foram eles *Le Courier des Émigrés Portugais*, editado já na segunda metade de 1831, *O Independente*, escrito, possivelmente, entre 1831 e 1833<sup>157</sup>.

Para um melhor entendimento da produção jornalística levada a cabo pelos exilados durante o período da emigração (1828-1832) apresentam-se os seguintes quadros, organizados de acordo com o local de produção dos periódicos<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> *Novos Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos Que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios*, Nº 1, janeiro de 1827, pp. I-VI.

<sup>157</sup> Tengarrinha (2013), *Nova História da Imprensa...*, pp. 456-457.

<sup>158</sup> Os quadros apresentados foram elaborados tendo maioritariamente por base uma compilação da informação contida na *Nova História da Imprensa Portuguesa* de José Tengarrinha relativamente a este período.

## Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832

**Quadro 4.1.** Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Plymouth.

<b>Título do periódico</b>	<b>Redator (es)</b>	<b>Período de publicação</b>	<b>Posição política</b>
<i>O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário</i>	José Pinto Rebelo de Carvalho	1828-1829	(Não se aplica) <sup>159</sup>
<i>O Português Emigrado ou Realista Constitucional</i>	Marcos Pinto Soares Vaz Preto	1828-1829	(Não se aplica)

**Quadro 4.2.** Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Londres.

<b>Título do periódico</b>	<b>Redator (es)</b>	<b>Período de publicação</b>	<b>Posição política</b>
<i>O Fulminante</i>	Desconhecido	1829	(Não se aplica)
<i>Paquete de Portugal</i>	Rodrigo da Fonseca Magalhães; Marcos Pinto Soares Vaz Preto; José Liberato Freire de Carvalho; José da Silva Carvalho	1829-1831	Moderado (favorável a D. Pedro e apoiante da Regência)
<i>O Chaveco Liberal</i>	José Ferreira Borges; Almeida Garrett; Paulo Midosi	1829	Apoiante e fiel a D. Maria e à causa liberal (conciliatório)
<i>O Palinuro</i>	José Ferreira Borges	1830	Defesa da causa liberal (conciliatório)
<i>A Aurora Boreal</i>	Desconhecido	1831	Neutral
<i>O Pelourinho</i>	José Pinto Rebelo Carvalho	1831-1832	Radical (contrário a D. Pedro)
<i>O Precursor</i>	Almeida Garrett	1831	Moderado (conciliatório)
<i>Correio dos Portugueses Emigrados</i>	Desconhecido	1831	Moderado (conciliatório)
<i>A Aurora</i>	Rodrigo da Fonseca; Marcos Pinto Soares Vaz Preto; Cândido José Xavier; Luís do Rego; Rendufe	1831-1832	Moderado (favorável a D. Pedro e apoiante da Regência)
<i>O Português Constitucional em Londres</i>	Paulo Midosi	1832	Contrário a D. Pedro
<i>O Inominado</i>	Paulo Midosi	1832	Contrário a D. Pedro
<i>Notícias de Portugal</i>	Desconhecido	1833 (possivelmente)	Contrário a D. Pedro

<sup>159</sup> Estamos aqui a considerar apenas a posição política relativa a D. Pedro à frente da causa constitucional portuguesa, pelo que não se consideram os três primeiros periódicos indicados, na medida em que essa posição política não se encontra definida de forma tão evidente nestes periódicos como nos restantes.

Quadro 4.3. Jornalismo na emigração liberal portuguesa em Paris.

Título do periódico	Redator (es)	Período de publicação	Posição política
<i>Le Courier des Émigrés Portugais</i>	Desconhecido	1831	Moderado (conciliatório) <sup>160</sup>
<i>O Independente</i>	Desconhecido	1831-1833	Contrário a D. Pedro
<i>Novos Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos Que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios</i>	José Diogo Mascarenhas Neto	1827	Periódico de caráter não político
<i>A Abelha ou Coleção de Conhecimentos os mais Agradáveis, Instrutivos, Necessários e Úteis [...] Extraídos dos Jornais Científicos e Literários de Toda a Europa e das Obras dos Melhores Escritores</i>	Francisco Ladislau Álvares de Andrade	1830	Periódico de caráter não político

Observamos, assim, que existiu uma clara concentração do jornalismo político do exílio português em Inglaterra, primeiramente em Plymouth, na fase inicial desta nova onda de emigração, e depois em Londres, local a partir de onde foram redigidos os jornais mais influentes entre os liberais portugueses. Da mesma forma que Londres se tornou no maior centro de produção de imprensa e de livros editados por exilados espanhóis, que colaboraram ainda em revistas e periódicos ingleses, também o foi no caso português<sup>161</sup>.

Conforme se avança cronologicamente na emigração, a França, e principalmente Paris, passa a ter também alguma importância no que diz respeito à atividade jornalística por parte dos exilados, com destaque para os inícios da década de 1830. Saliente-se o facto de não haver nenhum registo relativamente a periódicos publicados na Bélgica, onde também se verificou uma concentração significativa de emigrados liberais portugueses.

O jornalismo português produzido no exílio pretendia não só difundir os ideais e as convicções liberais entre os portugueses residentes na pátria, apelando para a sua união contra um inimigo comum, D. Miguel, mas também combater a facção liberal oposta.

A divisão que existia no seio do jornalismo do exílio estava diretamente conectada e era um reflexo do principal elemento gerador de discórdia entre os emigrados: a legitimidade

<sup>160</sup> Se considerarmos que continuou o mesmo percurso do seu antecessor em Londres, inseriu-se, portanto, numa linha conciliatória, procurando a união entre os emigrados liberais portugueses.

<sup>161</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 363.



de D. Pedro à frente da Regência e da causa liberal em nome de D. Maria. Evidentemente que quem atacava e criticava D. Pedro era posteriormente alvo do ataque dos seus defensores, os quais, por sua vez, ao apoiarem o ex-imperador do Brasil, tornavam-se também eles objeto de crítica e de acusações por parte dos primeiros.

Esta intensa atividade jornalística que os exilados portugueses desenvolveram no estrangeiro comprova o nível de intelectualidade da elite que se encontrava exilada, sobretudo em Inglaterra e em França, na medida em que, para além de dominarem a língua portuguesa, tinham também de possuir bons conhecimentos de línguas estrangeiras, nomeadamente de inglês e de francês não só para manterem a par das notícias que eram relatadas nos jornais dos países onde se encontravam exilados, muitas das quais foram também usadas nos seus próprios periódicos, traduzidas para português, como para se movimentarem e contactarem com os habitantes dos lugares onde tinham sido acolhidos.

## **2. O jornalismo de Rodrigo da Fonseca: *Paquete de Portugal* e *A Aurora***

Rodrigo da Fonseca Magalhães, exilado em Londres desde 1828, foi o redator principal de dois dos periódicos mais influentes entre os emigrados portugueses, *Paquete de Portugal* e *A Aurora*. Este último apresentava-se como uma continuação do primeiro, embora existissem algumas diferenças, não só quanto à composição do seu corpo editorial, como também relativamente ao seu conteúdo, não perdendo, contudo, a clara orientação política moderada de defesa de D. Pedro<sup>162</sup>.

Em relação à primeira questão, a mudança mais significativa prendeu-se com o afastamento do grupo de redatores de José Liberato Freire de Carvalho, ainda durante a publicação do *Paquete de Portugal*, não colaborando já na redação de *A Aurora*. Este distanciamento de Freire de Carvalho, ao que tudo indica ocorreu logo aquando da publicação dos primeiros números do jornal, esteve ligado a questões políticas, passando posteriormente para uma dimensão mais pessoal. Observemos o que relata José Liberato nas suas *Memórias* sobre este assunto:

«Enquanto as coisas iam acontecendo estava eu em Londres, e começava a examinar como os nossos negócios ali corriam. Fui ao princípio muito bem recebido pelos emigrados que ali

---

<sup>162</sup> Esta não foi a primeira vez que Rodrigo da Fonseca Magalhães teve contacto com o jornalismo no estrangeiro. Entre 1819 e 1822, encontrando-se exilado no Brasil por ter sido associado à conspiração de Gomes Freire de Andrade (1817), Rodrigo da Fonseca fundou e redigiu o primeiro jornal político de Pernambuco, *A Aurora Pernambucana*. Este periódico teve uma curta duração, com a primeira publicação a ocorrer a 27 de março de 1821 e a última a 10 de setembro do mesmo ano. Destacou-se por ter sido o primeiro jornal a manifestar uma opinião clara mais favorável ao movimento liberal de 24 de agosto de 1820, procurando o apoio brasileiro relativamente ao novo regime instalado na ainda Metrópole.

estavam; e como pela direção de alguns de bom nome ali se publicava um jornal, intitulado o *Paquete de Portugal*, não me recusei a escrever alguns artigos para ele, que decerto não o desonraram. Vendo porém em pouco tempo que a política que seguia não era conforme com os meus princípios fixos e inalteráveis, e parecendo-me muito mal como se apoiava a política de Palmela, com especialidade, o empenho que tinha havido em mandar para o Brasil a nossa gente, e o desgosto que tinha causado a sua vinda para França, que para mim era um acontecimento felicíssimo; entrei desde logo não só a não escrever para o *Paquete jornal*, mas até a retirar-me da convivência dos seus cooperadores, e mais indivíduos, que faziam parte da sua sociedade.»<sup>163</sup>

O afastamento de José Liberato Freire de Carvalho do *Paquete de Portugal* esteve, portanto, fortemente ligado a divergências políticas, nomeadamente a forma como este periódico apoiava o desempenho de Palmela à frente da emigração liberal. Este distanciamento acabou por traduzir-se não só em relação à redação do jornal, como também foi um distanciamento pessoal relativamente aos restantes redatores, especificamente, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Este cessar de colaboração de Freire de Carvalho com o influente jornal e a sua aproximação a Saldanha, evidencia, por si só, a divisão que existia no seio da emigração liberal portuguesa, na medida em que o *Paquete de Portugal* se mostrava declaradamente próximo de Palmela, algo a que o antigo redator se opunha.

### 2.1. *Paquete de Portugal*

O *Paquete de Portugal* foi um periódico de carácter semanal, publicado em 8 volumes, cada um deles contendo 13 números, o que se traduziu num total de 104 números publicados. Desta forma, foi o jornal liberal português que mais números publicou em Londres, o que não surpreende, tendo em conta que era um dos mais influentes entre a emigração e que gozou do apoio particular de Palmela, homem forte do exílio liberal português. A sua distribuição era feita através de assinaturas, não se procedendo à venda avulsa, conforme consta do aviso publicado no número 33<sup>164</sup>.

O *Paquete de Portugal* foi uma publicação predominantemente política, quer pelos seus constantes ataques a D. Miguel e aos seus partidários, quer pelo papel que desempenhou ao serviço da facção liberal «*palmelista*», opondo-se ao grupo liderado por Saldanha, aquando do agudizar dos conflitos entre os emigrados. Contudo, Rodrigo da Fonseca e os restantes redatores não deixaram de prestar atenção a outras questões, como as novidades que se relacionavam com a atualidade internacional e com a justiça, não obstante o facto de poderem fazer uso de qualquer notícia ou acontecimento como elemento de propaganda política.

---

<sup>163</sup> Carvalho (1982 [1855]), *Memórias...*, p. 186.

<sup>164</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 2, Nº 33, 26 de janeiro de 1830, p. 334.

São constantes nas páginas do *Paquete de Portugal* as notícias relativas à atualidade política internacional que os redatores do jornal consideravam serem importantes dar a conhecer aos seus leitores, particularmente aquelas que se relacionassem com a luta contra o despotismo. Neste sentido, ressalve-se a importância que Rodrigo da Fonseca Magalhães dá à Revolução Francesa de 1830, acontecimento que animou o espírito dos emigrados portugueses quanto a uma possível vitória sobre os absolutistas:

«A revolução francesa mudou as cenas. Já não temos receio algum da duração da tirania em Portugal: o impulso dado em Paris chegará muito longe. O espírito público em toda a Europa estava à espera deste choque. [...] Quem haverá que desconheça o efeito que os acontecimentos de Paris causarão, não só em Inglaterra, porém ainda mais em todos os países, onde a forma de governo mantém os governadores em estado de maior compressão, e onde, por isso mesmo, a força da resistência, por mais concentrada, se acha vigorosa? [...] O sentimento de admiração e simpatia que aqui espantosamente se há manifestado a favor dos franceses [...] não ficará circunscrito a este reino: sabemos como as notícias foram ouvidas na Prússia; sabemos as medidas que tomou o governo dos Países Baixos; a sensação que fizeram no tímido e inquisitorial governo espanhol, que já deve estar ouvindo ao longe o fatal pregão da sua morte.»<sup>165</sup>

Rodrigo da Fonseca expressa, assim, a convicção de que a Revolução Francesa de 1830 mudaria o rumo dos acontecimentos na Europa e influenciaria favoravelmente a causa liberal portuguesa, asseverando ainda que, tanto Inglaterra, como as restantes nações, demonstravam uma profunda admiração pelos acontecimentos franceses de julho de 1830.

Na mesma linha, são também alvo de destaque por parte de Rodrigo da Fonseca os acontecimentos ocorridos no final de agosto de 1830 em Bruxelas, que atuaram como o rastilho da revolução na Bélgica e que culminaram na sua independência, já em 1831:

«Ontem vimos nos jornais ingleses a notícia de uma nova revolução em Bruxelas, na noite de 25 para 26 deste mês, feita pelo povo contra o governo. A causa dela claramente se vê ter sido a opressão do mesmo governo. O primeiro objeto da vingança pública foi a imprensa do jornal ministerial intitulado o *Nacional* – depois a casa do ministro da justiça. [...] As vozes do povo eram: *Abaixo o governo Holandês! VIVA A PÁTRIA, VIVA A REVOLUÇÃO FRANCESA, VIVA NAPOLEÃO SEGUNDO.* Esta revolução é popular. Felizmente começam os povos a conhecer o melhor método de defender os seus direitos. Assim que eles entenderem que os soldados, por serem soldados, não têm mais valor que os demais cidadãos, nem morrem menos que os outros homens, que apoio resta ao despotismo?»<sup>166</sup>

Desta forma, entende-se que, na opinião do redator principal do *Paquete de Portugal*, a melhor a forma de colocar um ponto final no absolutismo na Europa passava pelo despontar de revoluções por parte da população, o que vai um pouco contra a ideia que viria a expressar,

---

<sup>165</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 1, 24 de agosto de 1830, pp. 2-4.

<sup>166</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 2, 31 de agosto de 1830, p. 64.

já após regressar a Portugal, nas décadas de 1840 e 1850, mostrando-se adverso a esses acontecimentos.

Um outro acontecimento internacional que foi amplamente difundido na imprensa de Rodrigo da Fonseca, por se encontrar intimamente ligado à situação política portuguesa, prendeu-se com mudanças parlamentares britânicas, nomeadamente a demissão de Wellington nos finais de 1830. Esta mudança gozou de especial apreço entre os exilados portugueses em Londres, particularmente entre os redatores do *Paquete de Portugal*, que acusavam o político britânico de ser favorável a D. Miguel e contrário à causa liberal:

«Finalmente caiu a administração do duque de Wellington; e o mais é que sem deixar saudades em nenhum das câmaras; o que bem se colige das nenhuma demonstrações de afeição, que recebeu quando o seu chefe em uma, e Sir R. Peel na outra, participaram haver depositada a autoridade nas mãos do rei. [...] De facto, a santa aliança tinha-se acabado depois da morte do imperador Alexandre; mas o triunvirato composto do duque de Wellington, Polignac e Metternich, obrava no mesmo sentido.»<sup>167</sup>

Conhecendo a nova constituição ministerial britânica, Rodrigo da Fonseca mostra-se agradado com a mesma, por considerar que é defensora da causa liberal portuguesa, acrescentando que se estivesse nas mãos dos exilados portugueses seleccionar um novo ministério, a escolha recairia nos mesmos indivíduos:

«São conhecidos os princípios políticos das primeiras personagens que figuram na relação que deixámos transcrita. – Liberdade civil, religiosa e comercial – economia doméstica – reforma parlamentar. – Muitos dos nomeados para o novo ministério têm sido famosos advogados da nossa causa. Como poderemos esquecer os discursos de sir J. Makintosh, de lord Palmerston, de lord Melbourne, de Mr. Brougham, de Lord Holland [...] O que asseguramos aos nossos leitores é que se nós, os emigrados, houvéssemos de escolher um ministério britânico em que pudéssemos confiar alguma coisa, seria o nomeado agora aquele que escolheríamos.»<sup>168</sup>

Para desenvolverem as notícias que publicavam, os redatores portugueses faziam uma leitura atenta dos principais jornais estrangeiros, procedendo posteriormente à tradução dos artigos que mais diretamente se relacionavam com a causa constitucional portuguesa, tecendo considerações sobre os mesmos, que eram constantemente utilizados como instrumentos de propaganda política. Neste sentido, importa referir que, de entre os periódicos a que os redatores do *Paquete* atentavam, se destacavam o *Star*, o *Times*, o *Morning Journal*, o *Morning Post*, o *Globe*, o *Quotidienne*, a *Gazeta de Ausbourg*, o *Courrier Français*, o *Constitutionnel*, o *Journal des Débats*, o *Fígaro*, a *Gazette de France*, o *Le Temps*, o *The Courier*, a *Gazeta Nacional da Filadélfia*, o *John Bull* e o *Courier de l'Europe*.

<sup>167</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 6, Nº 1, 21 de novembro de 1830, pp. 3-5.

<sup>168</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 6, Nº 1, 21 de novembro de 1830, pp. 31-32.

Como seria expectável, a maioria dos jornais internacionais lidos pelos exilados portugueses eram publicados em Inglaterra e em França, o que demonstra também a intensa circulação de periódicos que existia na Europa nesta época, para além de evidenciar o elevado conhecimento linguístico que os emigrados tinham de possuir para poderem desenvolver tal tarefa. Alguns destes jornais, tendo em conta os artigos que publicavam, eram vistos por Rodrigo da Fonseca Magalhães como opositores à causa de D. Maria e defensores de D. Miguel, nomeadamente o *Times*, o *John Bull*, o *Morning Journal* e o *Mourning Post*:

«Estamos autorizados para contradizer a continuada asserção de uma Gazeta da Manhã (o *Morning Journal*) sobre a partida de lord Strangford para Lisboa como embaixador de Sua Majestade. Nem S. S.<sup>a</sup> nem outro agente diplomático vai ser acreditado naquela Corte. Mr. Makenzie é somente cônsul geral (*Morning Post*, 10 de setembro). O primeiro destes jornais não é afeiçoado à causa da legitimidade em Portugal; o segundo é nosso inimigo.»<sup>169</sup>

Outro exemplo desta posição dos redatores do *Paquete de Portugal* aparece evidenciado na seguinte passagem: «Não há uma sílaba de verdade em todo o aranzel de *John Bull*; porém, ele e o seu colega *Morning Journal*, como campeões interessados na causa do usurpador, quando se trata de a defender, não param à vista de pequenos obstáculos.»<sup>170</sup>

O *Paquete de Portugal*, apesar de ser um periódico essencialmente de propaganda política, também se debruçou sobre outros assuntos que não a política, nomeadamente sobre questões de justiça. De entre as questões no domínio da justiça abordadas por Rodrigo da Fonseca Magalhães no *Paquete*, são de ressaltar a atenção dada a uma proposta de reforma judicial em Inglaterra, o acompanhamento do debate em torno da abolição da pena de morte em França, a possibilidade do estabelecimento da guarda civil em Portugal, tendo por base exemplos estrangeiros, e o funcionamento da magistratura em Inglaterra. A abordagem destes assuntos demonstra que os redatores não estavam exclusivamente concentrados em questões políticas e que se mostravam preocupados com o desenvolvimento de Portugal na área da justiça. A discussão sobre estes temas esteve sempre direcionada para uma possível aplicação dessas inovações no país num futuro próximo, o que chama a atenção para a intensa circulação de ideias que existia na Europa de Oitocentos.

Relativamente ao primeiro tema judicial abordado, Rodrigo da Fonseca, tendo por base a proposta apresentada em Inglaterra para uma possível reforma judicial a levar a cabo nesse país pelo jurisconsulto Brougham, a 30 de abril de 1830, alerta para a necessidade de se operar da mesma forma em Portugal, introduzindo algumas alterações. No entender de

<sup>169</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 1, Nº 4, 15 de setembro de 1829, p. 130.

<sup>170</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 1, Nº 4, 15 de setembro de 1829, p. 143.

Rodrigo da Fonseca, as grandes vantagens em se adotar uma reforma judicial ao estilo britânico residiam na rápida resolução das causas, no baixo custo a despendido com as mesmas e no aperfeiçoamento progressivo da prática judicial por parte do governo:

«Assim, postas as bases de uma reforma judicial, o público ganharia não poucas vantagens, vendo decidir as suas causas com brevidade, e quase sem despesas; e o governo pouco a pouco se habilitaria para levar esta reforma ao estado de perfeição, conhecendo primeiro os resultados que a prática lhe fosse apresentando.»<sup>171</sup>

O debate sobre a abolição da pena de morte em França foi outro dos temas judiciais a que Rodrigo da Fonseca deu destaque nas páginas do *Paquete de Portugal*. Com a Revolução de 1830, a pena de morte em França viu o seu campo de aplicação ser reduzido, contudo só foi definitivamente abolida já nos finais do século XX, em 1981. O acompanhamento desta discussão, que teve lugar em agosto de 1830, é feito pelos redatores do jornal mediante a apresentação da argumentação favorável e da argumentação contrária à abolição da pena capital em França a que recorreram os intervenientes franceses. Ressalve-se que toda esta discussão esteve intrinsecamente ligada à questão da liberdade e da privação da mesma, tema importante para os liberais, e que a pena de morte foi classificada de forma bastante particular pelos defensores da sua abolição. Estes consideravam que era uma pena inflexível, não adaptável a diferentes graus de culpabilidade, inútil, porque um cidadão depois de executado já não tinha hipótese de modificar o seu comportamento e a sua atuação na sociedade, e perigosa, na medida em que poderia contribuir para o despontar de distúrbios sociais<sup>172</sup>.

Ainda uma outra questão do foro judicial que despertou a atenção de Rodrigo da Fonseca Magalhães prendeu-se com a possibilidade do estabelecimento de uma guarda nacional em Portugal, defendendo que este deveria ser o primeiro ato a decretar pelos liberais quando regressassem a Portugal, o que demonstra que o redator do *Paquete de Portugal* se mostrava confiante no regresso dos exilados ao país e na vitória liberal frente aos absolutistas<sup>173</sup>.

Para Rodrigo da Fonseca, a criação da guarda nacional era essencial para defender o governo de D. Maria, libertar o povo da opressão e evitar o despontar de sublevações, devendo todos os homens prestar serviço militar como forma de recompensar a pátria. Estas reflexões vieram no seguimento do acompanhamento que fez da nomeação de Lafayette para general em chefe da guarda nacional francesa, a 29 de julho de 1830, e, posteriormente, da

---

<sup>171</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 4, Nº 41, 01 de junho de 1830, p. 47.

<sup>172</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 09, 19 de outubro de 1830, pp. 363-372.

<sup>173</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 5, 21 de setembro de 1830, p. 142.

atuação desta força de segurança<sup>174</sup>. As guardas nacionais consistiam, no entender de Rodrigo da Fonseca, no único meio eficaz para se poder garantir a liberdade e a ordem dentro uma nação, apontando como exemplo mais sonante a guarda nacional francesa, chefiada por Lafayette após a Revolução de Julho, cuja atuação revelava-se ser do agrado do emigrado português:

«As guardas nacionais compostas desta gente, longe de auxiliarem ou promoverem sublevações contra o governo, obstarão a elas; porquanto está entendido que o seu interesse consiste tanto em gozar de justa e razoável liberdade e segurança da parte do mesmo governo, como em conter e enfrear as fúrias populares, cujo efeito lhes é tão nocivo como o do próprio despotismo. A guarda nacional de França é um argumento vivo a favor da nossa opinião. [...] São, portanto, as guardas nacionais, isto é, os cidadãos interessados na manutenção da ordem e da liberdade, a única eficaz garantia dos governos representativos. [...] Eis a única e perfeita garantia com que as nações e os governos podem contar [...]»<sup>175</sup>

A discussão em torno das funções, da utilidade e da constituição de uma guarda nacional em Portugal não teve lugar apenas durante o período do exílio liberal. Já antes, durante a primeira experiência liberal, entre 1820 e 1823, estas questões foram amplamente discutidas, inclusive por alguns futuros exilados<sup>176</sup>.

Sobre a questão da liberdade e do patriotismo, noções que estavam intimamente conectadas no espectro ideológico dos exilados, são também diversas as reflexões que Rodrigo da Fonseca desenvolve nas páginas do *Paquete*, evidenciando o seu patriotismo e a defesa acérrima da liberdade, um dos valores mais importantes para os homens do liberalismo.

Relativamente ao patriotismo, Rodrigo da Fonseca considerava que, tendo por base a sua experiência histórica, Portugal era o país que oferecia mais exemplos de heroísmo, defendendo que o verdadeiro patriotismo de um indivíduo residia na vontade em querer ver o seu país livre e desenvolvido, e não na ambição desmedida:

«Um só é o verdadeiro patriotismo – Desinteressado amor do país em que nascemos, desejo ardente de o ver próspero, independente e livre: mas livre de modo que nós e nossos concidadãos, gozemos nele a máxima liberdade possível e segurança. O verdadeiro patriotismo oferece-se para os sacrifícios necessários ao bem da pátria: não destituído de ambição, mas animado daquela ambição que impele o homem a praticar ações grandes para merecer o respeito, o amor dos seus e as justas recompensas devidas à virtude. – Esta ambição é nobre: é patriótica, é o fim a que se dirigem os esforços dos grandes homens; e não a causa por que

---

<sup>174</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 4, Nº 51, 10 de agosto de 1830, p. 373.

<sup>175</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 7, Nº 7, 05 de abril de 1831, pp. 204-205.

<sup>176</sup> Sobre esta questão ver Pata, Arnaldo (2001), *Revolução e Cidadania: Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-1839)*, Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. (O primeiro capítulo é particularmente interessante sobre este tema).

desejam altos lugares, honras e recompensas aqueles que pretendem gozar em ócio vil, e no meio dos prazeres e do luxo, os regalos de uma vida afeminada e torpe.»<sup>177</sup>

Este caráter simplista e pouco ambicioso, pelo menos demonstrava ser uma ambição controlada, de Rodrigo da Fonseca, já em evidência nos anos do exílio, estaria presente ao longo de toda a sua vida, na medida em que sempre rejeitou condecorações:

«[...] Rodrigo da Fonseca veio a falecer sem o título de conde com que tanto D. Maria II como D. Pedro V o tinham querido agraciar, tendo antes da sua morte rejeitado idêntica mercê para o filho, Luís do Rego Fonseca de Magalhães. Ao longo da vida, afirmou repetidamente a sua origem plebeia, condição que pretendia conservar até à morte.»<sup>178</sup>

Quanto à liberdade, o redator do *Paquete de Portugal*, seguindo a orientação política que o caracterizou ao longo da sua vida pessoal e profissional, entendia que aquela só podia ser encontrada em países onde vigorassem governos moderados, ou seja, em regimes onde os governantes não pudessem governar para além do que lhes era permitido<sup>179</sup>. Neste sentido, Rodrigo da Fonseca elucida sobre situações em que considerava que a liberdade era inexistente, salientando dois casos. Primeiro, quando um indivíduo tinha o poder para fazer e para executar as leis, na medida em que poderia cair na tentação de fazê-lo de forma déspota; segundo, quando o poder judicial fosse indistinto dos poderes legislativo e executivo. Em ambos os casos, a inexistência de um poder constitucional, dotado da capacidade de fazer frente aos abusos do poder, conduziria, no entender de Rodrigo da Fonseca, à falta de liberdade. Assim sendo, o redator do *Paquete* considerava que a liberdade, nas suas variadas formas, existia apenas nos Estados onde vigorasse a divisão e a independência dos poderes, onde as leis se fizessem ouvir mais alto do que os indivíduos e onde os funcionários públicos se encontrassem devidamente controlados. Se tal acontecesse, «os homens serão mais felizes do que em nenhum outro [Estado].»<sup>180</sup>

E sobre Portugal? Que imagem passavam Rodrigo da Fonseca e os restantes redatores a portugueses e estrangeiros do país de onde tinham sido obrigados a sair por quem, naquela época, passara a comandar os destinos do país?

É possível encontrar nos seus discursos diversas considerações sobre o estado de Portugal e sobre as causas que conduziram a essa situação, sendo que, evidentemente, a mais comum se prendia com o facto de o país se encontrar sob o comando de D. Miguel.

---

<sup>177</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 7, Nº 4, 15 de março de 1831, p. 101.

<sup>178</sup> Bonifácio (2013), *Um homem singular. Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858)*, Alfragide, D. Quixote p. 13.

<sup>179</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 7, Nº 5, 22 de março de 1831, p.131.

<sup>180</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 7, Nº 5, 22 de março de 1831, p.133.



Neste sentido, os redatores do *Paquete de Portugal* apresentavam Portugal como o «nosso desgraçado Portugal a quem oprimem todos os flagelos da tirania, reforçados pela severidade da estação, a mais rigorosa que se tem experimentado de muitos anos a esta parte»<sup>181</sup>, e consideravam que «o tirano que lá domina tem esgotado, ao que parece, todos os meios de oprimir e atormentar, e ao mesmo tempo de escarnecer e motejar os desgraçados que o toleram.»<sup>182</sup> Estes exilados defendiam ainda que Portugal se encontrava num estado de crise ou que, pelo menos, não estava longe dessa situação, tendo em conta que D. Miguel só havia trazido miséria e desgraça para o país: «Tiremos por último resultado que a crise em Portugal se aproxima; que D. Miguel, o usurpador, o perjuro e o tirano é quem para ela mais eficazmente concorre [...]»<sup>183</sup>.

Uma outra justificação avançada por Rodrigo da Fonseca para a crise portuguesa relaciona-se com a perda do Brasil por parte de Portugal, em virtude da sua independência, em 1822, o que demonstra a consciência que estes homens tinham das consequências desta situação, embora considere que a mesma, por si só, não justifica toda a desgraça de Portugal<sup>184</sup>. Fora esta desgraça que, na opinião de Rodrigo da Fonseca Magalhães, levava várias centenas de portugueses a abandonar o país e a viver no estrangeiro sob a condição de emigrados.

Os acontecimentos que se relacionavam diretamente com os emigrados portugueses também foram objeto de discussão e de análise por parte dos redatores do *Paquete de Portugal*.

Salienta-se a indignação com que Rodrigo da Fonseca se referiu à ordem dada pelo governo britânico de dispersão dos exilados portugueses por várias vilas e cidades inglesas, para que, no parecer do redator, estes não se pudessem unir e avançar contra D. Miguel, reprovando também o bloqueio britânico feita à ilha Terceira<sup>185</sup>.

Ainda a respeito do comportamento do governo britânico para com os emigrados portugueses, os redatores do *Paquete* queixaram-se da falta de apoio, referindo que os auxílios que receberam foram providenciados por D. Maria, isto é, por intermédio dos ministros ao serviço da causa liberal. No entender de Rodrigo da Fonseca, evocando a já antiga aliança mantida entre Portugal e Inglaterra, os emigrados esperavam apenas que esta cumprisse com os tratados estabelecidos. Ressalve-se que, ao referir-se aos liberais

---

<sup>181</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 2, Nº 24, 02 de fevereiro de 1830, p.349.

<sup>182</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 4, Nº 42, 08 de junho de 1830, p.89.

<sup>183</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 4, Nº 42, 08 de junho de 1830, p.82.

<sup>184</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 8, Nº 10, 26 de julho de 1831, pp.291-292.

<sup>185</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 1, Nº 4, 15 de setembro de 1829, pp. 126-127.

portugueses dispersos pela Europa, Rodrigo da Fonseca utiliza sempre a expressão *emigrados*, e nunca *exilados* ou *refugiados*:

«Só temos agora tempo para advertir os nossos leitores de que estes *refugiados* de Portugal são os Espanhóis que geram debaixo da opressão de D. Miguel; e que os *Portugueses emigrados* não têm até agora recebido socorro algum de Inglaterra, mas sim, e somente, da sua Legítima Rainha. O único auxílio que os emigrados Portugueses queriam dos Ingleses é o cumprimento dos tratados antiquíssimos que os obrigam a ajudar a colocar no trono esta mesma Legítima Rainha.»<sup>186</sup>

Recorrendo ao exemplo do bom acolhimento que o governo britânico providenciou aos franceses emigrados na altura da Revolução Francesa, fornecendo armas e dinheiro para a organização de expedições militares contra o governo, Rodrigo da Fonseca critica o comportamento inglês para com os exilados portugueses, bem diferente do que manifestara anteriormente, considerando que Inglaterra só teve a ganhar com a presença portuguesa. Neste sentido, salienta que «os ingleses só hão ganhado muito com a nossa emigração; porque, em consequência dela, muitas e avultadíssimas somas de dinheiro, e dinheiro nosso, se têm consumido no seu país.»<sup>187</sup>

Outra questão relacionada com os exilados portugueses que também preocupou os redatores do *Paquete de Portugal* prendeu-se com as cisões no seio da emigração liberal que, com o passar dos anos, iam sendo cada vez mais evidentes.

Assim sendo, Rodrigo da Fonseca, manifestando o seu carácter conciliatório, lamentava que existissem divisões entre os emigrados e que estas constituíssem um importante obstáculo à concretização do objetivo que deveria ser comum a todos os liberais, o derrube de D. Miguel. Ainda a este respeito, considerava também que os absolutistas eram um exemplo a seguir, na medida em que procuravam sempre a proteção e a defesa uns dos outros<sup>188</sup>.

Tendo consciência das dissensões existentes entre os liberais, e que as mesmas poderiam comprometer a causa constitucional, Rodrigo da Fonseca, tendo à sua disposição um importante veículo de propaganda, o jornalismo, por várias vezes alertou e apelou para que os emigrados portugueses se unissem para alcançar o objetivo desejado e devolver o liberalismo a Portugal:

«PORTUGUESES – O governo da Rainha legítima e da carta constitucional já está estabelecido na Terceira. O decreto da sua criação manifesta o empenho do augusto monarca pai, tutor e protetor da SENHORA DONA MARIA II. Este empenho é derribar o usurpador

<sup>186</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 1, Nº 9, 20 de outubro de 1829, p. 320.

<sup>187</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 2, Nº 17, 13 de dezembro de 1829, pp. 121-122.

<sup>188</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 5, Nº 6, 28 de setembro de 1830, pp. 181-182.

[...] Não desfaleçais compatriotas – pelo contrário, cobrai novos brios: as vossas desgraças e as da pátria eram necessárias para desengano do mundo. [...] Invocai o seu augusto nome [D. Maria]; chamai-a às nossas praias; derribai o monstro da traição, que sacrílego lhe roubou o trono.»<sup>189</sup>

Observamos assim que, apesar de se tratar de um periódico predominantemente político e de os seus redatores estarem especialmente preocupados com a propaganda política de combate ao miguelismo, o *Paquete de Portugal* também se manteve atento a outros assuntos, nomeadamente a questões do foro judicial e da atualidade internacional, embora estes temas pudessem ser igualmente utilizados como instrumentos de combate ao absolutismo.

O acompanhamento que Rodrigo da Fonseca e os restantes redatores faziam dos assuntos internacionais era efetuado, sobretudo, através da leitura de jornais estrangeiros, o que demonstra não só o muito tempo que estes homens despendiam no desenvolvimento da atividade jornalística, como também constitui um facto elucidativo da sua capacidade intelectual, na medida em que liam as notícias em língua estrangeira, maioritariamente em inglês ou em francês, e procediam à sua tradução para português, para que as mesmas tivessem um maior alcance entre os emigrados portugueses, muitos dos quais, certamente, não possuíam os mesmos conhecimentos linguísticos que os redatores dos periódicos escritos no exílio.

Após a publicação do *Paquete*, Rodrigo da Fonseca manteve-se ativo no jornalismo e passou a publicar *A Aurora* que, apesar de não ter divergido muito do seu antecessor, apresentou algumas diferenças que valem a pena ser analisadas, relacionando-se as mesmas, sobretudo, com alterações no domínio da causa constitucional portuguesa.

## **2.2. A Aurora**

Este periódico, escrito, na sua grande maioria, por Rodrigo da Fonseca Magalhães e pelo padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, foi publicado em Londres entre 6 de dezembro de 1831 e 9 de outubro de 1832, num total de 45 números, e, à semelhança do *Paquete de Portugal*, também apresentou um carácter semanal, alinhando na mesma posição política já manifestada pelos seus redatores na publicação anterior. No entanto, apresenta algumas diferenças relativamente ao *Paquete* que importa salientar, fruto das mudanças ocorridas ao nível da situação portuguesa.

---

<sup>189</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 3, Nº 39, 18 de maio de 1830, pp. 443-444.

Tendo em conta a altura em que foi redigido, este periódico, no que respeita à atualidade portuguesa, e mantendo a sua conotação política, preocupou-se particularmente com a expedição liberal dirigida por D. Pedro com destino aos Açores.

Assim sendo, Rodrigo da Fonseca, ao longo de vários artigos, dá conta dos vários momentos que marcaram a viagem dos navios liberais desde que abandonaram Londres até chegarem aos Açores, em fevereiro de 1832, relatando também a passagem por Belle-Isle, onde o pai de D. Maria terá sido «recebido com vivas aclamações de todos os navios com a gente nas vergas»<sup>190</sup>, acompanhado pelo comandante da armada portuguesa Sertório, o que transmite a ideia de que existiam boas expectativas entre os exilados portugueses quanto ao sucesso da missão de D. Pedro de restabelecimento do constitucionalismo em Portugal.

Tal confiança no sucesso de D. Pedro é manifestada largamente nas páginas d' *A Aurora*, através dos constantes enaltecimentos que os seus redatores fazem ao pai de D. Maria, o que também é indicativo da posição política seguida por este periódico. Esta é uma das diferenças mais visíveis entre os dois jornais escritos por Rodrigo da Fonseca: n' *A Aurora* denota-se uma maior preocupação em apoiar e glorificar os feitos de D. Pedro, bem como a sua própria personalidade. Este aspeto pode estar relacionado com o facto de o ex-imperador do Brasil ter sido alvo de uma maior contestação nesta fase do exílio liberal por parte dos seus opositores, sobretudo Rodrigo Pinto Pizarro, José Liberato Freire de Carvalho e Saldanha. Observe-se o excerto seguinte:

«Sua Majestade vai sustentar a sua obra; restituir à nação portuguesa a liberdade que ela recebera de suas mãos generosas e o cetro à Rainha Fidelíssima. Nenhum motivo de ambição pessoal move o magnânimo Príncipe ao sacrifício que faz do seu repouso, das delícias e prazeres domésticos e da sua mesma vida – Assaz é conhecido o caráter do Senhor D. Pedro: ninguém de boa-fé o pode acusar de ambicioso ou tirano – Enquanto regeu um Império foi ele o primeiro e mais forte defensor das liberdades, isenções e fortuna do povo – Dentro dos poucos dias que reinou em Portugal o constituiu monarquia representativa, regularizando, para assim dizer, as suas antigas e já perdidas liberdades e alargando-lhes o estádio – Quando entendeu que era preciso, para bem dos mesmos povos, abdicar as duas coroas, prontamente o fez, não dando o menor sinal de irresolução ou violência em ato de tanta ponderação. E agora este mesmo Príncipe, o ornamento da real e nobilíssima família de Bragança, é quem vemos à frente de uma expedição que vai combater o usurpador do trono português e libertar a nação das calamidades que há mais de três anos pesam sobre ela!»<sup>191</sup>

Desta forma, não restam dúvidas quanto à posição política advogada por Rodrigo da Fonseca e restantes redatores, manifestada claramente a favor de D. Pedro e da causa liberal por ele conduzida.

À semelhança do que faz no *Paquete de Portugal*, também neste periódico Rodrigo da Fonseca dá destaque à cisão que existe entre os liberais portugueses, considerando que esta

<sup>190</sup> *A Aurora*, Nº 12, 21 de fevereiro de 1832, pp. 177-178.

<sup>191</sup> *A Aurora*, Nº 7, 17 de janeiro de 1832, p. 108.

foi motivada essencialmente pela inveja e ambição e pela ideia de desacreditação que tentaram passar de D. Pedro, o que nos leva a concluir que se refere à facção liberal mais radical, encabeçada por Saldanha:

«A inveja é a causa principal da formação de um partido miserável que se levantou entre os emigrados portugueses, parece que de propósito, para desacreditar a nobilíssima causa da emigração – a inveja há produzido as indecentes calúnias e as indignas increpações, os insultos de que tem sido alvo os homens empregados em alguma comissão, já na Terceira, já fora dela – a inveja finalmente encheu de raiva os corações desses mesmos caluniadores, que ao ver-se como que desprezados pelo Duque de Bragança, conceberam o desassissado, quão absurdo e iníquo projeto, de armar contra ele a opinião nacional: isto no mesmo tempo em que este príncipe aparece à frente do exército dos Açores, e o conduz à restauração do trono da Rainha e da liberdade.»<sup>192</sup>

Este discurso dos redatores d' *A Aurora* apresentava um duplo sentido porque, se por um lado procuravam criticar e inferiorizar a facção liberal política oposta, por outro lado, aproveitavam a oportunidade para enaltecer e favorecer a posição de D. Pedro à frente da causa liberal, mostrando também confiança no triunfo na restauração do liberalismo em Portugal, por intermédio das ações do pai de D. Maria.

A situação portuguesa, que se aproximava de uma fase crucial, eminente que estava o combate militar entre liberais e absolutistas, era cada vez mais divulgada na imprensa internacional, em periódicos como *Journal des Débats*, *L'Auxiliaire Breton*, *Le Globe*, *Courier* e *Times*, particularmente a possibilidade de uma intervenção militar espanhola em Portugal favorável a D. Miguel, questão que também mereceu atenção em vários debates no Parlamento britânico. Considerando que uma invasão espanhola era a única forma que D. Miguel tinha de triunfar, os redatores d' *A Aurora* defendiam que, caso esta viesse a ter lugar, a Inglaterra também interviria a favor da causa constitucional:

«A questão era aqui posta muito claramente; e até de modo que dela se desde logo uma consequência necessária: o reconhecimento do governo da Rainha de Portugal, em cujo auxílio, e da independência da nação, Inglaterra se verá obrigada a enviar forças, se as de Espanha iniquamente se intrometerem em Portugal para valer a D. Miguel.»<sup>193</sup>

Observa-se que, ao contrário do que se verificou no caso do *Paquete de Portugal*, as notícias que são relatadas n' *A Aurora* relacionadas com outros países, nomeadamente com Espanha e com Inglaterra, encontram-se diretamente ligadas a Portugal, incidindo as mesmas, maioritariamente, sobre a questão de uma possível intervenção espanhola no país, assunto que também foi discutido em várias sessões do Parlamento britânico.

<sup>192</sup> *A Aurora*, Nº 15, 13 de março de 1832, p. 226.

<sup>193</sup> *A Aurora*, Nº 13, 28 de fevereiro de 1832, p. 197.

Exemplo deste facto foi a sessão da Câmara dos Comuns de 26 de março de 1832, cujas falas dos intervenientes Rodrigo da Fonseca e os restantes redatores traduziram para português e publicaram n.º *A Aurora*. Verifica-se que um dos principais aspetos em torno dos quais girou todo o debate desta sessão se relacionou com a questão da neutralidade britânica relativamente aos assuntos portugueses, sendo possível descortinar a posição dos vários intervenientes em relação ao que se passava em Portugal.

Desta forma, saliente-se que Lord Palmerston foi um dos que mais se manifestou a favor do constitucionalismo em Portugal, considerando que D. Miguel já havia dado vários motivos para Inglaterra lhe declarar guerra, que a anterior administração britânica havia sido demasiado branda para com o irmão de D. Pedro e que, na eventualidade de Espanha intervir em Portugal, Inglaterra estaria obrigada a violar a neutralidade que havia decretado inicialmente e a apoiar o grupo oposto amparado pelos espanhóis.

No sentido oposto, surgiram várias vozes que pareciam estar mais favoráveis a D. Miguel, ou pelo menos não tão próximas de D. Pedro, como foram os casos de Lord Elitot, de Sir Robert Peel e de Mr. Baring, cujos discursos coincidiram na defesa da ideia de que Inglaterra já havia violado a neutralidade ao permitir que D. Pedro armasse a sua expedição a partir dos portos britânicos<sup>194</sup>.

Também sobre a política britânica, um acontecimento a que Rodrigo da Fonseca deu especial atenção, por poder influenciar diretamente a situação portuguesa, prendeu-se com uma possível reforma parlamentar, em maio de 1832, a qual passaria pela saída do ministério de Lord Grey do poder e pela sua substituição por parte de um ministério chefiado pelo duque de Wellington.

Esta alteração na política britânica, que no entendimento dos redatores d' *A Aurora*, não era do agrado do próprio povo inglês, também não era favorável à causa liberal lusitana, na medida em que Lord Grey se mostrava bastante mais próximo dos liberais portugueses do que Wellington. Contudo, tal mudança não ocorreu e Lord Grey continuou no poder, o que desagradou aos absolutistas portugueses, que, nas palavras de Rodrigo da Fonseca, viam desvanecer a última esperança de serem apoiados por Inglaterra, revelando-se esta situação útil para o liberalismo português:

«Já é dado afirmar que certos atos do governo atual mostram, senão uma intervenção decidida a nosso favor, ao menos um preparativo eficaz para resistir à intervenção de Espanha; e sem

---

<sup>194</sup> A tradução e a transcrição do debate da sessão da Câmara dos Comuns do dia 26 de março de 1832 encontram-se no número 18 d' *A Aurora*, publicado a 3 de abril de 1832, pp. 283-293.

esse único apoio, que por certo D. Miguel não terá, bem sabem seus servos que ele não acha forças para resistir ao exército comandado pelo Duque de Bragança.»<sup>195</sup>

Os debates entre Lord Grey e Wellington sobre a situação portuguesa foram constantes na política britânica dos inícios dos anos 30 do século XIX, sendo os mesmos alvo de destaque no jornalismo de Rodrigo da Fonseca, que considerava que o primeiro se encontrava mais próximo dos liberais, ao passo que o segundo se mostrava mais favorável a D. Miguel e à corrente absolutista.

Esta opinião terá sido influenciada pela ordem decretada por Wellington, quando este se encontrava no poder, de dispersão dos exilados portugueses por várias localidades britânicas, pouco tempo depois da sua chegada a Inglaterra.

Neste sentido, o redator português traduz e transcreve um debate travado entre os dois políticos britânicos que teve lugar a 15 de agosto de 1832 na Câmara dos Lords. Esta discussão incidiu particularmente sobre questões ligadas a Portugal, tais como a neutralidade britânica, o reconhecimento de D. Miguel, a presença da esquadra inglesa em Portugal e as exageradas despesas, na opinião de Wellington, do governo britânico relativamente a assuntos portugueses<sup>196</sup>. Verificamos, assim, que as questões relativas a Portugal foram amplamente discutidas no estrangeiro, com particular incidência para Inglaterra, fruto da velha aliança existente entre as duas nações, não só por parte do corpo político, como também por intermédio da imprensa local, o que contribuía para que os assuntos portugueses fossem divulgados além-fronteiras.

Através do seu jornalismo, Rodrigo da Fonseca Magalhães fez um acompanhamento dos acontecimentos mais importantes que marcaram a vivência dos exilados no estrangeiro, desde a sua saída de Inglaterra, por ordem do governo de Wellington, até ao desembarque da expedição liberal conduzida por D. Pedro nos Açores, passando pela mudança dos emigrados de Inglaterra para França e prestando especial atenção às divisões existentes entre os mesmos, apelando sempre para a união dos liberais, e não duvidando que estes triunfariam perante o absolutismo de D. Miguel.

O jornalismo de Rodrigo da Fonseca foi predominantemente político, procurando combater tanto a ideologia e a política absolutistas, como também a facção liberal mais radical, representada, entre outros, por Saldanha e por Rodrigo Pinto Pizarro, opositora da sua própria

---

<sup>195</sup> *A Aurora*, Nº 26, 29 de maio de 1832, p. 425. Todo o destaque dado por Rodrigo da Fonseca a este acontecimento encontra-se publicado ao longo dos números 24, 25 e 26 d' *A Aurora*, datados de 15 de maio, 22 de maio e 29 de maio, respetivamente.

<sup>196</sup> *A Aurora*, Nº 38, 21 de agosto de 1832, pp. 619-631.

fação, mais moderada e chefiada por Palmela. No entanto, como ficou demonstrado, outras questões, não diretamente ligadas à política, também despertaram a sua atenção.

O interesse manifestado por Rodrigo relativamente à dimensão judicial, e notoriamente presente nas suas publicações, certamente esteve ligado ao facto de o jornalista já ter tido contacto com essas matérias ainda antes de se exilar, na medida em que, ao regressar do seu primeiro exílio no Brasil, em 1822, ocupara o cargo de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça<sup>197</sup>.

### **3. Produção literária: a tradução e as obras originais.**

Tal como fizeram os emigrados espanhóis, que escreveram e publicaram livros um pouco em todos os lugares onde residiram no exílio, com especial destaque para Londres<sup>198</sup>, também os exilados portugueses colocaram as suas capacidades intelectuais ao serviço de outros tipos de produção escrita que não o jornalismo, quer se tratassem de obras originais, quer fossem traduções de livros com os quais iam tendo contacto, servindo todas estas atividades para garantir o seu sustento durante o tempo em que permanecessem no estrangeiro.

Tendo em conta que o desenvolvimento deste tipo de atividades constituía a melhor forma para obterem rendimentos, os exilados encontravam-se dependentes de quem os contratava, sendo esta situação mais evidente no caso das traduções, e muitas vezes, por necessidade, eram obrigados a aceitar trabalhos com os quais não concordavam plenamente. Relativamente ao jornalismo, a par com a elaboração de folhetos propagandísticos, a dependência dos escritores estava presente no facto de estes se encontrarem de certa forma subjugados à fação política que serviam.

No caso das traduções, por exigência dos editores, os exilados encontravam-se dependentes pelo facto de terem de traduzir obras com as quais não se identificavam totalmente ou que não correspondiam às suas preferências literárias. Desta forma, muitas das vezes as obras que eram alvo de tradução careciam de atualidade, ou seja, não eram as obras mais recentes e não se encontravam diretamente relacionadas com o momento político que se estava a atravessar<sup>199</sup>.

---

<sup>197</sup> Bonifácio (2013), *Um Homem Singular...*, p. 15.

<sup>198</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 363. Todo o capítulo 8 desta obra (pp. 359-414) é dedicado à produção escrita desenvolvida pelos emigrados espanhóis no exílio, tanto jornalística como literária, pelo que se constitui de suma importância se se pretender conhecer essa dimensão do exílio espanhol.

<sup>199</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, p. 113.



Como seria expectável, os trabalhos literários foram desenvolvidos pelos exilados, sobretudo, nos dois grandes centros da emigração liberal, França e Inglaterra, embora também se tenha registado alguma atividade literária na Bélgica.

Neste sentido, Paris constituiu um importante local a partir de qual se efetuaram várias traduções, tanto de obras escritas em inglês como em francês não só no período que aqui nos interessa (1828-1832), como também antes e após o mesmo. Assim sendo, ao longo de 1828 traduziu-se *A Inglaterra e D. Miguel*, cuja versão original, *L'Angleterre et Don Miguel*, data do ano anterior, *A Rainha Caprichosa*, tradução de *La Reine Fantasque*, de Rousseau, *A ciência do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna*, originalmente escrito por Benjamim Franklin, e *O templo de Cnido*, tradução da obra original de Montesquieu. O ano de 1829 revelou ser mais parco em traduções, fruto de uma maior preocupação com a situação política portuguesa, visível através de uma publicação mais intensa de folhetos de propaganda política, pelo que se regista apenas a tradução de *Clara de Alba*, novela escrita em francês por Madame Cottin, sendo de assinalar também a existência de vários folhetins portugueses traduzidos para francês. No ano seguinte, ao longo do qual se observa um aumento considerável no número de traduções produzidas, há a registar a tradução feita por José Liberato Freire de Carvalho de *Os Anais de Cornélio Tácito*, a tradução de *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, a tradução de *O filho de minha mulher*, originalmente escrito em francês por C. P. de Kock, a tradução de *Guilherme Tell ou a Suíça Libertada*, escrito por Florian, e a tradução da autoria de Felipe Ferreira de Araújo e Castro da *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, redigido originalmente por M. L. P. de Jussieu. Em 1831 não se efetuou nenhuma tradução de obras estrangeiras por parte dos exilados portugueses, contudo há a salientar a elaboração de várias gramáticas, particularmente as desenvolvidas por Francisco Solano Constâncio e por António Pereira de Figueiredo<sup>200</sup>.

O ano seguinte, que também contou com vários panfletos publicados pelos emigrados, particularmente pelos irmãos Passos, relacionados com as já referidas cisões entre os liberais, deu a conhecer duas traduções, possivelmente elaboradas por J. V. Barreto Feio, *Tratado do Príncipe e das Letras* e *O Tratado da Tirania*, obras escritas originalmente pelo italiano Alfieri,<sup>201</sup> o que reforça a ideia de que muitos dos exilados portugueses demonstravam ter uma capacidade poliglota, na medida em que, para além de trabalharem maioritariamente com

---

<sup>200</sup> Ramos, Vítor (1972), *A Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, pp. 69-85. A. Gonçalves Rodrigues refere que a tradução de *Clara de Alba* data de 1828 (ver Rodrigues, A. Gonçalves (1951), *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, p. 24).

<sup>201</sup> Ramos (1972), *A Edição de Língua Portuguesa...*, p. 93.

as línguas inglesa e francesa, também se aventuravam a contactar com outros idiomas, nomeadamente com o italiano, mas também com o espanhol.

Comprova-se assim que os exilados portugueses letrados, não deixando de se interessar pela elaboração de propaganda política favorável à facção liberal que defendiam, desenvolveram também uma acentuada atividade tradutora, especialmente de novelas e de romances datados dos finais do século anterior e escritos, maioritariamente, em inglês e em francês. Esta atividade proporcionava-lhes mais uma forma de subsistência, podendo dar-se o caso de existirem traduções que não eram do seu especial agrado, mas que a elas se sujeitavam, tendo em conta a situação económica em que viviam.

Em sentido oposto, observa-se que se em Londres a produção jornalística foi bastante mais intensa do que em Paris, o mesmo não se verificou ao nível das traduções efetuadas pelos exilados. Neste sentido, importa destacar uma tradução feita por Rodrigo da Fonseca Magalhães. Em 1830, Rodrigo da Fonseca traduziu o trabalho do economista escocês John Ramsay McCulloch, *Principles of Political Economy*, escrito pouco tempo antes, em 1825, tendo dedicado a tradução ao seu amigo José Balbino de Barbosa e Araújo, 1º visconde de Telheiras<sup>202</sup>.

Segundo consta da dedicatória feita por Rodrigo da Fonseca, esta tradução destinava-se a ser utilizada pelos alunos do clube hispano-lusitano, instalado em Londres. Este clube foi fundado no decorrer da emigração liberal portuguesa em Inglaterra, em 1828, e é exemplificativo do estreito contacto que existiu entre os exilados portugueses e espanhóis em Londres, na medida em que o mesmo foi estabelecido com o objetivo de serem criadas as condições que possibilitassem a restauração do liberalismo, tanto em Portugal como em Espanha, quer fosse através da união dos reinos, quer fosse mediante a constituição de uma monarquia dual, chefiada por D. Pedro. Esta ideia de o pai de D. Maria poder vir a governar toda a Península Ibérica esteve bastante presente entre os constitucionais espanhóis desde a altura da outorga da Carta Constitucional portuguesa, em 1826<sup>203</sup>.

Este trabalho de Rodrigo da Fonseca é ilustrativo da diferença que existia ao nível das traduções efetuadas pelos exilados nos dois grandes centros da emigração liberal já indicados, visto que em França essas traduções giraram, sobretudo, em torno de novelas e romances, ou seja, obras que tinham um carácter mais quotidiano e que podiam ser lidas por toda a população letrada, ao passo que as traduções desenvolvidas em Inglaterra, de que serve de exemplo a elaborada por Rodrigo da Fonseca, pareciam apresentar um carácter mais prático e

---

<sup>202</sup> Magalhães, Rodrigo da Fonseca (trad.) (1830), *Princípios de Economia Política*, Londres, s. n.

<sup>203</sup> Brancato (1995), «Exilados espanhóis...», p. 96.

singular, destinando-se particularmente a um grupo específico de intelectuais, consoante o tema de que tratassem.

Também em Londres, em 1831, José Ferreira Borges publicou uma obra de caráter analítico, relacionada com questões económicas e intitulada *Princípios de Synthelogia, compreendendo em geral a teoria do Imposto*. Neste livro, o exilado português criticava o dízimo e os tributos, bem como os bens da Coroa, e propunha a reforma das ordens religiosas<sup>204</sup>.

Exemplificativo da ideia de que Londres, ao contrário de Paris, foi um local onde se assistiu a uma publicação mais intensa de obras originais por parte dos exilados portugueses, é o caso de Almeida Garrett, expoente máximo do romantismo português. De facto, Almeida Garrett, chegado a Inglaterra em junho de 1828 na companhia da esposa Luísa, irmã do também exilado Paulo Midosi, dedicou grande parte da sua estadia no país à produção literária, para além ter colaborado em vários periódicos liberais aí publicados.

Deste período do exílio, há a destacar, como primeiro trabalho de Garrett as *Memórias de João Córadinho*, obra que o autor nunca terá terminado, a que se seguiram dois outros trabalhos completos, ambos publicados já nos últimos meses de 1828. *Adozinda* foi a primeira dessas obras a ser editada em Londres, embora a sua composição tenha sido iniciada no ano anterior em Lisboa e continuada e terminada na prisão do Limoeiro. Garrett esteve encarcerado nesta prisão durante três meses no final de 1827, juntamente com Paulo Midosi, Luís Francisco Midosi, Joaquim Larcher, António Maria Couceiro e Carlos Morato Roma, em consequência da repressão miguelista, visto que estes eram os proprietários do periódico *O Português* e os absolutistas procuravam limitar ao máximo a liberdade de imprensa.

No entanto, em consequência dos desenvolvimentos políticos portugueses, Garrett só haveria de criar as condições necessárias para a publicação em Londres, onde a liberdade de imprensa e a facilidade de acesso às editoras eram indubitavelmente superiores às existentes em Portugal. *Adozinda* apresentava-se como um romance escrito em verso e revelava influências de Walter Scott, assim como o romance *Bernal-Francês*, também realizado em verso, publicado em Londres na mesma altura<sup>205</sup>.

No final do ano de 1828, mais precisamente a 15 de dezembro, Almeida Garrett ocupou-se com a redação do prefácio ao livro de poemas mais antigos intitulado *Lírica de João Mínimo*, contudo o livro só ficaria pronto para ser editado no início do ano seguinte. A importância desta obra, particularmente do seu prefácio, prende-se com o facto de ser

---

<sup>204</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 265.

<sup>205</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 87.

elucidativa da ideia de Garrett estar a caminhar em direção à adoção de influências românticas, deixando para trás aspetos mais clássicos e pré-românticos.

Em 1829, enquanto se dedicava a escrever *Das leis penais* e o romance em prosa *Ilva, Magriço e os Doze de Inglaterra e Infante Santo*, Almeida Garrett, inspirado pela vitória nos liberais em Vila da Praia, nos Açores, redigiu um hino comemorativo intitulado *A Lealdade em Triunfo ou a Vitória da Terceira* e, animado pela chegada de D. Maria a Inglaterra, vinda do Brasil, escreveu *Da Educação*, obra ao longo da qual o escritor português aponta o que considera ser a melhor forma de educar a jovem rainha<sup>206</sup>.

Esta obra, apesar de ter sido produzida em Inglaterra, era claramente de inspiração francesa, contando com a influência de importantes escritores e pensadores franceses, como Fénelon, Montaigne, Bernardin de Saint-Pierre e Madame de Gentils, precetora do futuro rei Luís Filipe<sup>207</sup>, influência que se justifica pelo facto de o escritor português já ter vivido em França, aquando do seu primeiro exílio, após a Vila-Francada.

Ainda em 1829, Garrett dedicou-se à tradução das intervenções feitas sobre a questão portuguesa por Lord Holland no Parlamento britânico, a 19 de junho desse ano. Nestas declarações, o político britânico, comprovando o seu caráter liberal, criticou e condenou os excessos e os abusos levados a cabo por D. Miguel e pelos absolutistas portugueses<sup>208</sup>.

Ao longo de 1830, ano de importantes acontecimentos internacionais favoráveis aos emigrados portugueses, como foi o caso da Revolução Francesa de julho, as obras publicadas por Almeida Garrett no exílio apresentaram uma dimensão mais política e ideológica, comprovando a atenção que o autor demonstrava ter relativamente à situação política portuguesa.

Neste sentido, Garrett publica o livro *Portugal na Balança da Europa*, iniciado em 1825, com o qual pretendia divulgar o que entendia serem as causas e as consequências dos erros dos portugueses, para que não se repetissem no futuro<sup>209</sup>. Esta obra, no entender de F. G. Amorim, citado por José Batista de Sousa<sup>210</sup>, terá sido decisiva para a mudança que se registou na opinião pública britânica relativamente à questão portuguesa, no decorrer de 1830, o que demonstra a influência e a notoriedade de que Garrett já gozava em Londres. Exemplo desta situação é o facto de o escritor romântico ser consideravelmente referido pelos

---

<sup>206</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 93.

<sup>207</sup> França, José Augusto (1974), *O Romantismo em Portugal*, Volume 1, Lisboa, Livros Horizonte, p. 147.

<sup>208</sup> Sousa, José Baptista de (2011), *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809. Lord e Lady Holland e Dr. John Allen*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p. 124.

<sup>209</sup> Garrett, Almeida (1867 [1830]), *Portugal na Balança da Europa*, Porto, Editora Casa da Viúva Moré, p. 9.

<sup>210</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 94.

acadêmicos britânicos. Por exemplo, foi consultado e referido por Kinsey no trabalho *Brief Review of the Literary History of Portugal*, e viu vários excertos da obra *Adozinda* serem traduzidos por John Adamson<sup>211</sup>.

Também em 1830, o escritor português escreveu em Inglaterra, a 15 de abril, o prefácio à segunda edição da obra *Catão*, peça de teatro cuja primeira edição data de 1821 e que terá sido representada em Plymouth, aquando da chegada da grande leva de emigrados portugueses. Ainda durante esse ano, Almeida Garrett dedicou-se à composição de mais duas obras, *O Elogio Fúnebre de Carlos Infante de Lacerda*, *Barão de Sobroso*, em homenagem a esse emigrado liberal, falecido em Paris a 22 de setembro, e o folheto político *Carta de Múcio Cévola ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em Portugal se publicar*<sup>212</sup>.

Esta carta foi publicada no principal periódico opositor de D. Pedro e da Regência, *O Pelourinho*, revestindo-se a mesma de um violento ataque à diplomacia portuguesa no exílio, contrariando um pouco o espírito conciliatório que Garrett vinha manifestando na redação dos seus jornais, nomeadamente n' *O Chaveco Liberal*. Receando as consequências que poderiam resultar da publicação desta carta (supressão do subsídio), caso o seu autor fosse conhecido, o que não era de todo impossível, tendo em conta o estilo muito próprio de Garrett, o escritor português acabou por destruir o que restava da tiragem que mandara fazer da carta (cerca de 400 exemplares)<sup>213</sup>.

Como podemos observar, as publicações de Garrett no exílio não ficaram confinadas a um só estilo e abrangeram diferentes tipos de textos, desde a poesia até ao romance, passando pelas obras de carácter mais político, o que demonstra a versatilidade do escritor romântico português, contrapondo com outros intelectuais no exílio, que se prenderam a apenas um género de escrita ou que se limitaram à atividade jornalística.

Com os dados de que dispomos, podemos estabelecer algumas diferenças importantes entre Inglaterra e França, no que toca à produção escrita desenvolvida pelos exilados aí estabelecidos.

Enquanto em Londres essa produção se processou mais ao nível da atividade jornalística, com a existência de um acentuado número de periódicos redigidos pelos emigrados, e no domínio da criação de obras originais, sobretudo por intermédio de Almeida Garrett, em Paris, os exilados letrados dedicaram-se predominantemente à publicação de

---

<sup>211</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, p. 116.

<sup>212</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 94.

<sup>213</sup> Santos (1979), «Sobre os intelectuais...», p. 94 [nota de rodapé].

folhetins de propaganda política e à tradução de romances e novelas, maioritariamente escritos em francês.

Saliente-se ainda que em Portugal, durante o tempo que durou o reinado de D. Miguel, não obstante o apertado controlo feito à imprensa, também se procedeu à tradução de obras de ficção escritas em francês, o que demonstra a importância que esse idioma tinha no meio intelectual português, não só no caso dos exilados, mas também entre aqueles que continuavam a residir em Portugal<sup>214</sup>.

#### **4. O exílio, lugar de reflexão: o exemplo de Mouzinho da Silveira**

Não obstante o facto de se encontrarem longe da terra natal, vários exilados, sobretudo os letrados, aproveitaram o tempo em que permaneceram no estrangeiro para refletir e estudar os mais diversos assuntos, especialmente os que se relacionavam diretamente com a realidade portuguesa.

É neste contexto que nos surge o caso de José Xavier Mouzinho da Silveira, exilado em Paris desde abril de 1828, destacando-se por ter sido o mais importante legislador do liberalismo português. Por França ficou até fevereiro de 1832, altura em que embarcou em Belle-Isle, tendo habitado na rua de La Paix<sup>215</sup>.

Enquanto permaneceu exilado, predominantemente em França, mas também com algumas passagens por Inglaterra, Mouzinho da Silveira produziu diversos documentos escritos onde refletia especialmente sobre economia política, finanças e magistratura, sendo que este último tema estava relacionado com o facto de se ter formado em Leis na Universidade de Coimbra e de ter sido advogado nos tribunais da corte em Lisboa.

Neste sentido, analisando a magistratura portuguesa a partir do exílio em França, em 1829, Mouzinho considerava que não se podia falar na existência de uma administração pública, mas apenas de jurisdição, na medida em que os magistrados portugueses concentravam em si a jurisdição contenciosa e a jurisdição económica e voluntária, sendo todos os ramos da administração apelidados de jurisdições<sup>216</sup>. Neste contexto, o legislador português criticava também, de forma bastante acentuada, a forma de acesso à magistratura, que não passava totalmente pela competência, mas sim pelo estatuto social<sup>217</sup>.

---

<sup>214</sup> Para um inventário dessas obras ver o já citado A. Gonçalves Rodrigues, com a obra *“A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico”*.

<sup>215</sup> Sá, Victor de (1984), «Nota sobre Mousinho da Silveira», *Revista da Faculdade de Letras*, Série II, Nº 1, Porto, pp. 203-204.

<sup>216</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 39.

<sup>217</sup> Pereira (2009), *Mouzinho da Silveira...*, p. 39.

Como afirma Magda Pinheiro «Durante a emigração [Mouzinho da Silveira] pensou longamente a estrutura financeira portuguesa»<sup>218</sup>. Com efeito, as dimensões económica e financeira estiveram fortemente presentes no pensamento de Mouzinho durante a sua passagem pelo estrangeiro. Assim sendo, importa salientar uma particularidade do pensamento económico do estadista português, a qual passou pela sua determinante recusa relativamente à realização de empréstimos no estrangeiro. Esta convicção não se encontrou patente apenas na sua vida política após a vitória dos liberais na guerra civil de 1832-1834, manifestando-se já de forma bastante evidente durante o período do exílio.

De facto, em 1831, quando os liberais procuravam dinheiro que pudesse sustentar a causa constitucional e os próprios exilados, o qual foi conseguido através de empréstimos realizados em Inglaterra, Mouzinho da Silveira, opondo-se, sugeriu que fosse contraído um empréstimo patriótico, isto é, um empréstimo baseado na colaboração dos grandes capitalistas portugueses emigrados<sup>219</sup>. O legislador português marcou presença nas conferências financeiras realizadas em Londres com vista a obtenção desse empréstimo<sup>220</sup>. Esta ideia fê-lo pedir a D. Pedro, quando o exército liberal já se encontrava no Porto, que o autorizasse a sair da cidade com o objetivo de contrair empréstimos um pouco por todo o país.

Sobre Inglaterra, os documentos produzidos por Mouzinho no exílio demonstram que o político português não se mostrava muito favorável ao país que acolhera centenas de emigrados portugueses, manifestando-se o seu carácter antibritânico sobretudo ao nível das relações económicas. Na opinião de Mouzinho da Silveira, os ingleses, entenda-se o governo britânico, tinham como objetivo comprar todos os outros governos e não se vender a nenhum, nutrindo um ódio especial por França, o que levava o emigrado português a considerar que Inglaterra era uma nação egoísta:

«Se fosse possível à Europa suspender todas as suas leis de comércio, e alfândegas, e mandar-se governar pelas leis de comércio e alfândegas inglesas, a Inglaterra não podia existir por três anos, mas isto não acontecerá, e a Inglaterra decairá um dia debaixo do peso do seu próprio egoísmo, e das imensas vantagens artificiais que ele lhe tenha adquirido; enquanto não chegar este termo é preciso que tudo se dobre debaixo do enorme poder da Grã-Bretanha.»<sup>221</sup>

---

<sup>218</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 207.

<sup>219</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 263.

<sup>220</sup> Sá (1984), «Nota sobre Mousinho...», p. 203.

<sup>221</sup> Pereira (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira...*, p. 499 (transcrição de uma reflexão feita por Mouzinho sobre Portugal, estudo pedido por António Sampaio Júnior em junho de 1830. Este membro da família Sampaio, residente em Londres e protetora de Mouzinho da Silveira na altura do seu exílio, indicar-lhe-ia que existia um editor em Inglaterra que estava interessado em publicar o trabalho do político português).

Esta opinião negativa de Mouzinho da Silveira relativamente a Inglaterra certamente pesou na altura de escolher um país para se exilar, optando por França, em detrimento do primeiro.

A experiência do exílio terá contribuído para que o estadista português abandonasse, pelo menos em parte, a concepção de uma estratégia política moderada que vinha defendendo desde 1826, ano em que foi nomeado membro da junta encarregada de rever o tratado assinado no ano anterior entre Portugal e o Brasil, relativo à independência deste último país. No tempo em que se encontrou no exílio, e fazendo uma análise dos anos que antecederam a sua partida para o estrangeiro, Mouzinho criticava o que considerava ser o carácter demasiado excessivo da Câmara dos Deputados, fortemente influenciada, na sua opinião, pelo embaixador britânico em Lisboa Account<sup>222</sup>.

Como se pode concluir através do exemplo de Mouzinho da Silveira, o exílio também constituiu um espaço de reflexão onde, contactando com outras realidades, foi possível alterar as convicções, no mínimo parcialmente, que já vinham formadas desde Portugal. Para esta mudança terão contribuído não só o facto de se encontrarem num país estranho, como também os contactos políticos, sociais e culturais que aí estabeleceram, e ainda as leituras que os exilados desenvolveram nesses lugares.

### **5. O exílio, espaço de sociabilidade e «civilização»**

A produção intelectual desenvolvida pelos exilados no estrangeiro encontra-se diretamente relacionada e fortemente dependente dos contactos sociais que estes estabeleceram e da aprendizagem cultural que levaram a cabo durante esse período.

Apesar do exílio, com especial incidência em Inglaterra, França e Bélgica, lhes ter sido imposto, fruto da vigência em Portugal de um regime contrário às suas convicções e ideologias, os exilados portugueses aproveitaram essa experiência para desenvolver contactos com novas realidades e culturas, mostrando-se bastante atentos às inovações que foram ocorrendo ao longo deste período, um pouco por toda a Europa, em vários domínios.

Desta forma, o exílio constituiu-se também como um lugar de formação e de aprendizagem, desenvolvidas através de leituras de obras estrangeiras, da frequência de bibliotecas e gabinetes de leitura, onde contactavam com temas relacionados, essencialmente, com economia política, onde se insere a já referida tradução elaborada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, e oratória política, da assistência a cursos, da comparência em

---

<sup>222</sup> Pereira (2009), *Mouzinho da Silveira...*, p. 70.



espetáculos e do contacto direto e quotidiano com os habitantes dos países de acolhimento, realizado através da presença em bailes e convívios sociais organizados pela elite europeia da época<sup>223</sup>.

Um dos emigrados que mais se destacou neste âmbito foi António Bernardino Pereira do Lago, brigadeiro do corpo de engenheiros que, ao deixar as questões políticas para segundo plano, procurou dar mais ênfase às dimensões social e cultural que o exílio proporcionou. Como o próprio afirma:

«Durante a minha emigração, desejando conhecer o carácter, costumes, governo, obras e estabelecimentos de diferentes povos, viajei na Inglaterra, na França e na Bélgica, adquirindo assim o que podia para minha particular instrução [...] fui sempre notando e escrevendo o que via e observava [...]»<sup>224</sup>

Nesta pequena transcrição encontram-se expressas as expectativas de Pereira do Lago relativamente ao exílio, as quais passavam por ter a oportunidade para conhecer a cultura, nas suas mais variadas formas, dos países estrangeiros por onde passou no período que compreendeu os anos de 1828 e 1833.

Estes relatos de viagem apresentam-se escritos sob a forma de cartas endereçadas à esposa e através dos mesmos é possível conhecer o itinerário percorrido por Pereira do Lago durante o exílio, percurso que terá sido comum a tantos outros emigrados, para quem o desterro não teve fronteiras.

Desta forma, os exilados liberais não se limitaram a permanecer num único país, mas sim a viajar por vários destinos, quer por razões económicas, como foi o caso de Almeida Garrett, aquando do seu primeiro exílio em 1824, que abandonou Inglaterra e se exilou em França, onde o custo de vida era mais suportável<sup>225</sup>, quer por contactos pessoais que já possuíam num determinado país, ou quer ainda apenas por uma questão de vontade individual, como foi o caso do brigadeiro Pereira do Lago.

Assim sendo, Pereira do Lago, à semelhança do que fizeram tantos outros emigrados, começou por se exilar em Inglaterra, entrando por Plymouth<sup>226</sup>, passando posteriormente para Londres, onde permaneceu durante, aproximadamente, 2 meses, saindo depois para a França, onde visitou Paris e Lille, a que se seguiu uma curta estadia em Bruxelas, regressando a

---

<sup>223</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, p. 113.

<sup>224</sup> Lago, António Bernardino Pereira (1834), *Cinco anos de emigração na Inglaterra, na Bélgica e na França*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 4.

<sup>225</sup> Vargues (1993-1994), «Da revolução à contrarrevolução...», p. 79.

<sup>226</sup> A data da primeira carta enviada à esposa é de 8 de novembro de 1828, o que nos leva a crer que a sua chegada a Plymouth teve lugar perto dessa altura.

Londres ainda durante o ano de 1829, tendo sido em Inglaterra que este brigadeiro passou a maior parte do seu exílio.

No início do seu relato, Pereira do Lago transmite uma ideia muito positiva do seu primeiro país de acolhimento, opinião que certamente era comum a tantos outros exilados, tendo em conta o país que escolheram para se refugiarem, apresentando Inglaterra como a nação da liberdade:

«[...] porque a liberdade, que há dois séculos dá força e riqueza a este país, dá também nele asilo e proteção a todos os estrangeiros, perseguidos por opiniões políticas ou religiosas [...] Sim, estou na terra clássica da liberdade [...] Não há impressões mais vivas, nem sensações mais agradáveis, que aquelas que recebe o homem inocente, deixando um país onde reina a arbitrariedade e a tirania, e entrando em outro, no qual só impera a lei e a liberdade.»<sup>227</sup>

Na mesma linha, na hora de abandonar Ostende, considera os belgas um povo feliz, livre e hospitaleiro, o que contrasta com a realidade portuguesa:

«Eu deixando um país feliz, em que há segurança, civilização e liberdade, e tu existindo nesse desgraçado, aonde hoje, 30 de setembro de 1829, só há misérias, aflições, desgraças tristes, prisões, desterrados, negros cadafalsos. Adeus planícies, adeus canais, adeus povo livre e hospitaleiro, eu talvez vos não verei mais: felizes os que vos visitarem sem serem expatriados.»<sup>228</sup>

Esta convicção manter-se-ia até ao fim da sua emigração e, ao deixar Londres, em agosto de 1833, relata:

«Adeus Inglaterra, adeus Londres, só quem tem visto outros países, te sabe apreciar. Eu vou deixar-te, porém lembrar-me-ei sempre de teus estabelecimentos de ciência, de filantropia, de caridade; de tuas artes, de tuas máquinas, de tuas manufaturas; de teus monumentos, de teus parques, de teus caminhos; de teus cómodos, de teus asseios; de tua segurança, de tua grandeza, de tua magnificência e, mais que tudo, da tua liberdade.»<sup>229</sup>

Este último relato resume na perfeição a opinião e imagem com que Pereira do Lago ficou de Inglaterra, particularmente de Londres: terra da ciência e da caridade, do desenvolvimento industrial e rodoviário, da comodidade e da limpeza, da magnanimidade, da segurança e da liberdade, sendo esta última a qualidade mais apreciada pelos exilados portugueses refugiados naquele país.

À semelhança do que viria a fazer nos outros lugares por onde passaria no exílio, também em Inglaterra Pereira do Lago desenvolveu uma acentuada atividade cultural. Esta

---

<sup>227</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 8-9.

<sup>228</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 298-299.

<sup>229</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 540.

passou pela frequência de clubes, sendo um destes uma associação de liberais, a que terá tido acesso através de contactos políticos, pela frequência da *London Institution*, graças aos contactos que tinha com Freire Marreco, também ele emigrado em Londres, onde teve a oportunidade de se familiarizar com os gabinetes de Física e Química e com as aulas de Ciências Sociais, tendo ainda visitado outros estabelecimentos do seu interesse, nos quais procurava sempre aprender algo novo, como fábricas e tipografias<sup>230</sup>.

Estes clubes que o brigadeiro português frequentou encontravam-se sedeados em edifícios de grande envergadura e luxuosamente decorados

«Chama-se *Club* uma sociedade de pessoas que, para se reunirem têm grandes edifícios, alguns ricamente ornados, onde somente podem entrar os sócios que, com este direito ali encontram magníficas salas, livros, jornais, mesas de jogo e excelente companhia. [...] Eu tive a honra de ser introduzido em dois, que pareciam a habitação de Príncipes: só o custo do edifício de um deles tinha sido de trezentos mil cruzados, e em gosto, asseio e riqueza dos móveis, há-de custar muito excedê-los.»<sup>231</sup>

Relativamente a França, especialmente sobre a sua capital, o grande destaque feito por Pereira do Lago vai no sentido de este ser um local que tinha muito a dar em termos culturais, algo que também se verificava no caso londrino, no entanto, a maior diferença residia no facto de essa aprendizagem cultural poder ser feita de forma menos dispendiosa em França, em detrimento de Inglaterra, onde:

«Além do museu, e livraria, único estabelecimento em Londres aberto *grátis* ao público, e sem trabalho, em todos os mais se paga. Tanta dificuldade e despesa para ver até aqueles necessários para a instrução, faz com que esta fique ao alcance das *libras*, e dos *shillings*, o que não pode deixar de retardar o progresso geral das luzes, não sendo só em Londres, como grande capital, que isto acontece, mas geralmente em toda a Inglaterra.»<sup>232</sup>

Esta superioridade cultural francesa vivenciada por Pereira do Lago encontra-se claramente exposta nas seguintes palavras:

«Pelas suas escolas de matemática, de navegação, de desenho e de agricultura, eu comecei também a conhecer que a instrução pública e a ciência tinham o seu asilo em França.»<sup>233</sup>; «A preeminência que a França pretende ter sobre as outras Nações, em ciências e literatura, nenhuma se atreve a contestar-lhe, e a sua mesma rival, que neste segundo ramo lhe não quer admitir superioridade, faz justiça aos seus nobres esforços, e tão antigos para a cultura do entendimento; aos seus majestosos seminários de instrução pública; ao seu progresso nas belas artes e à sua inimitável habilidade nos artigos de gosto e de luxo. Todos em França sabem ler e escrever; devoram com avidez um jornal ou um livro, e os de Voltaire, Rousseau,

---

<sup>230</sup> Santos (1985), *Intelectuais Portugueses...*, p. 114.

<sup>231</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 426-427.

<sup>232</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 346-347.

<sup>233</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 96.

Montesquieu, e outros andam pelas mãos do Povo. [...] Grande número de livrarias, e algumas ricas também em medalhas e manuscritos; um magnífico jardim de plantas; um importante museu de história natural; um admirável gabinete de anatomia comparada; galerias de pintura e de antiguidades; aulas públicas de literatura; lições de todos os ramos das ciências, positivas e naturais; gabinetes de leitura, quase a cada esquina das ruas; cento e setenta periódicos, tudo acessível com pequena ou nenhuma despesa a todo o indivíduo, e mais ainda aos estrangeiros, são coisas que não podem deixar de encantar a toda a pessoa, de recriar o espírito e de tornar a metrópole francesa a residência mais agradável para o amante da instrução, e por muitos respeitos até, a mais elegível.»<sup>234</sup>

Muitos outros espaços públicos franceses são referidos por este exilado português como sendo lugares onde os estrangeiros se podiam engrandecer culturalmente e desfrutar do desenvolvimento da civilização francesa, nomeadamente os bailes públicos realizados aos domingos, os jardins iluminados, os teatros, as galerias de pintura e de antiguidades, os gabinetes de história natural, as livrarias e aos bazares<sup>235</sup>.

Era esta a riqueza e a diversidade cultural francesa que tanto atraía Pereira do Lago, bem como vários outros exilados portugueses, que aproveitavam o facto de não poderem regressar a Portugal para experienciarem os atrativos «civilizacionais» que estas capitais europeias propiciavam, constituindo esta a grande e principal vantagem de se encontrarem exilados, a que acrescia o facto de poderem contactar com uma sociedade e uma cultura percebidas como mais evoluídas do que as portuguesas.

Contrapondo a realidade britânica e a realidade francesa, por ele bem conhecidas, Pereira do Lago não tinha dúvidas em afirmar que o acolhimento e o tratamento que eram providenciados aos estrangeiros, entre os quais se incluíam os exilados políticos, eram bastante mais calorosos e amistosos em França do que em Inglaterra, ideia expressa nas suas palavras: «[...] a chegada de um estrangeiro deve ser objeto de satisfação: tratamento bem diferente das frias e secas maneiras com que um estrangeiro é recebido em Londres, da dificuldade e despesa que encontra para ver qualquer estabelecimento.»<sup>236</sup>

Era precisamente esta maior facilidade de acesso aos estabelecimentos públicos em França que fez com que António Bernardino Pereira do Lago pudesse despender grande parte do seu exílio nesse país a visitar esses espaços, registando o que ia observando. Neste sentido, o brigadeiro português descreve os espaços culturais que visitou em Paris, nomeadamente o palácio do Louvre e o palácio de Tulherias, onde teve com contacto com os vários elementos

---

<sup>234</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 177-178.

<sup>235</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 235-237.

<sup>236</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 128.

históricos aí existentes, considerando que «Não há capital que apresente tantos objetos históricos modernos como Paris.»<sup>237</sup>

Outras atividades desenvolvidas por Pereira do Lago em França no domínio cultural prenderam-se com a frequência de algumas sessões particulares no Instituto Real de França, nas quais se faziam leituras de memórias e se discutiam temas científicos, com as visitas à Escola Politécnica de Paris e ao conservatório das artes, sendo que este último não foi do seu especial agrado, dada a falta de muitos instrumentos e a desorganização em que se encontrava. A realização de várias destas atividades tornou-se possível devido aos contactos pessoais que Pereira do Lago estabeleceu no exílio, alguns por intermédio de indivíduos já seus conhecidos. Estes contubérnios revelaram-se de extrema importância para os exilados liberais, uma vez que permitiram a sua inserção numa sociedade que lhes era estranha.

Assim sendo, Pereira do Lago, à semelhança do que fizeram outras centenas de emigrados portugueses, na sua senda de se instruir culturalmente, contactou de perto com figuras de maior ou menor relevo dos países por onde foi passando. Em Inglaterra, o brigadeiro português teve oportunidade de contactar com o Doutor Blaker, autor de um método de ensino inovador na altura, o qual consistia na aprendizagem do alfabeto associando letras a imagens e na aprendizagem das operações básicas de matemática recorrendo a uma espécie de ábaco, salientando-se ainda o carinho com que as crianças eram tratadas<sup>238</sup>.

Em Bruxelas, António Bernardino teve contacto com uma sociedade dirigida para o culto de flores, designada, sugestivamente, por Sociedade de Flora, que conheceu após conviver com o seu secretário, Van-Den-Corput, comprovando o acentuado gosto por flores existente na capital belga<sup>239</sup>.

França parece ter sido o país onde Pereira do Lago desenvolveu com maior intensidade os contactos sociais, o que poderá ser indicativo do maior pendor cultural desta nação. Com efeito, a frequência de algumas sessões do Instituto Real de França foi-lhe possível graças ao convívio que desenvolveu com o seu secretário, o Barão de Ferrouier. Em Paris contactou também com o Doutor Alard, com Benjamin Constant, pensador e político francês, de seu nome completo Henri-Benjamin Constant de Rebecque, e com uma das principais personalidades francesas da época, com a qual vários outros exilados portugueses também conviveram, Marie-Joseph Paul Yves Roch Gilbert du Motier, Marquês de Lafayette.

---

<sup>237</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 148.

<sup>238</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, pp. 16-17.

<sup>239</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 270.

O papel de Lafayette foi fundamental no desenvolvimento das sociabilidades por parte dos exilados de várias nacionalidades em França, na medida em que eram constantes os convívios sociais organizados por sua iniciativa, fomentando o contacto e a amizade entre os seus frequentadores, ambiente que Pereira do Lago conheceu, visto que «Foi pelo favor de Mr. Lafayette que eu poderei dizer-te alguma coisa das companhias em Paris, porque assisti às suas animadas e interessantes partidas (*soirées*) que eram às terças-feiras.»<sup>240</sup> Para o brigadeiro português, Lafayette era um dos indivíduos que mais havia pugnado a favor da causa da liberdade não só de França, como da de outros países, que na altura lutavam pelo liberalismo, como Portugal e Espanha, sendo um declarado amante da sua pátria e da liberdade.

Semelhante opinião tem Palmela, que também conviveu com o general francês, assim como Saldanha e D. Pedro, como se pode observar pelo que nos deixou relatado o diplomata português nas suas *Memórias*:

«Também quis o duque de Bragança (suponho eu que porque assim o aconselharam), efetuar uma reconciliação formal entre mim e o general Saldanha. Reunindo-nos para esse fim uma noite [em] que ambos havíamos jantado em sua casa, no seu gabinete, juntamente com o general Lafayette, que chamou para testemunha desta entrevista, quis que nos déssemos as mãos e lhe assegurássemos que, desejosos só um e outro de servir a causa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria II, fazíamos a bem desta causa o sacrifício das nossas dissensões. O general Lafayette, como patriarca do liberalismo, fez-nos uma espécie de homilia no mesmo sentido [...].»<sup>241</sup>

De facto, Lafayette foi uma das personalidades com quem os exilados portugueses mais contactaram em Paris. Também o marquês da Fronteira revela que conviveu de forma bastante próxima com o general francês: «Não fomos só nós que nos relacionámos com intimidade com o general Lafayette – foram todos os nossos correligionários apresentáveis. O ser emigrado e mesmo revolucionário era uma grande qualidade para ser introduzido à presença do ilustre general.»<sup>242</sup>

Houve outra figura em França, para além de Lafayette, com quem os emigrados portugueses tiveram um contacto mais próximo, Benjamin Constant. Com esta personalidade francesa relacionaram-se, entre outros, Agostinho José Freire e Manuel Gonçalves de Miranda, que residiam em Paris, e também Palmela<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 243.

<sup>241</sup> *Memórias do Duque de Palmela* (2011), Lisboa, D. Quixote, p. 237.

<sup>242</sup> Ventura (2000), *O Exílio, os Açores...*, p. 28 (citação de uma passagem das *Memórias* do marquês de Fronteira).

<sup>243</sup> Bron (2013), *Révolution et nation...*, p. 506.

Também Almeida Garrett, bem mais conhecido em Inglaterra do que Pereira do Lago o era em França, desenvolveu importantes contactos sociais e relacionou-se de perto com importantes nomes da sociedade britânica da primeira metade de Oitocentos.

É bastante provável que Garrett tenha frequentado um dos mais importantes centros políticos, sociais e literários da Inglaterra do século XIX: a casa de Lord Holland, sobrinho e discípulo de Charles James Fox, e de nome próprio Henry Richard Vassall Fox. Os encontros sociais organizados por Lord Holland eram frequentados por destacadas figuras liberais britânicas, como Byron, Scott, Lyndock, Melbourne e Mackintosh, contudo encontravam-se também abertos à presença de diplomatas estrangeiros e de exilados liberais, contando-se entre os comparecentes portugueses importantes nomes como Palmela, Domingos António de Sousa Coutinho (Marquês do Funchal), Cristóvão Pedro de Morais Sarmiento, Luís António de Abreu e Lima, Visconde de Itabaiana e, provavelmente, Almeida Garrett<sup>244</sup>.

De facto, o marquês de Palmela, figura central da emigração portuguesa em Inglaterra, estabeleceu contactos bastante próximos, não só com Lord Holland, mas também com outras importantes personalidades liberais britânicas, tais como Lord Palmerston, Lord Brougham e Sir James Mackintosh, que contribuíram para que a causa liberal portuguesa adquirisse uma dimensão internacional assinalável. A vida social de Palmela no exílio também ficou marcada pela frequência assídua do salão da princesa de Lieven, dos bailes organizados na embaixada da Áustria e dos encontros que tinham lugar no *Traveller's Club*. Outros exilados também estabeleceram diversos contactos sociais em Londres, tais como José da Silva e José Ferreira Borges, que se relacionaram com alguns radicais britânicos, como John Bowring e Edward Blaquière, e ainda com emigrados de outras nacionalidades, nomeadamente com o espanhol Arguelles<sup>245</sup>. Foi, precisamente, graças à amizade com este exilado espanhol que Silva Carvalho teve a oportunidade de frequentar a casa de Lord Holland.

A acentuada presença de exilados portugueses nos encontros providenciados por Lord Holland está diretamente relacionada com o facto de o político britânico ser um distinto simpatizante da causa liberal portuguesa, tendo, inclusive, viajado por Portugal na altura das invasões francesas<sup>246</sup>. Outro fator que poderá ter facilitado o acesso de Garrett à casa de Lord Holland, bem como de outros exilados da classe média portuguesa, prende-se com a sua

---

<sup>244</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, p. 90.

<sup>245</sup> Bron (2013), *Révolution et nation...*, pp.502- 505.

<sup>246</sup> Lord e Lady Holland, acompanhados pelo médico e político John Allen, viajaram por Portugal entre finais de 1808 e inícios de 1809 e deixaram vários diários da viagem pelo país. Estes relatos encontram-se traduzidos e compilados por José Baptista de Sousa na já referida obra *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809*.

pertença à Maçonaria, sociedade em que o anfitrião destes encontros também terá estado inserido<sup>247</sup>.

Para além destes contactos sociais com a elite política e diplomática, Almeida Garrett também se relacionou com vários escritores britânicos, nomeadamente com Robert Southey, John Adamson, William Morgan Kinsey e, provavelmente, James Sheridan Knowles, travando amizade com estas e com outras individualidades, como os Hadleys, Lady Paget, Caroline Elizabeth Sarah Norton, Mister Goodeen e Richard Heber. A relação entre Garrett e estes dois últimos explica-se pelo facto de o escritor português ser um frequentador assíduo das suas livrarias portuguesas, sendo também atividade recorrente em Garrett as visitas ao Museu Real de Londres, espaços onde terá produzido alguns dos seus mais importantes textos<sup>248</sup>.

Vários dos escritores com que Garrett conviveu em Londres apresentavam em comum o facto de já terem passado por Portugal entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX, escrevendo vários textos sobre o país, como John Adamson, William Morgan Kinsey, Robert Southey e James Sheridan Knowles. Algumas destas individualidades, para além de terem contactado com o escritor romântico português, também se relacionaram com outras importantes figuras do exílio liberal português, nomeadamente com Palmela, como foram os casos de John Adamson, que inclusive dedicou o livro *Lusitania Illustrata: Notices on the History, Antiquities, Literature of Portugal* ao diplomata português, e de Miss Norton, tendo sido precisamente graças a este contacto que a poetisa britânica terá conhecido Almeida Garrett.

O escritor português afirmaria mais tarde que muitas recordações do período da emigração liberal eram de saudade<sup>249</sup>, possivelmente referindo-se a alguns dos encontros sociais e culturais que desenvolveu no exílio. Este testemunho de Garrett demonstra-nos que o exílio liberal, não obstante todas as dificuldades, também proporcionou bons momentos aos emigrados, o que os levou a recordar esses tempos, por vezes, com saudade e nostalgia.

Para além de Garrett e de Pereira do Lago, vários outros exilados portugueses investiram na sua aprendizagem cultural e na sua preparação enquanto homens do liberalismo fora de Portugal, tendo alguns, inclusive, completado a sua formação no estrangeiro. Foi o caso de José Pinto Rebelo de Carvalho, que estudou Ciências Físicas e Naturais na Universidade de Sorbonne, em França, e doutorou-se em Medicina na Universidade de

---

<sup>247</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, pp. 90-91.

<sup>248</sup> Sousa (1999), *Almeida Garrett...*, pp. 87-92.

<sup>249</sup> Garrett, Almeida (1848), *Memória histórica da excelentíssima Duquesa de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Telles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 14.



Lovaina, na Bélgica. Por seu turno, José Silvestre Ribeiro, também ele emigrado em França e participante na expedição liberal de D. Pedro, desenvolveu um acentuado contacto com a educação francesa, na medida em que, durante o seu exílio, frequentou diversas aulas, nomeadamente as de História, lecionadas por François Guizot, as de Filosofia, ministradas por Victor Cousin, e as de História Literária, dadas por Abel-François Villemain<sup>250</sup>, convívências que terão influenciado o seu pensamento futuro nos domínios social e cultural.

Esta influência não era apenas visível na ação que os países de acolhimento exerciam sobre os exilados (embora, neste caso, tenha sido bastante mais evidente), visto que estes foram também responsáveis pelo desenvolvimento de contactos bilaterais no exílio.

Para além de assimilarem uma nova cultura, que depois difundiam quando regressavam ao país de origem, os emigrados também davam a conhecer a sua cultura no país que os acolhia<sup>251</sup>, levando os seus habitantes a simpatizar com ela e com a causa que defendiam, como se verificou nos casos de Lord Holland, em Inglaterra, e do general Lafayette, em França. Neste âmbito destaca-se o exemplo de Almeida Garrett, amplamente reconhecido no estrangeiro, particularmente em Londres, cujos trabalhos foram alvo de estudo por vários intelectuais estrangeiros, contribuindo para a divulgação da cultura portuguesa além-fronteiras.

A esta situação acresce o facto de os emigrados portugueses terem tido oportunidade para conviver não só com a cultura do país que os abrigava, como também com a de outros países que chegava até eles através do contacto com exilados de outras nacionalidades, nomeadamente com espanhóis e com italianos, o que conferiu uma dimensão internacional ao fenómeno do exílio político do período que aqui analisamos, não se circunscrevendo apenas às relações entre indivíduos de um qualquer país de origem, maioritariamente Portugal, Espanha e Itália, e os cidadãos não estrangeiros residentes num determinado país de acolhimento, particularmente em Inglaterra e em França.

Norbert Elias entende que o conceito de civilização pode ser aplicado a uma multiplicidade de dimensões socioculturais e que, ao enfatizar traços comuns a todas as sociedades, atenua as diferenças nacionais existentes entre os povos, deixando para segundo plano as especificidades dos grupos nacionais<sup>252</sup>.

Assim sendo, os exilados liberais portugueses, partilhando um destino em comum, juntamente com outros emigrados, tornaram-se importantes agentes civilizacionais,

---

<sup>250</sup> Santos (1979), «Sobre os intelectuais...», p. 96.

<sup>251</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 491.

<sup>252</sup> Elias, Norbert (1989), *O processo civilizacional*, Lisboa, D. Quixote, pp. 59-60.

assimilando novos hábitos e dando a conhecer a cultura portuguesa. Ao permitir que os emigrados liberais se pudessem relacionar com eminentes figuras liberais num país que lhes era estranho e pudessem contactar com as novidades científicas, literárias e culturais, o exílio liberal apresentou-se como um importante espaço de sociabilidade e de civilização.

Desta forma, faz sentido falar num fenómeno de cosmopolitismo desenvolvido por parte dos exilados liberais nos lugares em que se encontravam refugiados. Graças aos contactos que estabeleceram e às atividades que desenvolveram, conceberam uma entidade cultural e política, superior à pátria, que incluía cidadãos de diversas nacionalidades, concentrados num país que, geograficamente, não pertencia a nenhum deles, mas que com ele, por vezes, se identificavam mais do que com a própria pátria.

É interessante notar que, no caso italiano, os exilados não identificavam o seu país de origem, Itália, como sendo a sua pátria, visto que aí não podiam viver de forma livre nem estar protegidos pelas leis<sup>253</sup>, algo que apenas conseguiam alcançar no estrangeiro, principalmente em Inglaterra e em França, mas mais marcadamente no primeiro país.

No que concerne ao caso português, não obstante as maiores facilidades encontradas no exílio ao nível da liberdade de movimentos, os exilados liberais portugueses nunca se referiam ao país de acolhimento como sendo a sua pátria, atribuindo sempre esse estatuto a Portugal, ao qual, na sua maioria, nunca perderam a esperança de regressar, embora demonstrassem ter consciência da desgraça e do subdesenvolvimento em que se encontrava o país, como é possível observar, por exemplo, em vários artigos publicados no jornal *Paquete de Portugal*<sup>254</sup>. No entanto, os redatores deste periódico, comprovando a sua forte orientação liberal, consideravam que Portugal não poderia ser a sua pátria enquanto estivesse na posse de D. Miguel:

«Alguns cagarilhas e agentes de D. Miguel nos tacham de *antipatriotas* por havermos mostrado contentamento pela entrada da esquadra francesa em Lisboa. Diz-se até que alguns emigrados nos acusam do mesmo crime. De uma vez declaramos que enquanto Portugal for pátria de D. Miguel, não será nossa pátria [...]»<sup>255</sup>.

Esta opinião, certamente, era partilhada por outros tantos exilados.

---

<sup>253</sup> Isabella, Maurizio (2006), «Exile and Nationalism: The Case of *Risorgimento*», *European History Quarterly*, Volume 36 (4), Londres, Publicações Sage, p. 495. Os capítulos 5 e 6 da obra *Risorgimento in Exile*, do mesmo autor, são particularmente interessantes sobre este tema.

<sup>254</sup> Observe-se, por exemplo, um artigo intitulado *Os Emigrados Portugueses*, publicado no volume 4, nº 43, a 15 de junho de 1830 (páginas 126 a 128), ao longo do qual se exalta o elevado patriotismo dos portugueses para com Portugal: «[...] quanto mais maltratados na pátria, mais saudosas memórias temos delas, mais prestes nos achamos a oferecer-lhe os maiores sacrifícios.»

<sup>255</sup> *Paquete de Portugal*, Volume 8, Nº 12, 17 de agosto de 1831, p. 366.

Os exilados portugueses, tal como os de outras nacionalidades, tornaram-se, assim, sujeitos cosmopolitas ao superarem a divisão geopolítica característica de todos os Estados, quer por intermédio da estadia efetiva em países estrangeiros, quer através de toda uma panóplia de produção cultural elaborada, ou ainda por meio dos contactos sociais estabelecidos, pelo se pode afirmar que estes homens e mulheres acabavam por ser «cidadãos» não só de um, mas de vários países. Desta forma, faz sentido falar na existência de uma internacional liberal, uma vez que os exilados liberais de várias nacionalidades, tendo em vista um objetivo comum, – o fim do despotismo na Europa –, desenvolveram relações num país que lhes era estranho.

Apesar de ter sido um espaço de forte conflito político não só devido ao confronto liberalismo *versus* absolutismo, como também em virtude da oposição existente entre os próprios liberais, o exílio liberal constituiu-se como um importante espaço de difusão cultural e de desenvolvimento intelectual.

Desta forma, é necessário notar que uma parte do tempo no exílio foi passada a desenvolver uma intensa atividade jornalística, maioritariamente de caráter político, campo onde se destacou Rodrigo da Fonseca Magalhães, assim como para levarem a cabo a realização de traduções de obras estrangeiras, sobretudo romances, com as quais tinham contacto no exílio, especialmente em França, e ainda para procederem à composição de obras literárias originais, como foi o caso de Almeida Garrett em Londres.

Todas estas atividades serviam, para além de tornarem os exilados mais conhecidos não só entre os portugueses, como também no próprio país onde se encontravam refugiados, para que pudessem garantir o seu sustento, visto que os subsídios que recebiam, por parte dos representantes de D. Maria e por parte dos governos estrangeiros eram, muitas vezes, escassos e não lhes permitia levarem uma vida confortável.

Como ficou demonstrado através do caso de Mouzinho da Silveira, o exílio, dada a sua extensão temporal, permitiu que os exilados redigissem vários escritos onde podiam refletir sobre diversas questões relacionadas com Portugal, nomeadamente assuntos económicos e financeiros.

Houve ainda exilados, como António Bernardino Pereira do Lago, que aproveitaram o facto de estarem obrigados a residir fora de Portugal para se instruírem intelectual e culturalmente, pelo que passaram o tempo a viajar entre, particularmente, Inglaterra e França,

onde frequentaram bibliotecas, museus, escolas, indústrias, e conviveram socialmente com as principais figuras da Europa de Oitocentos, como por exemplo com Lord Holland e o general Lafayette.

Este contacto cultural e social dos emigrados com novas realidades viria a ter consequências importantes ao nível do papel que estes exilados desempenhariam na sociedade portuguesa após a vitória liberal em 1834, quer por intermédio das suas ações políticas, visto que muitos ocuparam importantes cargos políticos quando regressaram a Portugal, quer como contribuidores para o renovar da sociedade portuguesa oitocentista no domínio da inovação intelectual, influenciados pelos exemplos que observaram no estrangeiro.

## CONCLUSÃO

O exílio político liberal português que se iniciou em 1828, após a tomada do trono por parte de D. Miguel, e que terminou, para a maioria dos seus intervenientes, em 1832, com o desembarque das tropas liberais no Porto e com o início da guerra civil, revestiu-se de uma série de dimensões, política, cultural, social e intelectual, que o assemelharam à experiência vivida por cidadãos de outras nacionalidades, nomeadamente por espanhóis e por italianos, também eles na condição de exilados políticos. No entanto, não deixou de apresentar as suas particularidades.

Uma das particularidades mais evidentes do exílio português prendeu-se com a instauração de um governo liberal no estrangeiro<sup>256</sup>, cujo representante máximo era o marquês de Palmela, sendo esta administração defensora da legitimidade de D. Maria à frente dos destinos de Portugal e responsável pela gestão da emigração lusitana. Esta particularidade encontra-se relacionada com o facto de D. Miguel ser considerado «usurpador», algo que, por exemplo, não se verificava relativamente a Fernando VII, em Espanha.

Não obstante o facto de se encontrar associado a outras dimensões, o exílio liberal português de 1828 foi predominantemente político, facto demonstrado pelas ações dos emigrados. Através dos seus escritos procuraram denegrir a imagem de D. Miguel e dos absolutistas, tentando, desta forma, despertar a atenção internacional para a causa constitucional portuguesa e obter o apoio das principais potências europeias. Da mesma forma, também os exilados italianos criticaram os déspotas austríacos, acusando-os de os impedirem de serem livres no seu próprio país:

«Another effect of the exiles' influence on the hosting countries is detectable in foreign perceptions of the Italian question. European public opinion's understanding of the Italian national question was heavily affected by the exiles' dissemination of the "*Risorgimento* black legend", which constructed imaginary notions of Austrian despotism and cruelty through articles in the press.»<sup>257</sup>

Tal como se registou nos casos do exílio espanhol e do exílio italiano, a emigração liberal portuguesa concentrou-se essencialmente em Inglaterra, primeiro em Plymouth, que foi o ponto de chegada de centenas de emigrados, e depois em Londres, e em França, principalmente em Paris. A Bélgica também revelou ser um importante espaço de acolhimento de exilados, sobretudo após a ordem de dispersão dos liberais portugueses por

---

<sup>256</sup> Bron (2013), *Révolution et nation...*, p. 530.

<sup>257</sup> Isabella (2006), «Exile and Nationalism...», p. 514.

vários pontos de Inglaterra, dada por Wellington, em finais de 1828, o que levou muitos emigrados a abandonar o país.

Esta divisão geográfica, Inglaterra *versus* França, que se verificou entre os exilados portugueses encontrou um paralelo ao nível da cisão política. De facto, em Londres encontravam-se os exilados considerados mais moderados, pertencentes à facção política liderada por Palmela e defensores da legitimidade de D. Pedro como representante de D. Maria à frente da causa liberal.

Em Paris concentravam-se os emigrados mais radicais, chefiados por Saldanha e opositores do pai da jovem rainha. Se do lado dos moderados se contavam importantes figuras políticas como José da Silva Carvalho, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Cândido José Xavier, por parte dos radicais portugueses salientavam-se os nomes dos irmãos Passos, Manuel e José, de José Ferreira Borges e de Rodrigo Pinto Pizarro. No entanto, não se pode afirmar que não existissem emigrados em Londres que fossem favoráveis à facção liberal mais radical e que não estivessem abrigados em França exilados defensores de Palmela e da corrente moderada que este liderava.

A divisão política, para além das próprias divergências ideológicas existentes, também resultou de outros problemas que se registaram entre os emigrados. Entre estas quezílias contam-se o facto de o comando do depósito de Plymouth ter sido entregue a Cândido José Xavier, acusado de ser afrancesado aquando das invasões napoleónicas a Portugal, e a questão dos subsídios, geridos pelo marquês de Palmela a partir de Londres, sendo este muitas vezes acusado de favorecer os seus amigos políticos em detrimento de outros exilados, o que fez despontar um intenso conflito político que encontrou na imprensa periódica o seu mais fiel instrumento de propaganda.

Neste sentido, desenvolveu-se no seio da emigração liberal portuguesa uma acentuada atividade jornalística que, para além de possibilitar a difusão das convicções políticas dos redatores dos vários periódicos, representou uma importante forma de sustento para os emigrados liberais, problema que sempre os acompanhou durante o tempo em que se encontraram no estrangeiro.

Esta produção jornalística foi um jornalismo essencialmente político, centrando-se, fundamentalmente, ou na defesa ou no ataque à legitimidade de D. Pedro à frente da causa liberal. Como representantes da primeira posição destacaram-se o *Paquete de Portugal* e *A Aurora*, os mais influentes entre a emigração liberal e redigidos, entre outros, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, enquanto *O Pelourinho*, de José Pinto Rebelo de Carvalho, foi o que mais levantou a voz contra o ex-imperador do Brasil. Registou-se ainda a existência de alguns

outros periódicos que apelavam essencialmente para a conciliação entre os emigrados, condição necessária para que D. Miguel fosse derrotado e o liberalismo triunfasse definitivamente em Portugal.

As duras condições de vida a que os emigrados estiveram sujeitos no estrangeiro obrigaram a que estes procurassem formas de sustento para si e para as famílias que os haviam acompanhado, pelo que encontraram na produção escrita a melhor forma de as conseguir.

Durante os anos em que estiveram exilados, os emigrados, nunca deixando de dar importância às questões políticas, desenvolveram uma série de atividades que contribuíram para o desenrolar de colaborações ao nível cultural e intelectual entre os exilados de várias nacionalidades, com destaque para portugueses, espanhóis e italianos. Estas atividades passaram, para além da imprensa periódica, pela elaboração de folhetos de propaganda política, de traduções e da publicação de obras originais e permitiram o estabelecimento de contactos pessoais ao nível internacional, o que levou ao desenvolvimento de uma sociedade civil transnacional<sup>258</sup>.

Assim sendo, os dois maiores centros de acolhimento de refugiados portugueses, Inglaterra e França, tornaram-se em importantes pontos de produção literária, com a capital francesa a merecer o destaque relativamente à realização de traduções de livros estrangeiros por parte de emigrados portugueses, ao passo que Londres, sobretudo por intermédio de Almeida Garrett, se assumiu particularmente como um local a partir de onde se publicaram diversas obras originais pensadas e escritas pelos exilados.

Estes exilados, não obstante o facto de estarem a viver uma situação complicada no estrangeiro, procuraram retirar o melhor que essa experiência lhes podia providenciar e, neste sentido, aproveitaram o facto de estarem obrigados a viver fora do seu país natal para se engrandecerem intelectual e culturalmente, procurando acompanhar o desenvolvimento que ia tendo lugar nesses países, com o objetivo de poderem aplicar futuramente essas inovações em Portugal.

Com este objetivo em mente, muitos emigrados dedicaram parte do seu tempo no estrangeiro a frequentar importantes lugares culturais, transformando, desta forma, o exílio também num local de aprendizagem. Assim sendo, museus, escolas e bibliotecas eram lugares a que os exilados iam com alguma frequência, destacando-se neste contexto Almeida Garrett

---

<sup>258</sup> Simal (2012), *Emigrados...*, p. 489.

e António Bernardino Pereira do Lago, que com estas ações contribuíram para transformar o seu exílio numa experiência menos penosa.

Para esta transformação contribuíram também os contactos sociais estabelecidos pelos exilados no estrangeiro, que permitiram inserir os liberais portugueses numa sociedade liberal internacional que vinha sendo construída desde os primeiros exílios políticos europeus do século XIX e na qual se destacavam eminentes personalidades europeias.

Os exilados liberais portugueses contactaram com diversos liberais europeus, quer em Inglaterra, quer em França, contudo os mais renomados foram Lord Holland, em Londres, e o general Lafayette, em Paris. Não eram só as altas figuras da emigração portuguesa, como Palmela, que tinham o privilégio de frequentar os encontros sociais e culturais organizados por estas individualidades, visto que outros exilados portugueses menos conhecidos, como Pereira do Lago, também tiveram um contacto próximo com Lafayette, por exemplo.

Estas atividades de carácter social e cultural desenvolvidas pelos exilados permitem afirmar que estes indivíduos foram agentes intelectuais e culturais bilaterais que contribuíram não só para que a sua cultura fosse conhecida no estrangeiro, como também para que a cultura estrangeira não passasse incógnita nos países de origem, quer se tratasse de Portugal, de Espanha ou de Itália:

«Exiles in fact were inevitably intermediaries between different cultures, liminal figures who not only [...] advertised the beliefs they brought from home, but also absorbed images, mental structures and intellectual tools that were reflected in their national discourses.»<sup>259</sup>

A observação e o contacto direto com as realidades de países europeus considerados mais evoluídos, que permitiram a conceção de ideais e de reformas a aplicar futuramente nos seus próprios países, foram outros dois importantes aspetos que caracterizaram os exílios liberais de Oitocentos e que tiveram efeitos práticos à medida que o regime liberal se ia implantando na Europa, tal como refere Maurizio Isabella para exílio italiano:

«Their direct observations of other European institutions, economies, societies, stimulated debates about the future of the Italian nation. The exiles could then decide which aspects of the countries they considered as advanced national communities could be adopted for their national future.»<sup>260</sup>

No caso português, estas observações refletiram-se, após 1834, nas reformas operadas, sobretudo, ao nível da educação, influenciadas pelos exemplos estrangeiros, no

---

<sup>259</sup> Isabella (2006), «Exile and Nationalism...», p. 513.

<sup>260</sup> Isabella (2006), «Exile and Nationalism...», p. 514.



desenvolvimento de sociabilidades através de encontros culturais, sociais e literários, embora estes já se desenvolvessem em Portugal mesmo antes do exílio, e na criação de museus, dando-lhes um carácter público e utilizando-os a favor da instrução e do saber ao alcance de todos os indivíduos. Assim, saliente-se a construção da Escola Politécnica de Lisboa, nos inícios de 1837, fortemente influenciada pelo exemplo da sua congénere parisiense<sup>261</sup>, visitada, entre outros, por Pereira do Lago.

Também marcadamente de influência francesa foi a criação do Conservatório de Artes e Ofícios, nos finais de 1836. O Museu Allen apresenta-se como o exemplo mais claro relativamente à afirmação da ideia do museu público no liberalismo português. Inicialmente inserido num contexto mais privado, este museu, em 1838, já podia ser visitado pelo público em geral aos domingos, pelo que os seus objetivos passavam não só por proporcionar um momento de diversão e de lazer aos habitantes da região do Porto, como também pretendia difundir a cultura e o conhecimento relativo às belas-artes, às ciências naturais e às artes industriais<sup>262</sup>.

Sá da Bandeira, à semelhança do que fizeram muitos outros emigrados portugueses, durante o tempo em que esteve exilado em Inglaterra (Plymouth e Londres) e em França (Calais e Paris), refletiu sobre a situação portuguesa e sobre as melhores formas de desenvolver o país e coloca-lo ao nível das principais potências europeias. Desta forma, o futuro Ministro da Guerra, já em setembro de 1830, considerava que era importante implementar em Portugal:

«1º a construção de canais e bons caminhos por onde os géneros do país se pudessem levar ao lugar da venda sem terem a reear, debaixo deste ponto de vista como hoje sucede, o concurso das fazendas estrangeiras;

2º o estabelecimento daquelas manufaturas que no estado atual da nação forem as mais importantes;

3º a instrução pública e com muita especialidade o ensino das ciências físicas e matemáticas aplicadas às artes industriais, ensino de que a Inglaterra e a França vão hoje tirando grandes vantagens.»<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> Pinheiro, Magda (2013), «Identities, frontiers and professional formations in question in the final years of the 19th century and the beginning of the 20th century: engineers, architects and artists», in Ana Maria Pina, Carlos Maurício e Maria João Vaz (orgs.), *Metamorfoses da Cultura. Estudos em Homenagem a Maria Carlos Radich*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea/ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, p. 283.

<sup>262</sup> Trindade, Maria Beatriz Rocha (1993), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, p. 33-34.

<sup>263</sup> Bandeira, Sá da (1976), *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, Volume II, Lisboa, Seara Nova, p. 224.

Sá da Bandeira, com estas considerações, demonstrava estar atento não só aos vários domínios do desenvolvimento de um país, tais como meios de comunicação, comércio e instrução pública, como também aos processos de modernização que ocorriam no estrangeiro. Saliente-se, neste caso, o modelo de ensino que vinha a ser ministrado em Inglaterra e em França, direccionado para as ciências físicas e matemáticas, que era do agrado do visconde português.

Desta forma, os exilados liberais portugueses demonstraram ser verdadeiros cosmopolitas e agentes civilizacionais, que ultrapassaram as barreiras físicas dos países e contactaram diretamente com nações tidas como mais evoluídas, procurando retirar dessa experiência o melhor que lhes fosse possível, tanto ao nível pessoal como profissional.

A experiência do exílio de 1828-1832, mais do que qualquer outra, ficaria presente na vida dos que nela participaram até ao fim dos seus dias, quer através das políticas que muitos desenvolveram após 1834 no domínio cultural e também governativo, como foi o caso de Rodrigo da Fonseca Magalhães, político moderado e adverso a revoluções, formas de estar e de pensar com as quais contactara em Londres, quer através de algumas decisões que vários exilados tomaram, após o regresso a Portugal, no domínio pessoal. Neste sentido, há a destacar as decisões tomadas por duas importantes figuras liberais, Rodrigo da Fonseca e Mouzinho da Silveira, ao nível da educação dos filhos. Ambos os políticos optaram por enviar os respetivos descendentes para estudar no estrangeiro, o primeiro para Inglaterra e o segundo para França. Esta decisão reflete não só a ligação com que os exilados ficaram relativamente aos países que os abrigara anos antes, como também é elucidativa do seu gosto e preferência pelo ensino estrangeiro, o que demonstra a consciência que tinham do atraso no desenvolvimento existente em Portugal, ideias que muitos emigrados já haviam manifestado através dos escritos produzidos no exílio.

O contacto com a realidade estrangeira levou a que os exilados liberais desenvolvessem uma atitude mais crítica relativamente à realidade portuguesa, fazendo constantes comparações entre o que conheciam de Portugal e o que observavam nos países onde se encontravam emigrados. Neste contexto, destaque-se o exemplo de Pereira do Lago, que, ao relatar o que ia observando à esposa, inúmeras vezes fazia-o comparativamente a Portugal, constatando o atraso em que se encontrava o seu país natal:

«Com que respeito eu entrava neste santuário da liberdade inglesa [o Parlamento]! Que reflexões eu fazia, lembrando-me quanto a Inglaterra se tem engrandecido, por aquela mesma representação nacional, com cuja falta Portugal tem decaído!»<sup>264</sup>

Tanto pelos contactos pessoais e institucionais estabelecidos pelos emigrados no exílio, como pela própria atenção que a causa constitucional portuguesa despertou nos países de acolhimento, particularmente nos locais onde os liberais se encontravam refugiados, o exílio português de 1828-1832 inseriu-se numa dimensão transnacional que incluiu não só a Europa, como também outros continentes, principalmente o continente americano, com especial incidência para o Brasil e para os Estados Unidos da América, onde também foi possível encontrar a presença de vários exilados, tanto portugueses, como de outras nacionalidades. Desta forma, é correto afirmar que os exilados portugueses também se encontraram inseridos na sociedade liberal internacional que os exílios levados a cabo por cidadãos de diversos países lograram criar.

O exílio liberal apresentou-se como um fenómeno bastante amplo que comportou uma forte dimensão internacional, não ficando exclusivamente circunscrito aos países de origem e de acolhimento, mas incluindo indivíduos de diversas nacionalidades, que contactaram entre si e contribuíram para o engrandecimento cultural e intelectual da Europa Oitocentista.

Conclui-se que o maior e mais importante exílio liberal português do século XIX, longe de ter sido um fenómeno meramente político, foi uma experiência que se caracterizou pela inclusão de outras diferentes dimensões, nomeadamente as questões cultural, social e económica, embora estas duas últimas se pudessem encontrar relacionadas diretamente com a vertente política. Por um lado, os subsídios que eram fornecidos aos liberais no exílio estiveram na origem de vários problemas existentes entre os emigrados, que dificultaram uma possível reconciliação entre estes. Por outro lado, os contactos sociais que os exilados estabeleceram no estrangeiro foram motivados, em parte, por questões políticas, o que explica o facto de muitas das individualidades com quem os liberais portugueses conviveram serem importantes figuras políticas nos seus países, embora alguns desses contactos também tenham sido feitos tendo por base a dimensão cultural.

No essencial, procurou-se com esta dissertação abordar a problemática do exílio liberal português de 1828-1832 nas suas mais variadas vertentes, pretendendo-se demonstrar que este não foi um fenómeno unicamente político, mas que apresentou muitas outras facetas, e que não foi uma experiência que se limitou apenas ao espaço cronológico em que se inseriu, mas que teve repercussões futuras no desenvolvimento e modernização do país.

---

<sup>264</sup> Lago (1834), *Cinco anos de emigração...*, p. 69.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

#### Fontes de Arquivo

Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães, Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, Cota E21.

#### Periódicos

*A Aurora*, 1831-1832

*Aurora Pernambucana*, 1821

*Correio dos Portugueses Emigrados*, 1831

*Novos Anais das Ciências e das Artes Dedicados aos Que Falam a Língua Portuguesa em Ambos os Hemisférios*, 1827

*O Chaveco Liberal*, 1829

*O Padre Malagrida ou a Tesoura: Periódico Político e Literário*, 1828-1829

*O Palinuro*, 1830

*O Pelourinho*, 1831-1832

*O Precursor*, 1831

*Paquete de Portugal*, 1829-1831

#### Outras Fontes Impressas

Aulete, Caldas (1911), *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia da parceria António Maria Pereira.

Bandeira, Sá da (1976), *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, Volume II, Lisboa, Seara Nova.

Carvalho, José Liberato Freire de (1982 [1855]), *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, Assírio e Alvim.

Carvalho, Maria Amália Vaz de (1901), *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Correspondência Oficial de Luís António de Abreu e Lima com o Duque de Palmela (1874)* Lisboa, Lallemand Frères.

*Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1888)*, Tomos V e VII, Lisboa, Imprensa Nacional.

Faria, Eduardo de (1851), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Volume Segundo, Tipografia Lisbonense de José Carlos d'Aguiar Viana, (2ª edição).

Figueiredo, Cândido (1913), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

Garrett, Almeida (1848), *Memória histórica da excelentíssima Duquesa de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Telles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional.

\_\_\_\_\_ (1867 [1830]), *Portugal na Balança da Europa*, Porto, Editora Casa da Viúva Moré.

Lago, António Bernardino Pereira do (1834), *Cinco Anos de Emigração na Inglaterra, na Bélgica e na França*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Magalhães, Rodrigo da Fonseca (trad.) (1830), *Princípios de Economia Política*, Londres, s.n.

Maia, Joaquim José da Silva (1841), *História da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos Emigrados Portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert.

Martins, Oliveira (1953), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores.

Martins, Rocha (s.d.), *Palmela na Emigração*, Lisboa, Tipografia Editora José Basto.

*Memórias do Duque de Palmela* (2011), Alfragide, D. Quixote.

Pecchio, Giuseppe (1822), *Tres mesi in Portogallo nel 1822*, Madrid, D. Michele di Burgos.

Silva, António de Moraes (1878), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, (7ª edição).

Soriano, Luz (1883), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo História Diplomática Militar e Política Deste Reino Desde 1777 até 1834*, Terceira Época, Tomo III, Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional.

Viana, António (1891), *José da Silva Carvalho e o Seu Tempo*, Volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional.

## **Bibliografia**

Bonifácio, Maria de Fátima (2004), «A Causa de D. Maria II (1826-1834)», *Análise Social*, Vol. 9, Nº 172, Lisboa, pp. 519-545.

\_\_\_\_\_ (2005), *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

\_\_\_\_\_ (2013), *Um homem singular. Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787 – 1858)*, Alfragide, D. Quixote.

Brancato, Braz A. Aquino (1995), «Exilados Espanhóis em Busca de um Rei Constitucional», *Separata da Revista Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 11, Nº1, pp. 77-108.

Bron, Grégoire (2013), *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie: les relations politiques luso-italiennes des Lumières à l'internationale libérale de 1830*, Tese de doutoramento, Volume 2, Paris, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/École Pratique des Hautes Études.

\_\_\_\_\_ (2009), «The exiles of Risorgimento: Italian volunteers in the Portuguese Civil War (1832-1834)», *Journal of Modern Italian Studies*, pp. 427-444.

Castells, Irene Olivan (1988), «Constitucionalismo, estrategia insurreccional e internacionalismo liberal en la lucha contra el Antiguo Regimen español (1823-1831)», *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, pp. 485-506.

Elias, Norbert (1989), *O processo civilizacional*, Lisboa, D. Quixote.

## Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832

- Ferrão, António (1940), *Reinado de D. Miguel: o Cerco do Porto (1832-1833)*, Volume 1, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar.
- França, José Augusto (1974), *O Romantismo em Portugal*, Volume 1, Lisboa, Livros Horizonte.
- Freitag, Sabine (ed.) (2003), *Exiles from European Revolutions. Refugees in Mid-Victorian England*, Nova Iorque, Berghahn Books.
- Gouveia, Henrique Coutinho (1997), *Museologia e Etnologia em Portugal: instituições e personalidades*, Dissertação de doutoramento, Volume 1, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Hobsbawm, Eric (2001), *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença.
- Isabella, Maurizio (2006), «Exile and Nationalism: The Case of *Risorgimento*», *European History Quarterly*, Volume 36 (4), Londres, Publicações Sage.
- \_\_\_\_\_ (2009), *Italian émigrés and the liberal international in the Post-Napoleonic Era*, Oxford, University Press.
- Lloréns, Vicente (1979), *Liberales y românticos: una emigración española en Inglaterra (1823-1834)*, Valência, Editorial Castalia.
- Lousada, Maria Alexandre, e Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (2006), *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Manique, António Pedro (1988), *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847)*, Lisboa, Livros Horizontes.
- Marques, A. H. de Oliveira (1996), *História da Maçonaria em Portugal. Política e Maçonaria, 1820-1869*, Vol. 2, Lisboa, Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_ (2002), *Nova História de Portugal*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Presença.
- Mattoso, José (dir.) (1993), *História de Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mónica, Maria Filomena (coord) (2005), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834 – 1910*, Vol. II, Lisboa, ICS.
- Navarro, Francesc (2005), *História Universal*, vol. 16, Lisboa, Público.
- Nemésio, Vitorino (1946), *Exilados 1828-1832. História sentimental e política do liberalismo na emigração*, Lisboa, Bertrand.
- Paquette, Gabriel (2013), *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: the Luzo-Brazilian World, 1770-1850*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Pata, Arnaldo (2001), *Revolução e Cidadania: Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-1839)*, Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa
- Pereira, Miriam Halpern (2009), *Mouzinho da Silveira, pensamento e ação política*, Lisboa, Assembleia da República/Texto Editores.
- \_\_\_\_\_, (coord.), Pinheiro, Magda, Alexandre, Valentim (1989), *Obras/Mouzinho da Silveira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinheiro, Magda (2013), «Identidades, fronteiras e formações profissionais em questão nos finais do século XIX e inícios do século XX: engenheiros, arquitetos e artistas», in Ana Maria Pina, Carlos

Maurício e Maria João Vaz (orgs.), *Metamorfoses da Cultura. Estudos em Homenagem a Maria Carlos, Radich*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

\_\_\_\_\_ (1992), *Luís Mousinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal Editores.

\_\_\_\_\_ (1996), *Passos Manuel: o patriota e o seu tempo*, Matosinhos, Afrontamento.

Porter, Bernard (1979), *The refugee question in mid-victorian politics*, Cambridge, University Press.

Radich, Maria Carlos (1982), «Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos. 1820-1836», in Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira e João B. Serra (orgs.), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

Ramos, Vítor (1972), *A Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.

Rodrigues, A. Gonçalves (1951), *A novelística estrangeira em versão portuguesa no período pré-romântico*, Coimbra, Biblioteca da Universidade.

Salvadori, Massimo L., (coord.) (2005), *História Universal*, Vol. 12, Espanha, Planeta DeAgostini.

Santos, Eugénio dos (2006), *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1985), *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença.

Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos (1979), «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)», *Análise Social*, Vol. XV, Nº 57, pp. 69-115.

Sá, Victor de (1978), *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Livros Horizonte.

Sá, Victor de (1984), «Nota sobre Mousinho da Silveira», *Revista da Faculdade de Letras*, Série II, Nº 1, Porto, pp. 203-210.

Simal, Juan Luis (2012), *Emigrados. España y el exilio internacional, 1814-1834*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

\_\_\_\_\_, *Liberalismo Internacional y Exilio en Europa, 1814-1834*, Documento de Trabalho do Seminário de História da Universidade de Madrid (Sessão de 19 de abril de 2012).

Sousa, José Baptista de (1999), *Almeida Garrett and Anglo-Portuguese Cultural Interaction, 1800-1850*, Buckingham, University of Buckingham.

\_\_\_\_\_ (2011), *Três diários de viagem em Portugal em 1808-1809. Lord e Lady Holland e Dr. John Allen*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

Stites, Richard (2014), *The Four Horsemen. Riding to Liberty in Post-Napoleonic Europe*, Oxford, University Press.

Tengarrinha, José (2013), *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*, Lisboa, Temas e Debates: Círculo de Leitores.



## **Circulações Internacionais e Liberalismo. O Exílio Liberal Português, 1828-1832**

Terra, José F. da Silva (1983), «Os emigrados liberais portugueses em França», *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal e la France*, Fundação C. Gulbenkian, pp. 323-338.

Torgal, Luís Reis (2008), «A Universidade entre a tradição e a modernidade», *Revista Intellectus*, Volume 1.

\_\_\_\_\_, e Vargues, Isabel Nobre (1984), *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora.

Trindade, Maria Beatriz Rocha (coord.) (1993), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

Vargues, Isabel Nobre (1996), «Liberalismo e Independência. Os Exilados Italianos em Portugal (1820-1850)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, pp. 411-426.

Ventura, António (2000), *O Exílio, os Açores e o Cerco do Porto. D. Luís de Sousa Coutinho, Primeiro Marquês de St<sup>a</sup> Iria, nas Guerras Liberais*, Lisboa, Colibri.

\_\_\_\_\_ (2013), *Uma História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Vilar, Pierre (1992), *História de Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte.